



PARTIDO DOS TRABALHADORES
5º. CONGRESSO NACIONAL

CADERNO DE TESES

UM PARTIDO PARA TEMPOS DE GUERRA

Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015

UM PARTIDO PARA TEMPOS DE GUERRA

(Contribuição da tendência Articulação de Esquerda ao 5º Congresso Nacional do PT)

Ocupar as ruas, construir uma Frente Democrática e Popular, mudar a estratégia do Partido e a linha do governo

1. O Partido dos Trabalhadores está diante da maior crise de sua história. Ou mudamos a política do Partido e a política do governo Dilma; ou corremos o risco de sofrer uma derrota profunda, que afetará não apenas o PT, mas o conjunto da esquerda política e social, brasileira e latinoamericana.
2. A crise do PT decorre, simultaneamente, de nossas realizações e de nossas limitações.
3. Tivemos êxito em ampliar o bem-estar social -- por intermédio da geração de empregos e aumento da massa salarial e do poder aquisitivo da população, bem como da adoção exitosa de programas de moradia, saúde e outros -- e a soberania nacional, também através de uma política externa “ativa e soberana”. Fortalecemos o Estado, na contramão do Estado Mínimo neoliberal. Ampliamos certos direitos e conquistas democráticas. E são estes avanços que explicam nossas vitórias em quatro eleições presidenciais consecutivas.
4. Mas não fomos capazes de realizar transformações estruturais, que retirassem do grande capital o controle sobre as alavancas fundamentais da economia e da política brasileira.
5. Controlando estas alavancas, a oposição de direita, o oligopólio da mídia e o grande capital desencadearam uma ofensiva geral que inclui a desmoralização política e ideológica do petismo, o estímulo à sabotagem por parte de setores da base aliada, a pressão para que o governo aplique o programa dos que perderam a eleição, a mobilização de massas dos setores conservadores, a ameaça permanente de impeachment e a promessa de nos derrotar eleitoralmente em 2016 e 2018.
6. Frente a esta situação, o 5º Congresso do PT deve aprovar resoluções que permitam ao Partido, ao conjunto de sua militância, executar cinco tarefas principais.

- 7. A primeira tarefa é reocupar as ruas.** A oposição de direita controla parte importante do Judiciário, do Parlamento e do Executivo, em seus diferentes níveis. Agora está trabalhando intensamente para também controlar as ruas, utilizando para isto sua militância mais conservadora, convocada pelos meios de comunicação, mobilizada com recursos empresariais e orientada pelas técnicas golpistas das chamadas “revoluções coloridas”. Caso a direita ganhe a batalha de ocupação das ruas, não haverá espaço nem tempo para uma contraofensiva por parte da esquerda. Assim, a primeira tarefa de cada petista deve ser apoiar, participar, mobilizar e ajudar a organizar as manifestações programadas pelos movimentos e organizações das classes trabalhadoras.
- 8. A segunda tarefa é construir uma Frente Democrática e Popular.** Há várias iniciativas em curso, algumas delas sem o PT e até mesmo contra o PT. Nossa Partido deve procurar as forças que elegeram Dilma no segundo turno presidencial e que defendem as reformas estruturais, propondo a elas que se constitua uma **frente popular em defesa da democracia e das reformas**. O programa mínimo desta Frente Democrática e Popular deve incluir a revogação das medidas de ajuste recessivo; o combate à corrupção; a reforma tributária com destaque para o imposto sobre grandes fortunas; a defesa da Petrobrás e da industrialização nacional; a ampliação das políticas públicas universais como saúde e educação; a reforma política e a democratização da mídia. A Frente Democrática e Popular é essencial para derrotar o golpismo e libertar o governo da chantagem peemedebista. Mas o objetivo principal da Frente Democrática e Popular é lutar por transformações estruturais, sendo para isto necessário construir instrumentos de articulação política e de comunicação de massas que nos permitam enfrentar e vencer o oligopólio da mídia.
- 9. A terceira tarefa é mudar nossa estratégia.** Se queremos melhorar a vida do povo, se queremos ampliar a democracia, se queremos afirmar a soberania nacional, se queremos integrar a América Latina, se queremos quebrar a espinha dorsal da corrupção, é preciso realizar reformas estruturais no Brasil, que permitam à classe trabalhadora controlar as principais alavancas da economia e da política nacional. Para isto, precisamos de uma aliança estratégica com as forças democrático-populares, com a esquerda política e social. Precisamos, também, combinar luta institucional, luta social e luta cultural. Recuperar o apoio ativo da maioria da classe trabalhadora,

ganhar para nosso lado parte dos setores médios que hoje estão na oposição, dividir e neutralizar a burguesia, isolando e derrotando o grande capital transnacional-financeiro. Isso implica abandonar a conciliação de classe com nossos inimigos.

10. **A quarta tarefa é alterar a linha do governo.** É plenamente possível derrotar a direita se tivermos para isto a ajuda do governo. É possível derrotar momentaneamente a direita, até mesmo *sem* a ajuda do governo. Mas é impossível impor uma derrota estratégica à direita, se a ação do governo dividir a esquerda e alimentar a direita. Por isto, o 5º Congresso do PT deve dizer ao governo: que os ricos paguem a conta do ajuste, que as forças democrático-populares ocupem o lugar que lhes cabe no ministério, que a presidente assuma protagonismo na luta contra a direita, contra o “PIG” e contra a especulação financeira.
11. **A quinta tarefa é mudar o próprio PT.** O Partido que temos não está à altura dos tempos em que vivemos. Das direções até as bases, é preciso realizar transformações profundas. Precisamos de um partido para tempos de guerra.
12. O Partido dos Trabalhadores precisa compreender que entre as causas profundas da crise está um impasse político de fundo: nosso sistema político-eleitoral não agrada à oposição de direita, nem contempla as reivindicações históricas da esquerda de igualdade de condições nas disputas eleitorais.
13. A oposição de direita assistiu às atuais regras do jogo permitirem (ou não impedirem) ao PT vencer por quatro vezes a disputa para a Presidência da República.
14. A esquerda assistiu às atuais regras do jogo permitirem (e estimularem) a formação de maioria congressual de centro-direita, por meio do “abuso de poder econômico” e da ação dos conglomerados nacionais e regionais de mídia.
15. A esquerda tenta resolver este impasse político através de uma reforma política democratizante, Assembléia Constituinte e participação popular.
16. A direita tenta resolver o impasse via reforma política conservadora, judicialização da política e criminalização da mobilização social.

17. É neste contexto que deve ser interpretada a mais recente onda de violência policial-militar contra a juventude pobre e negra das periferias das grandes cidades e contra os movimentos sociais, em especial nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Não se trata de desvio nem de novidade, pois tem sido esta a prática das PMs desde a Ditadura Militar. Mas sinaliza uma ação organizada de setores da direita que apostam no extermínio e no fascismo.
18. É também neste contexto que deve ser analisada a mobilização de massas do dia 15 de março. Não se trata de descontentamento “republicano e pacífico”, nem da defesa “legítima” do impeachment. A mobilização da direita visa criminalizar não só o PT e o conjunto dos partidos de esquerda, mas também a classe trabalhadora nas suas mais diversas expressões, organizações e movimentos: os sem-terras, os sem-tetos, os sindicatos combativos, os grupos e entidades populares etc. Não pode ser outra a leitura do ódio presente nos atos do dia 15 de março, que abriram espaço até mesmo para manifestações ostensivas da extrema-direita e homenagem a um torturador identificado no relatório final da Comissão Nacional da Verdade.
19. O impasse político desgasta a esquerda (que não consegue maioria congressual para implementar mudanças) e fortalece a direita (que sonha em utilizar a maioria congressual não apenas para achacar e sabotar o governo, mas também para fazer o impeachment).
20. O Partido dos Trabalhadores defende que a solução para a crise política passa por mais democracia, não por menos democracia. Por isto reafirmamos nossa defesa da Assembleia Constituinte, da participação popular e da legitimidade dos processos eleitorais. Se a oposição de direita quer nos derrotar, que se organize para disputar as eleições de 2016 e 2018.
21. Por isto mesmo, o PT defende tolerância zero com a facção golpista da direita. As articulações golpistas, especialmente as vindas de militares da ativa ou da reserva e de meios de comunicação, devem ser tratadas como determina a Constituição e a legislação nacional.

22. O Partido dos Trabalhadores deve compreender, também, por quais motivos setores importantes da direita -- inclusive lideranças como Aécio Neves, José Serra, Geraldo Alckmin e Fernando Henrique Cardoso -- flertam abertamente com o discurso e a perspectiva golpista.
23. A influência da extrema-direita decorre de um impasse econômico-social de fundo vivido pelo Brasil há várias décadas. Assim como 1954 e 1964 não foram por acaso, o que está ocorrendo agora também não é por acaso.
24. Toda vez que o Brasil teve governos que adotaram uma política externa soberana, que garantiram progressos na qualidade de vida do povo e certa ampliação nas liberdades democráticas, as classes dominantes reagiram em favor das medidas opostas: dependência externa, restrições às liberdades, desigualdade social.
25. Hoje vivemos mais um destes momentos de definição entre dois caminhos para o Brasil: ou bem regressamos ao desenvolvimento conservador de viés neoliberal, com dependência externa, restrições às liberdades democráticas e aprofundamento da desigualdade social; ou bem avançamos em direção a um desenvolvimento de novo tipo, democrático-popular e articulado ao socialismo.
26. O Partido dos Trabalhadores deve compreender, finalmente, que a conjuntura em que vivemos não se limita ao Brasil.
27. As características fundamentais do atual período internacional são: a) ainda estamos numa etapa de defensiva estratégia do socialismo; b) e sob uma hegemonia capitalista como nunca antes na história; c) por isto mesmo, o capitalismo vive uma profunda crise; d) que por sua vez aguça uma disputa inter-capitalista que vai adquirindo contornos cada vez mais agressivos; e) o que ajuda a entender a reação defensiva expressa na formação de blocos regionais.
28. No caso do continente americano, há dois projetos de integração regional: de um lado o subordinado aos Estados Unidos, de outro lado a integração autônoma. Projetos simbolizados, respectivamente, pela Alca e pela Celac.

29. A principal base de apoio da Celac é a Unasul. E a principal base de apoio da Unasul está no tripé Argentina, Venezuela e Brasil. Três países que neste momento estão imersos em crises econômicas e políticas.

30. "A" causa de fundo da tripla crise é o esgotamento da estratégia seguida, nestes três países, pelos chamados governos progressistas e de esquerda.

31. Há várias maneiras de explicar este esgotamento: a) os limites do reformismo nos países de capitalismo dependente; b) os limites do progressismo num só país; c) os limites de quem busca fazer reformas sem mudar as estruturas econômico-sociais fundamentais; d) os limites de quem tenta melhorar a vida do povo sem fazer reformas estruturais.

32. A crise internacional de 2007-2008 acelerou o esgotamento da estratégia seguida no Brasil. Nesse momento, nosso país é o "elo mais fraco" da corrente de governos progressistas e de esquerda na região, entre outros motivos porque melhoramos a vida das classes trabalhadoras, sem elevar de maneira correspondente seus níveis de politização e organização; mantivemos intacto o oligopólio da mídia; não colocamos a luta contra os oligopólios empresariais e contra a corrupção como tarefas permanentes; desde 2002 elegemos o PT na presidência da República mas um Congresso onde as forças progressistas são minoritárias. Esta contradição foi agora agravada pelo fato de termos vencido as eleições de 2014 graças à mobilização da esquerda, para logo após o governo implementar um ajuste fiscal recessivo.

Construir uma Frente Democrática e Popular

33. É necessário criar uma **articulação permanente do conjunto das forças políticas, sociais e culturais que construíram a nossa vitória no segundo turno das eleições de 2014**. Partidos e setores de partidos, movimentos sociais, trabalhadores da cultura e intelectualidade democrática devem ser convidados a compor uma grande frente onde possam debater e articular ações comuns, tanto em defesa da democracia quanto em defesa das reformas democrático-populares.

34. Nos marcos desta articulação, é necessário **relançar a campanha pela reforma política e pela mídia democrática**, contribuindo para que o governo possa tomar

medidas avançadas nestas áreas e para sustentar a batalha que travaremos a respeito no Congresso Nacional. O PT precisa exercer mais do que um papel de figurante na luta pela democratização da mídia: deve engajar e orientar seus quadros e militantes a ajudar na construção das mobilizações que os movimentos sociais a duras penas têm construído no país nos últimos anos.

35. A eleição de Eduardo Cunha para dirigir a Câmara dos Deputados mais conservadora desde a redemocratização reforça a centralidade da mobilização do campo democrático-popular por um plebiscito oficial que convoque uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político, sem prejuízo de avançarmos em medidas imediatas de uma reforma política popular, como a proibição do financiamento empresarial, o fim das coligações nas eleições proporcionais, o voto em listas partidárias, a paridade de gênero, a ampliação dos canais de participação popular, entre outros.

36. A militância do PT deve ser convocada a participar ativamente da luta pela reforma política, apoiando as iniciativas do movimento social e do partido, particularmente a mobilização da campanha do Plebiscito da Constituinte e a coleta de assinaturas da campanha do PT.

37. Entretanto, neste momento é fundamental criarmos um centro de unidade em que as três principais campanhas pela reforma política que têm presença do campo democrático-popular -- o Plebiscito Constituinte, a Coalizão e o projeto de iniciativa popular do PT -- marchem unificadas, preservando suas bandeiras próprias, mas contra o retrocesso da PEC da contrarreforma e pelo "Devolve, Gilmar!".

38. A mobilização da sociedade será fundamental para impedir mais um retrocesso no nosso sistema político. Ao mesmo tempo, é o momento oportuno para a presidente Dilma, os movimentos sociais e partidos de esquerda resgatarem o programa vitorioso das urnas, que defendia uma reforma política democrática e a convocação de um plebiscito oficial para dar voz ao povo nas mudanças do sistema político.

39. No âmbito desta articulação permanente do conjunto das forças que apoiaram no segundo turno a reeleição de Dilma, devemos aprovar o **engajamento coletivo nas**

mobilizações sociais, a exemplo da jornada convocada pela CUT para abril e a construção do Primeiro de Maio.

40. Faz-se necessário, também, **implementar uma política de comunicação do campo democrático e popular**, iniciando pela construção de uma agência de notícias, articulada a mídias digitais (inclusive rádio e TV web), com ação permanente nas redes sociais, que sirva de retaguarda e de instrumento do campo democrático-popular na batalha de ideias, tomando como exemplos o papel cumprido pelo Muda Mais na campanha eleitoral de 2014 e as diversas experiências semelhantes existentes nas mídias partidárias, sindicais e sociais de esquerda. Esta agência de notícias deve estar articulada à produção de um **jornal diário de massas**, criando uma rede com o conjunto das publicações do campo democrático-popular e integrando esta ação de comunicação política com o amplo movimento cultural que está em curso neste país e que foi tão importante no segundo turno. A política de comunicação de que necessitamos se integra à política de cultura e de educação, com o objetivo de criar uma cultura de massas orientada por valores democrático-populares e socialistas, combatendo a crescente ofensiva conservadora no terreno das ideias.

41. Finalmente, é preciso compreender que a defesa do governo também exige mobilização social. Um exemplo disto são as mobilizações em defesa da Petrobras, do Pré-Sal, do modelo de partilha e da política de conteúdo nacional, contra os ataques da oposição de direita. Nossa base social, como se viu no dia 13 de março, responde favoravelmente a esta convocatória, mesmo que a direção tenha titubeado em sua convocação.

42. Na articulação permanente do conjunto das forças políticas, sociais e culturais que construíram a nossa vitória no segundo turno das eleições de 2014, o PT defenderá a seguinte plataforma democrática e popular:

a) **Reforma política**, através de uma Constituinte exclusiva seguida de uma consulta oficial à população, para que esta referende ou não as decisões da Constituinte. Destacamos a luta pelo fim do financiamento político empresarial, combinado a um combate permanente contra a corrupção na vida econômica e social, no Estado e nos partidos políticos;

- b) **Democracia na comunicação**, com a Lei da Mídia Democrática e a implantação das principais resoluções da Conferência Nacional de Comunicação de 2009;
- c) **Democracia representativa, democracia direta e democracia participativa**, para que a mobilização e luta social influencie a ação dos governos, das bancadas e dos partidos políticos. O governo precisa dar continuidade à participação social na definição e acompanhamento das políticas públicas e tomar as medidas para reverter a derrubada da Política Nacional de Participação Social, objeto de decreto presidencial cancelado pela maioria conservadora da Câmara dos Deputados no dia 28/10/ 2014;
- d) **Pauta da classe trabalhadora**, onde se destacam o fim do fator previdenciário e a implantação da jornada de 40 horas sem redução de salários, assim como as medidas indicadas por seis centrais sindicais em nota divulgada dia 13/1/2015;
- e) **Reformas estruturais**, com destaque para a Lei da Mídia Democrática, a reforma política, as reformas agrária e urbana, a universalização das políticas de saúde e educação, a defesa dos direitos humanos e a desmilitarização das Polícias Militares;
- f) **Salto na oferta e na qualidade dos serviços públicos oferecidos ao povo brasileiro**, em especial na educação pública, com reformas pedagógicas e curriculares no ensino básico, médio e universitário; no transporte público; na segurança pública e no SUS, sobre o qual reafirmamos nosso compromisso com a universalização do atendimento e o repasse efetivo e integral de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública;
- g) **Ampliação da importância e dos recursos destinados às áreas da comunicação, da educação, da cultura e do esporte**, pois as grandes mudanças políticas, econômicas e sociais precisam criar raízes no tecido mais profundo da sociedade brasileira;
- h) **Proteção dos direitos humanos**: defender os direitos e a vida das mulheres, criminalizar a homofobia, enfrentar o racismo e os que buscam criminalizar os movimentos sociais. Afirmamos o compromisso com a revisão da Lei da Anistia de 1979 e com a punição dos torturadores. Assim como com a reforma das polícias e a urgente desmilitarização das PMs, cuja ineficiência no combate ao crime só é superada pela violência genocida contra a juventude negra e pobre das periferias e favelas;

- i) **Soberania efetiva sobre as riquezas nacionais**, entre as quais o Pré-Sal, e controle democrático sobre as instituições que administram a economia brasileira, entre as quais o Banco Central, a quem compete entre outras missões combater a especulação financeira que está por detrás das candidaturas da oposição de direita;
- j) **Política de desenvolvimento de novo tipo**, ambientalmente orientada, articulada com as reformas estruturais (com destaque para as reformas urbana, agrária e tributária) democráticas e populares e com nossa luta pelo socialismo.

43. É a luta por medidas políticas e diretrizes programáticas desta natureza, amplas, envolventes, de natureza mais social que institucional, que farão a diferença nos próximos quatro anos. E que ajudará a construir as condições para a vitória do campo democrático-popular em 2016 e 2018.

Mudar nossa estratégia

44. Evidente que os atos iniciais de um governo não obrigatoriamente determinam seu desfecho. Neste sentido, é bom lembrar que os dois mandatos de Lula e o primeiro mandato de Dilma fizeram concessões ao grande capital, à oposição de direita e ao oligopólio da comunicação. Isto foi especialmente evidente nos períodos em que o ex-ministro Palocci ocupou posições de destaque, tanto no primeiro mandato de Lula quanto no primeiro mandato de Dilma.

45. As concessões feitas ao grande capital, à oposição de direita e ao oligopólio da comunicação faziam parte de uma estratégia melhorista, que visava ***melhorar a vida do povo através de políticas públicas, não de reformas estruturais***. Esta estratégia melhorista é profundamente diferente da estratégia que o PT construiu e aplicou nos anos 1980 e em parte dos anos 1990. Naquele período, a estratégia do PT visava melhorar a vida do povo combinando políticas públicas e transformações estruturais de natureza democrático-popular, articuladas com a luta pelo socialismo.

46. Esta alternativa democrático-popular e socialista negava a conciliação de classes, considerava que a classe capitalista era nossa inimiga estratégica e afirmava a necessidade de grandes conflitos e rupturas, em que só teríamos êxito se soubéssemos

combinar atuação partidária, grandes batalhas culturais, luta social e ação institucional.

47. Depois das eleições de 1989, frente ao efeito combinado da ofensiva neoliberal e da “crise do socialismo”, amplos setores do PT abandonaram a estratégia democrático-popular e socialista, adotando em seu lugar a estratégia melhorista, primeiro numa versão crítica ao neoliberalismo e defensora de uma aliança com os setores produtivos do grande capital; e depois na versão social-liberal da “Carta aos Brasileiros” (2002), que fazia concessões diretas ao capital financeiro e transnacional. O principal argumento em favor desta estratégia melhorista sempre foi o da correlação de forças. Acreditava-se que este caminho seria menos conflituoso e dispensaria rupturas, pois afinal de contas não estaria em questão fazer transformações estruturais. Pelo mesmo motivo, ampliou-se ao centro e à direita o nosso arco de alianças e a nossa ação coletiva foi concentrando-se nas instituições, deixando de lado grande parte da antiga ênfase acerca do papel estratégico da vida partidária, da luta social e da batalha cultural.

48. A história dos últimos 12 anos, entretanto, revela que enquanto a esquerda moderava sua estratégia, os setores hegemônicos da direita e do grande capital radicalizaram sua oposição. Para tais setores, trata-se de ***impedir que o povo melhore de vida por ação do Estado***. E, por isso, quando nosso governo introduz políticas públicas vigentes em países da Europa, aqueles setores da direita e do grande capital reagem como se estivéssemos promovendo uma revolução socialista. Demonstrando algo que o PT dizia nos anos 1980: a conciliação de classes servia ao pacto das elites, não aos interesses democráticos e populares.

49. Para os setores hegemônicos da direita e do grande capital, pouco importa o que façamos, ***importa quem somos, o que expressamos como projeto de sociedade***. Por isto, trabalham para destruir o PT e o conjunto da esquerda. Neste contexto, ***insistir numa estratégia que a realidade vem superando***, não é apenas um erro: é um suicídio.

50. Implementar, mesmo que parcialmente, o programa dos derrotados na eleição contribui para confundir, desorganizar e dispersar as forças que venceram as eleições

presidenciais de 2014, facilita as operações de sabotagem implementadas pela oposição de direita e também por setores da base do governo, não ajuda a bloquear eventuais tentativas de interromper nosso mandato, além de criar um ambiente favorável aos que desejam nos derrotar nas eleições de 2016 e 2018.

51. Por isto precisamos mudar a estratégia.

52. A política adotada pelo PT em sua primeira década de existência, especialmente a partir do 5º Encontro Nacional (1986), foi baseada no programa democrático-popular e socialista e numa estratégia que articulava luta social, luta institucional, disputa político-cultural e organização partidária.

53. Entretanto, depois da derrota sofrida nas eleições de 1989, um setor importante do Partido entendeu que era necessário mudar de programa e de estratégia.

54. Houve resistências e uma intensa luta interna entre 1990 e 1995. A partir de então e até 2005, houve uma expressiva maioria no Diretório Nacional e nos diretórios estaduais a favor de um novo programa e de uma nova estratégia.

55. A partir de 1995, o objetivo programático do Partido, que até então era derrotar o capitalismo e construir o socialismo, foi colocado (de fato) em segundo plano. O objetivo programático do Partido passou a ser (de fato) derrotar o neoliberalismo, o que implicava não mais iniciar uma transição socialista mas sim administrar um capitalismo não-neoliberal.

56. Isso significou, na prática, que embora o socialismo tenha continuado *de direito* nosso objetivo programático, foi convertido num “horizonte”, que como já se disse, se afasta na exata proporção em que dele nos aproximamos. E como o caminho é longo e cheio de pedras, ao perseguir este horizonte supostamente inatingível alguns começaram a dizer que o socialismo na verdade seria democracia + bem estar social + economia de mercado.

57. À medida que o objetivo programático passou a ser derrotar o neoliberalismo, setores do grande capital passaram a ser considerados aliados estratégicos. Em função disto,

passamos a realizar cada vez mais alianças com partidos de centro e direita, que expressavam exatamente os interesses daqueles setores da burguesia.

58. Como o grande capital brasileiro é hegemonizado pelo setor financeiro e monopolista, setores do Partido passaram a defender e a praticar alianças com estes setores, ou seja, exatamente com os setores beneficiários e interessados no neoliberalismo que supostamente se pretendia derrotar. E, em consequência disto, começaram a propor e a realizar alianças inclusive com o PSDB.

59. A mudança no objetivo programático e nas alianças foi acompanhada por mudanças na política de acúmulo de forças e de conquista/construção do poder.

60. Até 1995, nosso caminho para o poder incluía participar das eleições e exercer mandatos. Mas a luta institucional era um dos meios, não o único meio e nunca o fim. A luta institucional era considerada parte de uma estratégia que incluía também a luta e organização social, a construção de uma aliança orgânica entre as forças democráticos-populares, a disputa ideológica, cultural, de visões de mundo, bem como a organização do próprio PT como partido de massas.

61. Mas ao longo dos anos 1990, especialmente a partir de 1995, a luta institucional foi progressivamente se tornando "a" estratégia, que subordinava e na prática às vezes substituía os demais aspectos.

62. A mudança no objetivo programático, na política de alianças, na política de acúmulo de forças, na via de conquista/construção do poder não impediram a nossa vitória nas eleições presidenciais de 2002. Aquelas mudanças estratégicas tampouco impediram que nossos governos federais, estaduais e municipais melhorassem a vida do povo.

63. Mas com o passar do tempo foi ficando cada vez mais claro que a estratégia adotada entre 1995 e 2005, além de não conduzir ao socialismo, possuía também "defeitos de fabricação" que impediam atingir seus próprios objetivos.

64. Afinal, para continuar melhorando a vida do povo, ampliando a democracia e a soberania nacional, é preciso fazer reformas estruturais. Na ausência de reformas

estruturais, a tendência é o retrocesso nas condições de vida do povo e a retomada de uma hegemonia de tipo neoliberal.

65. E para fazer reformas estruturais, necessitamos de força política e social, já que tais reformas de caráter democrático-popular contrariarão os interesses das classes dominantes no plano nacional e internacional.

66. Por outro lado, chegamos ao governo, mas não conquistamos o poder. E aqueles setores políticos e sociais que detêm o poder estão cada vez mais ameaçando nossa continuidade no governo, como fica claro ao compararmos os resultados das eleições presidenciais desde 2002 até 2014.

67. Acontece que a estratégia adotada pelo PT desde 1995 visava e visa conquistar o governo e mudar as ações de governo. Não é e nunca foi uma estratégia de poder, de disputa de hegemonia e ampliação do apoio político e social para o Partido, de reformas estruturais. Por isto, seguir adotando esta estratégia nos levará, na prática, inapelavelmente, a administrar o retrocesso do que fizemos desde 2002 e ajudar em nossa própria derrota, nas eleições e/ou fora delas.

68. Noutra palavras: a estratégia majoritária no PT entre 1995 e 2005 nos trouxe até certo ponto. Talvez pudéssemos ter chegado até aqui com outra estratégia, talvez não. Independentemente disto, para seguir adiante nosso Partido precisa construir outra estratégia.

69. Uma estratégia que reconheça que só é possível continuar melhorando a vida do povo se fizermos reformas estruturais. Que construa as condições políticas para fazer reformas estruturais. Que recoloque o socialismo como objetivo estratégico. Que constate que o grande capital é nosso inimigo estratégico. Que não acredite nos partidos de centro-direita como aliados. Que seja baseada na articulação entre luta social, luta institucional, luta cultural e organização partidária. Que retome a necessidade do partido dirigente e da organização do campo democrático-popular.

70. Em 2005 já havia ficado clara a necessidade desta nova estratégia. Mas o que resultou do PED daquele ano foi a eleição de uma nova direção partidária comprometida com

algumas mudanças na implementação da estratégia, mas não comprometida com a adoção de uma nova estratégia.

71. Embora limitadas, as mudanças realizadas entre 2006 e 2010 melhoraram o ambiente no Partido, contribuíram para que o governo Lula fizesse uma inflexão à esquerda e nos permitiram vencer as eleições presidenciais de 2006 e 2010. Mas a estratégia continuou a mesma. Aliás, alguns setores interpretaram os resultados positivos da inflexão iniciada em 2005 como demonstração de que não era necessário mudar de estratégia.

72. As consequências deste erro ficaram claras em junho de 2013, nas eleições de 2014 e neste início do segundo mandato de Dilma. Ao não mudar a estratégia, enfrentamos seus efeitos colaterais. Ao não mudar a estratégia no momento adequado, somos obrigados a tentar a alteração quando é mais difícil fazê-lo.

73. É importante lembrar, a respeito, que no PED de 2013 alguns setores do PT se recusaram a fazer qualquer debate político estratégico. Hoje estamos pagando o preço por isto.

74. Embora o estilo predominante no atual governo possa agravar as coisas, os impasses estratégicos atuais não decorrem principalmente das ações (e inações) da presidente Dilma. As escolhas estratégicas feitas pelo PT, ou pela maioria do Partido, foram anteriores ao ingresso de Dilma no Partido. E as opções feitas pelo governo neste primeiro bimestre de 2015 têm a mesma genética das opções feitas por Lula no biênio 2003-2004.

75. A diferença é que as condições da luta de classe mudaram completamente. O cenário internacional foi alterado, o grande capital mudou de atitude, os setores médios e parcelas crescentes da classe trabalhadora também mudaram sua atitude frente ao nosso PT e aos governos que encabeçamos. Ou seja: se é verdade que a atual estratégia oferecia seus ônus e seus bônus, agora os bônus estão desaparecendo e os ônus agigantaram-se.

76. Para construir uma saída para esta situação, para convencer a maioria da classe trabalhadora brasileira de que entramos numa fase em que será necessária outra estratégia, é preciso convencer em primeiro lugar o nosso próprio Partido.
77. Convencer a nós mesmos, ao PT, de que precisamos sair da situação atual, em que buscamos melhorar as condições de vida do povo nos marcos do capitalismo, para uma nova situação, em que melhoraremos as condições de vida do povo através de reformas estruturais democrático-populares e de medidas de tipo socialista.
78. Só retomaremos a condição de partido hegemônico no governo, se nos dispusermos a conquistar/construir as condições para sermos partido hegemônico no poder de Estado.
79. Quando defendemos a necessidade de realizar reformas estruturais, de resolver os problemas na raiz, portanto de radicalizar, é comum sermos contestados da seguinte forma: a correlação de forças é pior hoje do que em 2003. Se então não radicalizamos, como fazê-lo com êxito nas condições atuais?
80. Nossa resposta é: não desconhecemos as condições difíceis, sabemos os riscos envolvidos e ninguém pode garantir êxito.
81. Mas estamos naquela situação em que uma política recuada é mais arriscada do que uma política ousada. Dito de outra forma: quando nossos inimigos estão recuados, temem a nossa força e estão dispostos a fazer acordos, os acordos podem até trazer alguns benefícios. Mas quando os inimigos estão em plena ofensiva, buscando efetivamente nos liquidar, os acordos e recuos geralmente têm como resultado fortalecerem ainda mais e facilitar esse objetivo, ao tempo que confundem e desmoralizam nosso lado.
82. Evidentemente, uma política ousada só terá êxito se basear-se nas condições potenciais de mobilização, organização e consciência das classes trabalhadoras. O segundo turno das eleições de 2014 mostrou que é perfeitamente possível sair de armadilhas políticas, convocando a imensa energia social que temos acumulada. E o início do segundo mandato demonstra que desconhecer esta energia acumulada e

adotar como regra fazer concessões aos inimigos tem como resultado perder apoios e reforçar ódios (como demonstram recentes pesquisas).

Alterar a linha do governo, rumo a um segundo mandato superior

83. A vitória de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2014 foi a vitória daqueles que defendem combinar desenvolvimento com democracia, bem estar social, soberania nacional e integração regional.

84. Contudo, a vitória de Dilma Rousseff foi acompanhada pela eleição de um Congresso nacional mais conservador do que o das legislaturas anteriores, bem como da eleição de governadores vinculados à oposição de direita em estados importantes. Derrotamos o retrocesso, mas nem em 2006, nem em 2010 o campo conservador esteve tão perto de recuperar a Presidência.

85. Tomado de conjunto, considerando em particular o quadro econômico nacional e internacional, o cenário pós-eleitoral é bastante difícil. A este quadro soma-se a chamada Operação Lava Jato, não apenas por seus efeitos políticos e midiáticos, mas também por seu impacto sobre a Petrobrás, sobre outras empresas e sobre o conjunto da economia.

86. Em síntese: nas eleições presidenciais de 2014, impedimos o retrocesso que seria causado por uma vitória da oposição de direita, mas não criamos as condições institucionais necessárias para fazer um segundo mandato superior.

87. Os derrotados na eleição presidencial perceberam isto desde o primeiro momento. Questionaram formalmente o resultado, inclusive propondo uma “recontagem” de votos. Estimularam e participaram de manifestações nas quais setores de ultra-direita pediram por uma ditadura militar, além de exibirem fartamente um criminoso comportamento homofóbico, racista e sexista. Não escondem sua disposição de sabotar e até mesmo interromper o mandato presidencial que ora se inicia. Mantêm intensa pressão política e midiática em favor da aplicação do programa derrotado nas urnas.

88. Frente a tudo isto, o governo da presidente Dilma Rousseff teria três opções fundamentais.

89. A primeira opção seria ***aplicar integral e imediatamente o programa vitorioso*** no segundo turno da campanha presidencial.
90. Esta hipótese, para ser exequível e exitosa, dependeria do governo, do PT e de seus aliados na esquerda partidária e social superarem também integral e imediatamente seus atuais déficits de organização, mobilização e consciência. O que teria como pressuposto a adoção de outra estratégia, não apenas por parte do Partido e aliados de esquerda, mas também por parte da própria presidente.
91. A segunda opção seria ***fazer mediações*** entre o programa vitorioso nas eleições presidenciais, as debilidades do campo popular, o poderio demonstrado pela oposição de direita, os níveis de infidelidade na chamada base de governo e as circunstâncias difíceis deste início de mandato.
92. Nesta hipótese, o governo iniciaria a aplicação do programa vitorioso nas eleições, mas num ritmo que permitiria ao próprio governo, ao PT e aos seus aliados na esquerda partidária e social superar seus atuais déficits de organização, mobilização e consciência. Portanto, as ***mediações*** visariam ganhar tempo, tempo necessário à criação das condições para transitar da atual estratégia (baseada em ***melhorar a vida do povo através de políticas públicas***) para outra estratégia (baseada em ***transformar a vida do povo através da combinação entre políticas públicas e reformas estruturais***).
93. A terceira opção seria ***fazer concessões programáticas*** aos que perderam a eleição.
94. Quando falamos de ***concessões programáticas***, não nos referimos principalmente à composição do ministério. Afinal, dada a política de alianças e o resultado eleitoral, era previsível que o ministério do segundo mandato Dilma incluiria personagens incompatíveis com um programa democrático-popular, com reformas estruturais, com transformações mais profundas, como aliás tem sido até aqui.
95. Quando falamos de concessões programáticas, tampouco nos referimos a ***aspectos*** do programa. Pelos mesmos motivos citados no ponto acima, é óbvio que no conjunto das

ações do segundo mandato Dilma haveria iniciativas do interesse de aliados de direita e de setores do grande capital.

96. Quando nos referimos a concessões programáticas, nos referimos a adoção de uma **política econômica de ajuste fiscal através de medidas recessivas**. Falamos, portanto, de um tipo de concessão que **contamina** todo o governo, todas as políticas públicas, o conjunto da economia, da sociedade e da política brasileira.

97. A presidente Dilma Rousseff escolheu esta terceira opção.

98. O ajuste fiscal implementado pelos ministros Joaquim Levy e Nelson Barbosa vai provocar recessão. A lógica de cortar “despesas” trabalhistas (MPs 664 e 665) e aumentar juros beneficia o setor financeiro e seus sócios, em detrimento do restante da sociedade.

99. Um país que crescia pouco ou não crescia, necessitava de outro tipo de “ajuste fiscal”. O Brasil necessitava e segue necessitando de um “ajuste fiscal” que transfira recursos da especulação para a produção, da minoria rica para a maioria trabalhadora. Só desta forma será possível combinar a recomposição da indústria – sem a qual não há crescimento nem desenvolvimento – com a ampliação do bem estar social.

100. A opção pelo ajuste fiscal através de medidas recessivas não é novidade no Brasil. Agora, como nos 1980 e 1990, seus defensores argumentam que reduzindo os ganhos dos trabalhadores, espera-se que os capitalistas se vejam estimulados a investir. Com isso a economia voltaria a crescer e no final “todos ganhariam”, ainda que alguns mais do que os outros.

101. Todos sabemos quais foram os efeitos deste “modelo” nos anos 1980 e 1990, no Brasil. E todos estamos vendo sua aplicação produzir um desastre político e social em parte da Europa.

102. Evidente que Nelson Barbosa e Joaquim Levy são obrigados, ao implementar este “modelo”, a levar em consideração certos limites impostos pela presidenta, que

assumiu compromissos públicos no processo eleitoral, não apenas com seus eleitores, mas com a tão citada nação brasileira.

103. Entretanto, os seguidos aumentos da taxa de juros; o veto ao reajuste da tabela do IR; as alterações previstas nas MP 664 e 665; a decisão de não vetar o artigo 143 da Medida Provisória 656/2014, que permite investimentos estrangeiros nos serviços de saúde; e a proposta de abertura do capital da Caixa Econômica Federal (que felizmente parece ter sido deixada de lado) revelam que os limites impostos pela presidenta tendem a ser atropelados pela lógica global das medidas.

104. A opção por uma política econômica de ajuste fiscal através de medidas recessivas está tornando a situação mais perigosa do que já era: a) uma conjuntura por si já extremamente complexa; b) os efeitos das medidas recessivas citadas; c) uma oposição que continua belicosa, estimulada por d) uma mídia que interpreta as medidas do governo como prova de que tinham razão no debate eleitoral; e) demandas políticas e sociais pendentes, especialmente de políticas urbanas e agrárias; f) importantes movimentos sociais – com destaque para a CUT e outras centrais sindicais – convocando mobilizações contra as medidas do governo; g) dúvidas, confusão e conflitos em segmentos crescentes da base eleitoral, social e militante que elegeu a presidente Dilma.

105. Todos sabíamos que o segundo mandato Dilma Rousseff seria um governo em disputa, como foram os dois mandatos de Lula e o primeiro mandato de Dilma. Portanto, estava óbvio que seria necessária forte mobilização, tanto para apoiar o governo contra a direita e o grande capital, quanto para enfrentar determinadas políticas resultantes de um governo de coalizão – o que nos obrigaria a reforçar o PT e a construir uma frente orgânica com os aliados da esquerda partidária e social, em defesa das reformas estruturais.

106. Mas a opção por uma **política econômica de ajuste fiscal através de medidas recessivas** ameaça mudar perigosamente os termos da equação. Pois uma coisa é mobilizar contra **aspectos** da política do governo, ao mesmo tempo que se concorda com o fundamental; e outra coisa profundamente diferente é mobilizar contra aspectos

fundamentais da política do governo, contra concessões programáticas centrais que o governo faz ao grande capital e à direita.

107. Noutras palavras: a opção feita pela presidente Dilma Rousseff, a favor de uma política econômica de ajuste fiscal através de medidas recessivas coloca o Partido dos Trabalhadores e o conjunto da esquerda que nos ajudou a vencer as eleições de 2014 frente a uma ***encruzilhada extremamente perigosa e totalmente desnecessária***.

108. A preocupação é reforçada pela ***matemática da política***. Ocorre que não atuamos na correlação de forças de 2002, 2006 ou 2010. Estamos nos marcos da correlação de forças de 2014, o que significa dizer que relativamente pequenas defecções em nossa base podem nos levar a uma derrota global.

109. Não se trata de atribuir ao governo estrito senso a solução dos problemas estratégicos, como se estes fossem resolvidos através de atos administrativos como a substituição de ministros, embora isto também deva ser feito, especialmente nas áreas da Fazenda, Cidades e Agricultura.

110. Entretanto, há problemas cuja solução depende no fundamental de políticas de governo. Entre estas destacamos três: mudar a política econômica, democratizar a comunicação e realizar a reforma política.

111. Uma das condições de êxito de nosso projeto é a retomada do crescimento econômico, com ênfase no fortalecimento da capacidade industrial do Brasil.

112. Trata-se de **reverter o quadro de desindustrialização e desnacionalização**, construindo uma forte cadeia de empresas estatais e públicas nos setores econômicos estratégicos, para induzir o crescimento a partir de uma perspectiva de desenvolvimento democrático e popular.

113. Em termos práticos, isso demanda: 1) redução nas taxas de juros, para estimular investimentos produtivos; 2) taxas de câmbio administradas, que elevem a competitividade dos manufaturados brasileiros no mercado internacional e não

prejudiquem a importação de bens de capital para a indústria; 3) reforma tributária que taxe fortemente o capital entesourado e as heranças, estimule o capital produtivo e desonere os rendimentos do trabalho; 4) aplicação firme das leis contra a formação de cartéis, oligopólios e monopólios e contra as ações corruptoras dessas corporações; 5) criação de empresas estatais que induzam os setores privados, principalmente médios e pequenos, a produzir ciência, tecnologia e inovação, adensar as cadeias produtivas nacionais e realizar um crescimento ampliado da produção industrial e agrícola; 6) ampliar a produção de alimentos, através de mudanças na política agrícola e na estrutura agrária; 7) melhorar as condições de vida da maior parte da sociedade, especialmente fortalecendo econômica, política e culturalmente a classe trabalhadora assalariada.

114. A história demonstra que, nos momentos de crise como os que vivemos, é o Estado que deve tomar a iniciativa de comandar o processo de manutenção e ampliação dos investimentos necessários. Motivo pelo qual reafirmamos nossa defesa do caráter público da Caixa Econômica Federal e nossa exigência por uma redução expressiva e imediata da taxa de juros.

115. Nos últimos anos, o governo brasileiro esforçou-se para impedir que o impacto da crise internacional atingisse os setores populares. Isto teve um alto custo fiscal, criando dificuldades orçamentárias neste início do segundo mandato Dilma Rousseff. Estas dificuldades fiscais devem ser enfrentadas, principalmente, através da redução da taxa de juros, do imposto sobre as grandes fortunas, da revisão de subsídios e isenções, da progressividade no imposto de renda e das demais medidas tributárias que façam os ricos e corruptores deste país pagarem a conta necessária para superar a crise e retomar o crescimento.

116. Além disso, coerente com o compromisso firmado pela presidente Dilma Rousseff durante a campanha eleitoral, de manutenção dos direitos sociais e trabalhistas, o Governo deve retirar as MPs 664 e 665.

117. A mudança na política econômica – entendendo por isto abandonar a lógica do ajuste fiscal recessivo e trilhar o caminho da industrialização com soberania nacional e sustentabilidade ambiental – exigirá uma imensa batalha política.

118. Este momento de crise exige e é propício para um salto qualitativo no modelo de desenvolvimento nacional, com ênfase na inovação e na sustentabilidade. Por exemplo: o planejamento de longo prazo, inclusive no que diz respeito aos serviços ambientais no meio urbano e rural, articulados num programa de desenvolvimento sustentável, é a saída para enfrentar o ciclo recessivo e a “crise hídrica” causada não pela natureza, mas pela ação e inação de governos como o de São Paulo.

119. Um programa socioambiental federal para preservação dos solos, das águas, do clima e da biodiversidade, construído no mesmo espírito de urgência e solidariedade que orientou o Mais Médicos, repercutirá na economia, geração de renda e qualidade de vida para toda população. Sanear, reciclar, implantar energias limpas e com menos dependência de combustíveis fósseis, reduzir desmatamentos e emissões de carbono mitigará os efeitos das crises relacionadas às mudanças climáticas e terá impacto sobre os custos financeiros de outros serviços públicos, como a saúde, por exemplo. Evidentemente isso implica em subverter a timidez das políticas do Ministério do Meio Ambiente, bem como o redirecionamento das políticas do conjunto nas diversas pastas do governo com o mesmo foco. Uma política global de Estado que supere a usual compartimentação, favoreça e estimule o cumprimento dos Acordos internacionais sobre este tema.

120. Aos céticos quanto à uma guinada de tal envergadura, há que se responder que se o governo foi capaz de mover-se em direção ao programa adversário, poderá fazê-lo no sentido inverso, se estiver convencido de que disto dependerá não apenas sua capacidade de sobrevivência política, mas principalmente os destinos do Brasil.

121. Nossas chances maiores ou menores de êxito nesta batalha dependem de alterações imediatas na política de comunicação. Quando fala de Pátria Educadora – sem entrar no mérito do nome utilizado ou das concepções pedagógicas envolvidas – a presidente Dilma de fato enfatiza a formação da mão de obra. Sem reduzir em nenhum momento a importância da elevação do nível educacional técnico e profissional do conjunto da população brasileira, entendemos que é necessário abordar de outra forma o problema.

122. Não haverá mudança social profunda no Brasil, se isto não for acompanhado por uma mudança cultural na visão de mundo da maioria da população brasileira. Necessitamos tornar hegemônicos os valores democráticos, populares e socialistas. Mas o que temos assistido desde 2003 é uma reação das ideias conservadoras em todos os terrenos. Isto se deve, em parte, ao fato de que não houve nenhuma mudança estrutural no terreno da cultura, da educação e da comunicação. Ao contrário: o grande capital e a direita não apenas mantiveram como ampliaram sua ofensiva em cada um destes terrenos.

123. Cabe, em parte, ao governo alterar esta situação. No terreno da Cultura, trata-se em primeiro lugar de superar o modelo baseado na Lei Rouanet. No terreno da Educação, de combinar a ampliação de vagas com o fortalecimento do setor público, a valorização do profissional da educação e a mudança no projeto pedagógico. No terreno da comunicação, trata de apoiar a aprovação da Lei da Mídia Democrática e implementar as principais resoluções da Conferência Nacional de Comunicação de 2009.

124. A democratização das comunicações favorece a produção e veiculação livre de conteúdos independentes. A regulamentação e o controle social da mídia reduzem a manipulação das notícias. Por isso as empresas de comunicação que dominam o mercado têm reagido atacando o governo. Este, por sua vez, evoluiu de uma posição liberal -- que confiava no "controle remoto" -- para a defesa da regulação econômica, que pode levar à quebra do oligopólio.

125. Entretanto, é preciso ir além e rápido: mudar o conjunto da política de publicidade; apoiar a mídia democrática; e adotar uma postura ofensiva, da parte do governo, na comunicação com a sociedade.

126. O PIG tenta desqualificar as propostas de controle social da mídia como se fossem censura, parte de uma manobra para encobrir escândalos de corrupção. As empresas que atuam na área tentam aparecer como campeões da "liberdade de expressão", não apenas para disfarçar suas manipulações, leviandades e calúnias, mas principalmente para ocultar o fato de que oligopólio é quem pratica a censura. Por tudo isto, a comunicação governamental não pode continuar sendo um assunto de agências

publicitárias. Para defender com êxito o governo, é preciso que o próprio governo se defenda adequadamente.

127. O centro da questão está em entender que o governo é uma instituição política, não apenas administrativa. Este é, aliás, o único aspecto racional do ataque que a direita faz contra o chamado e mal denominado bolivarianismo.

128. Em outros governos progressistas e de esquerda latino-americanos, comprehende-se claramente que o papel do governo é não apenas administrar, é também liderar politicamente. Já em setores da esquerda brasileira, prevalece uma visão administrativista e tecnocrática.

129. As manifestações massivas de 2013 levaram a presidente Dilma a defender a necessidade de uma profunda reforma política. O tema voltou a ser defendido na campanha eleitoral e no discurso de posse da presidenta, apontando como pontos centrais as formas de financiamento das campanhas eleitorais, as regras eleitorais e os mecanismos de interlocução com a sociedade e os movimentos sociais. Mas há um visível recuo na defesa da Constituinte e do Plebiscito. Não há compromisso com a defesa explícita do fim do financiamento empresarial, do voto em lista, do fim das coligações proporcionais, da paridade de gênero etc.

130. Se o governo não impulsionar com firmeza a mobilização em favor destas mudanças concretas, restará apenas o protagonismo dos partidos e movimentos democrático-populares para se contrapor ao "protagonismo" do Congresso, com o risco de ser aprovada uma contrarreforma conservadora, a exemplo do "distritão" do PMDB.

131. Atualmente, os principais projetos ou campanhas que tratam da reforma política são os seguintes:

132. * PDL 1508/2013 - projeto de decreto legislativo apresentado pela campanha do Plebiscito da Constituinte e subscrito por mais de um terço dos deputados na Câmara. Também foi protocolado outro projeto com o mesmo teor no Senado Federal. Dispõe sobre a convocação de um plebiscito oficial com a mesma pergunta do plebiscito

popular de setembro de 2014: "Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?"

133. *PEC 352/13 - proposta de emenda constitucional elaborada pelo GT da Câmara dos Deputados, cujo relator foi o ex-deputado Cândido Vaccarezza. Foi retomada por Eduardo Cunha nas últimas semanas e constitucionaliza o financiamento empresarial da política, uma modalidade de voto distrital, o voto facultativo, o fim da reeleição para cargos no Executivo, a coincidência das eleições em todos os níveis, a criação de cláusula de barreira, a unificação do prazo mínimo de filiação para a elegibilidade em seis meses, entre outros retrocessos.

134. *Formulário do abaixo-assinado do projeto de iniciativa popular de reforma política do PT. Consta os quatro principais pontos defendidos pelo partido: 1) financiamento público exclusivo de campanhas políticas; 2) Voto em lista preordenada para os parlamentos; 3) Aumento compulsório da participação feminina nas candidaturas; 4) Convocação de Assembleia Constituinte exclusiva sobre Reforma Política.

135. *Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4650), de iniciativa da OAB, questiona o financiamento de empresas aos partidos políticos e nas campanhas eleitorais. Já reúne maioria de 6 votos a 1 a favor da proibição do financiamento empresarial, mas desde abril de 2014 o ministro Gilmar Mendes pediu vistas da ação e não devolve para terminar o julgamento.

136. *Projeto de Lei da Coalização pela reforma política democrática e eleições limpas (PL 6316/13). Impulsionada pela OAB, CNBB e outros movimentos, tem como principais eixos: 1) "financiamento democrático" de campanha (proibição da doação empresarial e doação de pessoa física em até R\$ 700); 2) Eleição proporcional em dois turnos (1º no partido, depois no candidato); 3) Paridade de gênero na lista pré-ordenada e 4) ampliação dos instrumentos de democracia direta.

137. Desde a eleição de Eduardo Cunha, estamos sofrendo uma ofensiva da direita no debate da reforma política. Na verdade, a direita mudou de tática sobre o tema. Se antes atuava para impedir a aprovação dos projetos da esquerda no Congresso Nacional, agora quer aprovar sua própria proposta de reforma política.

138. Como um de seus primeiros atos, o novo presidente da Câmara submeteu e o plenário da Câmara aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional 352/13, a PEC Vaccarezza/Henrique Alves, que estava até então na Comissão da Constituição e Justiça.

139. Desde 2013, o PT e a sua bancada têm posição contrária à PEC por considerá-la uma contrarreforma política.

140. Para incidir nas próximas eleições, a direita trabalha com a meta de aprovar a contrarreforma no Congresso até o final de setembro e atua em jogo combinado com o ministro do STF Gilmar Mendes, que segura há 11 meses uma Ação de Inconstitucionalidade (ADI 4650) de iniciativa da OAB que proíbe o financiamento empresarial.

141. No STF, a ação já alcançou a maioria de 6 a 1 favorável à proibição. No entanto, se a PEC da contrarreforma for aprovada neste meio tempo, constitucionalizando o financiamento empresarial, corremos o risco da ação ser prejudicada. Daí a importância do movimento “Devolve, Gilmar”.

142. Como já dissemos, a vitória de Dilma Rousseff foi acompanhada pela eleição de um Congresso nacional mais conservador do que o das legislaturas anteriores, bem como da eleição de governadores vinculados à oposição de direita em estados importantes.

143. A oposição de direita pretende aprofundar sua hegemonia institucional, nas eleições municipais de 2016 e nas eleições gerais de 2018.

144. Frente a isto, o Partido deve abandonar o discurso de que “a oposição não aceita que a eleição acabou” e adotar um discurso que explique ao povo brasileiro o que está em jogo, a importância de se organizar nos movimentos populares e instrumentos de luta dos trabalhadores e das trabalhadoras e de apoiar os governos e parlamentares vinculados à esquerda, a necessidade de pressionar os parlamentos e governos de direita e a inevitabilidade de novos confrontos eleitorais em 2016 e 2018.

145. A atenção dedicada pelo PT aos rumos do governo Dilma Rousseff não pode nos levar a deixar de lado o acompanhamento dos governos estaduais e municipais, com destaque para aqueles encabeçados pela esquerda, especialmente pelo PT.
146. Neste contexto, ressaltamos a importância do governo de Minas Gerais no desmascaramento do modo tucano de governar.
147. Também neste contexto, manifestamos nosso repúdio à chacina ocorrida recentemente em Salvador, Bahia, praticada por policiais militares, frente a qual nosso governador adotou uma postura absolutamente tradicional, que banaliza a guerra que está sendo praticada contra a juventude negra e pobre. Para além do conteúdo, certas declarações feitas pelo governador – comparando os PMs a jogadores de futebol – foram de uma infelicidade atroz. Ao mesmo tempo que nos somamos aos que protestaram, exigindo investigação e punição, reafirmamos nossa defesa da desmilitarização das Polícias Militares. E cobramos um posicionamento do conjunto do PT e da área de direitos humanos do governo federal.
148. Manifestamos, ainda, a necessidade de apoiar o governo estadual do Maranhão, no desmonte da oligarquia Sarney.
149. Finalmente, ressaltamos a importância do êxito da gestão encabeçada por Fernando Haddad na prefeitura de São Paulo. Neste sentido, é preciso impedir que se repitam – agora e em 2016 – os erros táticos que nos levaram a uma derrota nas eleições de 2014 em SP.
150. Embora a tática eleitoral em 2016 tenha aspectos locais, cabe ao Partido definir os parâmetros nacionais do processo, em torno das seguintes diretrizes: apoio ao governo Dilma, defesa de uma plataforma de aprofundamento das mudanças e prioridade para os partidos de esquerda nas alianças.
151. É necessário, também, o acompanhamento dos governos municipais e estaduais vinculados à oposição.

152. Um exemplo da tática frente aos governos de direita é a mobilização ocorrida no Paraná, contra as políticas neoliberais de desmonte do Estado, de precarização dos serviços públicos e de cortes nos direitos de servidores, promovidas pelo governador tucano Beto Richa.

153. Um contraexemplo é a ausência do PT (até o momento em que escrevemos este texto) em mobilizações frente ao descalabro hídrico causado pelo governo tucano de Alckmin.

154. Para além dos governos, é preciso atenção para os parlamentos, com destaque para o Congresso Nacional.

155. O resultado da eleição da presidência da Câmara dos Deputados confirma a predominância do conservadorismo e do fisiologismo entre os parlamentares eleitos em 2014.

156. A vantagem obtida por Eduardo Cunha, vitorioso no primeiro turno com 267 dos 513 deputados, demonstra a necessidade de outro tipo de governabilidade, que não se iluda com a chamada "base do governo".

157. Neste congresso conservador e sob a presidência de Eduardo Cunha, temas como a reforma política, a lei da mídia democrática, a punição dos crimes da ditadura militar, o combate à corrupção e mesmo a cassação do deputado Jair Bolsonaro só terão chance de êxito se houver intensa pressão social.

158. Neste contexto, setores do Partido defendiam uma composição com a candidatura de Eduardo Cunha. E criticam a opção feita pela bancada, de lançar a candidatura de Arlindo Chinaglia. Os defensores desta proposta seguem não entendendo o quadro político brasileiro e a necessidade de mudar de tática e de estratégia. Continuam acreditando que mais vale um péssimo acordo do que uma boa briga.

159. A bancada do PT na Câmara dos Deputados agiu corretamente. Poderíamos ter vencido, se a composição do ministério e a atitude do conjunto do governo tivesse sido outra. Mas sabíamos, desde o princípio, que era grande a chance de derrota. E ainda

assim era fundamental ter candidatura. Em primeiro lugar porque são nulas as chances de composição com o que Eduardo Cunha representa, salvo ao preço da descaracterização mais abjeta do PT. Em segundo lugar, por demonstrar quem efetivamente combate as práticas fisiológicas, corruptas e antipopulares. Em terceiro lugar, para sinalizar aos setores democráticos da sociedade e do próprio Congresso Nacional a necessidade de uma nova tática, seja para combater as tentativas de retrocesso – com destaque para a contrarreforma política – que o novo presidente da Câmara dos Deputados busca implementar, seja para lutar por nossa plataforma democrática e popular.

160. O quadro no Senado tampouco é tranquilo. Sem mobilização social, a força da direita na institucionalidade não apenas sufocará qualquer chance de aprofundar as mudanças no país, como provocará retrocessos.

Mudar o PT: um partido para tempos de guerra

161. A experiência histórica, tanto nacional quanto internacional, vem demonstrando que a continuidade do capitalismo implica em sofrimentos cada vez mais intensos e em crises cada vez mais perigosas para a imensa maioria da população de nosso planeta.

162. Por outro lado, este mesmo capitalismo criou as bases para a construção de outro tipo de sociedade, uma sociedade baseada na produção coletiva e na propriedade social dos meios de produção, uma sociedade onde os trabalhadores e as trabalhadoras decidam democraticamente o quê produzir, como produzir e como distribuir as riquezas, superando a opressão e a exploração presentes onde existe a divisão da sociedade em classes, bem como criando as condições sociais indispensáveis à superação de outras formas de opressão e exploração.

163. A experiência histórica também demonstrou as imensas dificuldades e riscos que se colocam para aqueles que pretendem superar o capitalismo e realizar uma transição socialista. Por isto, devemos combinar de forma permanente a luta contra o capitalismo com o estudo do capitalismo, a luta pelo socialismo com o estudo das tentativas de construção do socialismo.

164. Deste estudo, há três ideias que se destacam. A primeira delas é que a superação do capitalismo depende da luta das classes trabalhadoras. A segunda delas é que, existindo as necessárias condições objetivas, o êxito desta luta depende fundamentalmente do grau de consciência, organização e mobilização da classe trabalhadora assalariada – ou seja, daquela classe que é diretamente explorada pelos capitalistas. A terceira é que a luta socialista supõe diferentes formas de organização, de luta e de mobilização, bem como diferentes estratégias, táticas e políticas de aliança; mas sempre exige a presença do partido político.

165. A experiência demonstra, ainda, que em diferentes épocas e contextos históricos, houve diferentes tipos de partidos políticos. Desde as revoluções burguesas até a época da Associação Internacional dos Trabalhadores, desde a Comuna de Paris até a chamada Segunda Internacional, desde a Revolução Russa de 1917 até a Chinesa de 1949, desde a vitória da Revolução Cubana de 1959 até a derrota das guerrilhas latino-americanas, passando pelas guerras de libertação em África e Ásia, pelas experiências anarquistas, nacionalistas, populistas, social-democratas e comunistas, a classe trabalhadora construiu variados tipos de partidos, que algumas vezes entraram em confronto, mas também fizeram alianças entre si.

166. Desta larga experiência, que também deve ser objeto de permanente reflexão, extraímos duas grandes lições. A primeira, já referida: o sucesso da luta contra o capitalismo e pelo socialismo exige que a classe trabalhadora se organize de diversas formas, entre as quais o partido político. A segunda: é a prática concreta que define o papel que um partido joga em cada circunstância histórica. Entendemos por “prática concreta” a ideologia, a teoria, a estratégia, as táticas, as formas organizativas e principalmente o vínculo com a classe trabalhadora realmente existente.

167. Nenhum partido nasce pronto e acabado, nenhum partido tem o monopólio da classe, nenhum partido é eterno. Mas sem partido, a luta da classe trabalhadora será claudicante, mais facilmente sujeita à derrotas táticas e de antemão derrotada estrategicamente.

168. A história dos partidos da classe trabalhadora brasileira possui cerca de 100 anos. Inclui os anarquistas, os socialistas, assim como setores vinculados à tradição

democrático-radical, nacionalista, cristã e sindicalista. Nesta história, destacam-se o trabalhismo, o comunismo e o petismo.

169. Desde o final da ditadura militar até os dias atuais, o Partido dos Trabalhadores é o partido com maior influência nas classes trabalhadoras brasileiras, com mais força política social e institucional, com mais destaque internacional.

170. Os demais partidos vinculados à classe trabalhadora são aliados, adversários ou inimigos do PT, mas o fato de sua ação política estar referenciada no PT confirma que na atual fase da história brasileira o petismo mantém hegemonia sobre a esquerda brasileira, hegemonia que decorre de sua influência de massa e também das condições sob as quais se trava, hoje, a luta política no Brasil.

171. O Partido dos Trabalhadores foi criado em 1980. Sofreu diversas transformações ao longo de sua trajetória de 35 anos. Estas transformações responderam em parte às mudanças objetivas ocorridas na sociedade brasileira, na luta entre as classes sociais. Por outra parte, as mudanças sofridas pelo PT são produto da luta entre as diversas correntes existentes no interior do Partido, correntes que expressam de maneira mais ou menos consciente o ponto de vista de diferentes setores da classe trabalhadora.

172. Para ter êxito numa política de reformas estruturais, o PT precisa “fazer o dever de casa”, ou seja, reiterar incansavelmente seu caráter de classe, a necessidade de manter uma relação estreita com os movimentos e lutas sociais, e jamais abandonar ou distorcer seus mecanismos de democracia interna.

173. Estas atitudes são fundamentais para a sobrevivência do PT, seja frente às correntes de ultra-esquerda, que procuram liquidá-lo a pretexto de que o partido abandonou seus ideais, seja frente aos constantes ataques da direita, que procura liquidá-lo porque tem clareza de que o PT é o principal instrumento que as classes trabalhadoras têm disponível hoje, para a conquista do poder e para a mudança das relações sociais.

174. O PT é um partido de massas, o que significa dizer que em maior ou menor medida ele deve conter em seu interior a diversidade de posições políticas que existe na classe trabalhadora. Isto significa que o PT deve ser aberto à participação de correntes

desenvolvimentistas, social-democratas e inclusive social-liberais. Entretanto, devemos travar uma luta constante para que estes setores evoluam para posições democrático-populares e socialistas.

175. Embora praticando táticas eleitorais de alianças com diversos setores sociais e políticos, visando ao enfrentamento contra partidos e representantes da direita neoliberal, o PT precisa combater as atitudes daqueles petistas que procuram utilizar os mesmos métodos e hábitos burgueses desses eventuais aliados.

176. Por isto mesmo, o PT não deve temer fazer autocrítica de seus erros publicamente, nem vacilar em punir exemplarmente aqueles dirigentes e militantes que fizeram uso de métodos burgueses de atuação e, com isso, abriram flancos aos ataques inimigos, causaram prejuízo ao Partido e colocaram sua sobrevivência em risco.

177. O Partido deve ter autonomia financeira. Para isto devemos assumir como Partido o combate contra a dependência frente às contribuições de empresas privadas. Por isto, também, devemos criar uma corregedoria interna, que se antecipe na descoberta de corruptos infiltrados no Partido. Ao mesmo tempo, o PT exige auditoria e punição contra a corrupção praticada nos governos tucanos.

178. O processo de construção de um partido dos trabalhadores exige uma constante correção de rumos, através da reafirmação de sua estratégia, da atualização das políticas e táticas, e do aprofundamento da democracia interna, tendo em vista preservar o partido daqueles métodos, hábitos e costumes que ameaçam destruí-lo ou deformá-lo totalmente.

179. Em vista disso, o PT deve redobrar sua capacidade de formulação política, atualizando sua análise de classes da sociedade brasileira, com atenção especial aos deslocamentos ocorridos no interior da classe trabalhadora, a partir da elevação dos padrões de consumo de milhões de pessoas, nos últimos anos. Será necessário um esforço mais efetivo de análise do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, da formação e transformação histórica das classes sociais e da luta entre elas. E de reelaboração e discussão do programa estratégico para o Brasil, incluindo a questão do

poder, do papel das diferentes formas de luta que a burguesia pode impor ao povo brasileiro e dos diferentes instrumentos organizativos das classes trabalhadoras.

180. Para preparar-se e tornar-se efetivamente capaz de ser força política hegemônica na sociedade brasileira e conquistar a direção do poder político como um todo, o PT precisa de uma clara hegemonia interna, em torno do programa e da estratégia democrático-popular e socialista, reiterando seu caráter de classe, de massas, de luta e internamente democrático. Deve, ainda, ampliar sua presença institucional e social e revigorar sua vida partidária, com atenção primordial a suas bases organizativas. E superar a prolongada subestimação da formação política de dirigentes e militantes, utilizando tal formação inclusive como primeiro passo para o ingresso no partido e a ocupação de cargos de direção.

181. O PT deve, também, formular e executar uma política de cultura, educação e comunicação de massas, tendo em vista construir uma hegemonia das ideias democráticas, populares e socialistas no meio do povo, hoje vítima de uma violenta ofensiva do ideário conservador.

182. No caso específico da comunicação, trata-se de 1) democratizar a comunicação social; 2) ampliar a rede de meios de comunicação (televisões, rádios, internet e imprensa) dirigidos pelo campo democrático-popular; 3) construir os instrumentos do próprio Partido, com destaque para um jornal diário de massas, que seja o núcleo central de produção do conteúdo que será repercutido através dos demais meios, especialmente das redes sociais.

183. Continuamos trabalhando para que o PT assuma um papel de vanguarda, não apenas na luta pelo governo, mas também na luta pelo poder; não apenas na luta pelo desenvolvimento, mas também na luta por reformas estruturais e pelo socialismo.

Diretrizes organizativas

184. É com este espírito, também, que apresentamos as seguintes diretrizes de reforma organizativa do Partido dos Trabalhadores:

- a) voltar a ser um partido que atua também nos anos ímpares e que sabe combinar luta social, luta cultural, construção partidária, com disputa eleitoral, ação parlamentar e governamental;
- b) reatar laços orgânicos com nossa base social, por um lado retomando a prática do trabalho de base e por outro lado recobrando a capacidade de mobilização social;
- c) constituir uma frente popular orgânica com aqueles setores que integram o campo democrático-popular, por exemplo outros partidos de esquerda e entidades históricas da classe trabalhadora e da juventude, como a CUT, UNE, MST, MNLM, CMP, CONAM e outras;
- d) construir uma política de comunicação de massas -- articulando impressos (jornais e revistas), rádio, televisão e redes sociais -- voltada a defender as posições da classe trabalhadora, fortalecer os laços com os movimentos sociais, lutar pela ampliação de direitos, amplificar o alcance do programa democrático-popular e socialista na disputa ideológica, no plano nacional e internacional, dialogar e organizar nossa ampla base social, realizar a disputa política e ideológica permanente com nossos adversários e também com nossos inimigos de classe;
- e) reconstruir sua rede de organizações de base, através da constituição de núcleos do PT nos locais de trabalho, de moradia e de estudo;
- f) reorganizar seu trabalho de formação, do básico à formação de quadros dirigentes, com o objetivo de atingir da maneira mais rápida o maior número de militantes, dando ênfase não apenas a nossa história e a nossas propostas programáticas democrático-populares, mas também aos aspectos político-ideológicos e teóricos indispensáveis à luta da classe trabalhadora pelo poder e pelo socialismo;
- g) fortalecer as instâncias partidárias, em detrimento dos centros de comandos paralelos localizados nos gabinetes parlamentares e executivos. Com este espírito, proibir que seja presidente partidário quem exerce mandato legislativo ou executivo;
- h) eleger as direções partidárias nos congressos partidários. Fim do PED e da influência das práticas eleitorais burguesas (como a compra de votos) nos processos internos;
- i) organizar a atuação e a influência de massas do petismo entre os jovens, através de uma JPT de massas, que supere seu profundo processo de dispersão e desorganização em um dos momentos em que o PT é mais desafiado a dialogar com as novas gerações;
- j) reafirmar a paridade de gênero e as cotas étnica e de juventude na composição das direções partidárias, reafirmando nosso esforço de organizar setores historicamente

excluídos e compreendendo que sua presença nas direções partidárias pode contribuir para superar nossos problemas políticos e organizativos;

k) garantir a auto-sustentação financeira. Um partido de trabalhadores não pode depender de recursos financeiros doados pelo empresariado, seja para fazer campanhas eleitorais, seja para conduzir o cotidiano da vida partidária;

l) fortalecer nosso trabalho de relações internacionais;

m) colocar a política no comando e reafirmar o caráter de classe do Partido. Os problemas organizativos vividos pelo PT derivam de opções políticas e sua solução também passa pela política.

E a principal decisão política é: o PT pretende continuar sendo um partido da classe trabalhadora.

Brasília, 25 de março de 2015

Bruno Elias, Jandyra Uehara, Adriano Oliveira, Rosana Ramos, Valter Pomar e Iole Ilíada, em nome da Direção Nacional da Articulação de Esquerda.



PARTIDO DOS TRABALHADORES
5º. CONGRESSO NACIONAL

CADERNO DE TESES

RESGATAR O PETISMO NO PT

Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015

Diálogo e Ação Petista
Contribuição ao 5º Congresso do PT

RESGATAR O PETISMO NO PT!
Em defesa dos trabalhadores e da nação
NÃO VAMOS SAIR DAS RUAS!

Apresentação

1. Os dias 13 e 15 de março definiram os dois lados da trincheira.
2. Os atos do dia 13 de março, com a CUT e os movimentos populares à cabeça, forneceram um ponto de apoio para a resistência popular à ofensiva reacionária. Reuniram mais de 100 mil nas Capitais, com uma pauta original de defesa dos direitos dos trabalhadores (contra as MPS 664 e 665 e o PL 4330), em defesa da Petrobras (patrimônio do povo ameaçada de privatização) e pela reforma política (corrupção se combate com reforma política e essa se faz com Constituinte), acrescentando a defesa da democracia (o mandato presidencial, contra o impeachment e o golpismo).
3. Não faltaram obstáculos, das pressões do Planalto para não reagir, passando pelos jornalões descaracterizando, até setores de esquerda que boicotaram os atos tachados de “governistas” para justificar seu “nem 13, nem 15”.
4. A mobilização com essa pauta continua: plenária dia 31, jornada da CUT dia 7 e um grande 1º. de Maio.
5. Já o dia 15, reuniu num domingo centenas de milhares (não “milhões”), convocados por empresários, partidos de oposição (PSDB, PPS, Solidariedade, PSB-SP e outros), que não ousaram dar a cara, preferindo manipular um descontentamento, em particular com a corrupção, para canaliza no “Fora PT” e “Fora Dilma”. Para isso, a Assembleia Legislativa paulista mudou o horário de posse dos deputados para levar caravanas do interior à Paulista, horário de jogo de futebol foi mudado, a Globo fazia propaganda

contínua, setores de igrejas católica e evangélicas se juntaram à maçonaria, enquanto patrões até dispensavam os turnos de domingo.

6. Na verdade, similar nas condições brasileiras, ao que fazem hoje os reacionários pró-imperialistas nas vizinhas Venezuela e Argentina, disseminando seu ódio de classe ao povo e às organizações dos trabalhadores (sedes do PT incendiadas etc.).
7. A questão agora é o que fará o governo e, sobretudo, o que fará o PT?

O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode absorver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

Manifesto de Fundação do PT (1980)

8. O PT está em risco.
9. A reeleição de Dilma foi uma vitória da militância do PT e dos movimentos populares, muitos jovens, numa polarização comparável à de 1989, contra os recursos golpistas da reação pró-imperialista. Mas, hoje, cinco meses depois, a situação é gravíssima.
10. O "Financial Times" havia resumido a eleição a "uma guerra por um mercado de 200 milhões de habitantes", em sentido figurado, num sistema capitalista em crise que generaliza guerras, guerra "contra o terror", guerra por mercados e matérias primas. "Guerra" que se estende à América Latina, da Venezuela à Argentina; o imperialismo não economiza meios para reconquistar posições perdidas nos últimos anos ou colocar seus agentes diretos no governo.
11. Mas, após a vitória, veio um choque: foi o giro da presidente reeleita, com o Plano Levy. Ao contrário do discurso do 2º turno ("nem que a vaca tussa"), ao contrário do prometido diálogo com os setores que então foram à rua, assumiu-se parte do programa dos derrotados, com medidas de ajuste fiscal recessivo (restrição de direitos, contingenciamento de verbas, impostos para reduzir o consumo etc.), só para retomar o superávit fiscal primário e entregar aos especuladores e banqueiros.

12. É grave. Notadamente as MPs 664 e 665, condenadas pela CUT e as centrais sindicais, reduzem o acesso a direitos previdenciários e trabalhistas e atacam a classe que mais decididamente pode defender o governo.
13. Sim, porque, por outro lado, há uma ameaça da oposição reacionária ao legítimo mandato popular conferido pelo povo brasileiro, que defendemos contra as ameaças de "impeachment" e o cerco através do comando das duas casas do Congresso, além dos setores abertamente golpistas.
14. É a serviço desse ataque que todas as denúncias de corrupção são manipuladas e focadas sobre o PT, de modo a acuá-lo. O ataque à Petrobras e ao sistema de partilha na exploração do pré-sal, por exemplo, mostra a determinação destes setores de voltar a escancarar a pilhagem dos recursos nacionais.
15. O objetivo é um só: desestabilizar o governo, enfraquecê-lo ainda mais, para, neste momento, arrancar mais concessões ao "mercado".
16. O governo, com o Plano Levy, não acalma realmente o "mercado", mas se aparta do movimento popular, frustra a militância e expõe a sua base social.
17. A continuar, coloca-se em risco a sobrevivência do PT, não apenas por perder as eleições municipais de 2016, mas, se insistir em apoiar o tal ajuste, vai perder a própria base social, como aconteceu com o partido socialista (Pasok) na Grécia.
18. Não!
19. Em nenhuma hipótese, os petistas aceitam que o PT, fundado há 35 anos para defender os direitos dos trabalhadores e dos pobres, seja o agente do ajuste despejando no lombo de quem trabalha - através das inaceitáveis MPs 664-665 -, a crise criada por eles, os especuladores, as multinacionais, os empreiteiros e agro-exportadores que tanto lucraram!
20. Mas, como chegamos nesta situação, como é possível, perguntam-se os petistas?

21. A resposta não é fácil, nem simples. Mas pode ser buscada em algumas das escolhas feitas ao longo dos anos.

22. Escolhas de adaptação ao sistema - as instituições econômicas, sociais e políticas do Estado submissas ao capital financeiro internacional - herdado dos militares, de Collor e FHC, o sistema que o PT foi criado para transformar. Mas ao qual se adaptou, como na "política de alianças" dentro do "presidencialismo de coalizão" que, desde 2002, diminuiu a bancada federal dos 91 deputados de então para os 69 de agora.

23. E o pior é que a reação à crise política tem sido dar ainda espaço e poder ao principal "aliado", muitas vezes o principal sabotador do governo, que é o PMDB.

Defender o PT, contra o ajuste, pelas reformas!

24. O momento é da maior gravidade. A defesa do PT está colocada. Uma verdadeira discussão é necessária. E, acreditamos, há uma saída política.

25. Não aceitamos a chantagem da direita reacionária, também instalada na "base aliada". Tampouco vestimos a carapuça que se quer impingir ao PT, desmoralizando sua militância, para fragmentar a luta contra a opressão e a exploração.

26. Estamos com os trabalhadores, os oprimidos e suas organizações que estão aí, de pé.

27. Desde a primeira semana do ano, no ABC, saíram em luta contra as demissões, e continuaram por reajuste real de salário na aviação civil, contra o roubo dos fundos de previdência no Paraná e o desmonte do sistema Petrobras em Rio Grande. A resistência está aí, e o PT deve estar junto!

28. Não faltam problemas acumulados no país, muitas questões graves ao redor da falta de água em várias regiões, e o problema do aumento nas contas de luz, que a oposição tenta explorar, mas que só investimentos decididos do governo federal, nos estados e municípios, poderão resolver.

29. A "gastança fiscal" nos governos do PT é uma mentira. O verdadeiro "excesso" são os 100 bilhões anuais de desonerações fiscais anuais dados aos patrões (mais de 20

bilhões tirados do INSS na folha de pagamentos das empresas). Pois, mesmo assim, a indústria recuou e continuou demitindo, os patrões embolsaram, ou pior, as multinacionais remeteram como lucro ao exterior.

30. Queremos que o governo faça o que tem que ser feito. Que realize a reforma agrária que retrocedeu no último período, com o declínio das desapropriações. Também queremos que faça a reforma urbana prometida. Que recupere o petróleo para a Petrobras 100% estatal. E destine os recursos do Orçamento para investir em serviços públicos de qualidade, educação, saúde, transporte e outros.

Queremos as mudanças nas quais o povo votou!

31. Mudança é **reindustrializar** o país e defender a economia nacional, com base na derrubada da absurda taxa de juros do Plano Levy, acompanhada da centralização do câmbio como instrumento do desenvolvimento soberano, liberto da manipulação do mercado através das “agências de risco”.

32. Mudança é **abandonar as metas de superávit primário**, começando por regulamentar em lei – de imediato, pelo menos isso! – a renegociação da dívida dos estados e municípios com a União (herança de FHC sob injunção do FMI), uma promessa de junho de 2013, votada no Congresso em novembro passado, mas bloqueada pelo Plano Levy. Ele está paralisando o país, as obras do PAC, os ministérios, as Universidades públicas, o FIES, a 3^a fase do Minha Casa Minha Vida, e forçando Estados e Municípios a fazer mais cortes - **Abaixo o Plano Levy!**

33. Mudança, por fim, é fazer a **reforma política**. Desde junho-julho de 2013, quando apareceu o fosso que existe entre a representação e os representados, sabe-se que com “esse Congresso não dá”, e que para avançar é preciso a reforma política que, cada vez é mais claro, só uma **Constituinte Soberana e Exclusiva** fará. Foi o que disseram claramente quase 8 milhões de cidadãos no Plebiscito Popular de 7 de setembro. Luta que continua pela convocação de um Plebiscito oficial para a Constituinte do sistema político.

34. Na verdade, as instituições (Legislativo, Judiciário e Executivo) não respondem à crise nacional e perdem legitimidade - segundo o Data Folha, o Congresso é ainda mais

impopular do que Dilma -, o que de conjunto atualiza a necessidade da Constituinte, proposta que a presidente chegou a fazer em 2013.

35. Uma verdadeira Constituinte, para fazer a reforma política e abrir caminho à reforma do Estado de cabo-a-rabo, deve, pelo menos, ser unicameral (sem Senado), proporcional (um eleitor = um voto), com voto em lista pré-ordenada (paritária) e sem financiamento empresarial (de preferência, financiamento público exclusivo).

36. Esse congresso bicameral, corrupto e desproporcional só fará contra-reformas à sua imagem e semelhança. É inaceitável a PEC 352 da contra-reforma política que Cunha (PMDB) quer impingir ao povo. Ela marginaliza os partidos através do "voto distrital", constitucionaliza o financiamento empresarial etc. A mais ampla unidade de todos os setores democráticos deve ser construída para derrotar essa "PEC da Corrupção".

37. Somos a favor de abolir o financiamento empresarial, mas só isso não é uma reforma política. Até porque o balcão-de-negócios do Congresso já funcionava sem o financiamento aberto, via "caixa dois". Por isso estamos pelo financiamento público exclusivo como parte de uma verdadeira reforma.

38. A introdução de cotas na representação - de gênero, étnicas ou outras - não resolve o problema do arremedo de democracia no Brasil, que não é só a subrepresentação de certos segmentos que, com razão, denunciam as distorções.

39. O problema é maior, é de não-representação proporcional do povo inteiro. Na verdade, o problema são as instituições seculares que beneficiam uma oligarquia odiosa que subordina o Brasil aos interesses do capital financeiro internacional.

40. Por fim, um alerta sobre a reforma proposta pela OAB e CNBB, entidades que devem até ser aliadas na luta contra a PEC da Corrupção, mas cujo projeto de reforma iguala os partidos às ONGs sem mandato, e ainda "judicializa" a vida partidária. É uma reforma sem povo, não prevê plebiscito nem Constituinte.

41. É essa a questão chave para abrir uma saída política: dar a palavra ao povo, Plebiscito, Constituinte!

42. Não há outra saída. É difícil mas não impossível.
43. Difícil pela enorme resistência no interior das instituições, que não vão se autorreformar. Há resistência, claro, no milionário "mercado de partidos". Há também no Supremo Tribunal Federal, cuja composição e funcionamento estão articulados com o sistema político como um todo.
44. Há, inclusive, certa reticência no PT que se adaptou ao sistema - a luta por novas instituições através da reforma política numa Constituinte inclui a reforma do próprio PT (*v. abaixo*).
45. Há ainda, a resistência da mídia, cujos grandes veículos hoje manipulam livre e impunemente a opinião pública. A mídia sabe bem a ligação da luta pela reforma do Estado de cabo-a-rabo com a campanha pela democratização dos meios de comunicação.
46. O que se soma a outras exigências e reformas urgentes, cuja conquista pede uma frente de lutas ou fórum nacional, onde a bandeira da Constituinte é central e decisiva para dar-lhe a dimensão de soberania nacional e popular. E também pede o engajamento determinado do PT, voltando-se para a organização do povo, seu impulso original.

As mudanças necessárias no PT

O PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas.

Manifesto de Fundação do PT (1980)

47. Nem o PT caiu do céu, na época da sua fundação, nem a situação atual era inevitável. É um produto da adaptação do PT às instituições políticas do Estado as quais - é decisão de Congresso do PT - queremos todos reformar.
48. O PT não se pode continuar um “partido de gabinete”, “burocratizado”, “não pior, mas igual aos outros”, com boa parte dos quadros dirigentes acomodados ou diretamente funcionários da administração federal, estadual e municipal. Isto é, igual aos coleguinhas do “presidencialismo de coalizão”.

49. É urgente resgatar o petismo no PT!
50. Não é razoável o argumento de que a “correlação de forças” no Congresso de Cunha-Renan não permite a reforma pela Constituinte. A verdade é que ela não expressa a relação de forças real na sociedade, mas as regras de representação da sociedade que se quer justamente mudar.
51. Seria trágico se esse argumento servisse para justificar a recusa em mobilizar decididamente a maioria que existe no país – conforme o Plebiscito Popular! – para a verdadeira reforma, e seguir navegando no “presidencialismo de coalizão” com o PMDB etc., rumo ao abismo.
52. Como principal partido da classe trabalhadora, e ainda o partido mais votado nas últimas eleições, apesar de tudo, o PT tem enorme responsabilidade. Reformar o PT é parte da própria luta pela reforma política. É preciso superar também o fosso entre os militantes e os eleitos no PT, em todos os níveis.
53. Sejamos claros: o PED foi apresentado há cerca de 15 anos como ampliação da democracia para resolver problemas que havia. Mas os problemas só aumentaram. O PED, na verdade, restringiu o direito dos filiados influenciarem no rumo do PT, na medida em que reduziu os militantes ativos a meros filiados, cidadãos passivos que são consultados a cada ‘x’ anos, na urna.
54. E consultados por quem tem meios materiais de chegar até eles, quando não são meios duvidosos de pagar a contribuição e levar a votar.
55. Há um mal-estar. Sucessivas maquiagens das regras não moralizaram coisa alguma.
56. O PED é um irreformável ritual viciado e vicioso de arregimentação para quem tiver os meios. Ele foi decalcado do funcionamento do apodrecido sistema político, e está levando o PT a ficar ‘igual aos outros’.
57. Não adianta reclamar do esvaziamento das instâncias, nem da marginalização dos setoriais e da militância popular em geral. Propomos um conjunto de medidas,

inclusive mudando a relação com as bancadas, e dos parlamentares com os setoriais e secretarias partidárias, bem com a militância nos movimentos, mas é preciso uma reforma política no PT como um todo!

58. Para valorizar a militância, mantendo o conjunto dos filiados, a mudança deve começar pela retomada do método da representação direta, que fez o partido ser o que ele é, com a volta a eleição das direções e escolha das plataformas em todos os níveis, olho no olho, através de delegados em Encontros de Base municipais, estaduais e nacional

59. No seu 35º aniversário, em BH, o PT foi convocado à "voltar à luta". Essa luta é a mesma luta pelas mudanças que o povo votou no 2º turno das eleições presidenciais

60. Nós, do "Diálogo e Ação Petista", queremos "agir como o PT agia", e convidamos todos a se dedicarem a trazer o PT "de volta para a luta".

Uma alternativa ao Plano Levy

61. Algumas medidas emergenciais devem ser tomadas pelo governo para defender o povo trabalhador e a economia nacional:

Centralização cambial, derrubada dos juros

62. A alternativa crucial às medidas de Levy é apontar para o fim da mobilidade de capitais, para o que a centralização cambial é um passo. Ela permitiria ao governo retomar a autoridade de definir taxas de juros e de câmbio em favor da indústria e do desenvolvimento.

63. Não serão mais os especuladores (o "mercado") que impõem ditatorialmente as taxas, como é desde Collor, com a "livre" entrada e saída de dólares.

64. Isso permitirá ao Banco Central reduzir fortemente os juros. Bancos e especuladores podem até chiar, mas não ameaçarão remeter seus dólares para o exterior quando bem quiserem. Sem outra opção, terão de alocar o dinheiro em títulos públicos, mesmo com juros menores, ou em ativos produtivos.

Reindustrialização e proteção comercial

65. A segunda medida é traçar a recuperação da indústria brasileira. Para isso, proteger da competição internacional a produção nacional e o emprego. O "livre" comércio é bom para as multinacionais, não para o Brasil. A "globalização" é um instrumento para reduzir salários em todo o mundo. Assim, tarifas e barreiras de importação de ramos da indústria mais relevantes ao país devem ser levantadas.
66. Com o câmbio centralizado, a política do BC se integrará nisso, tornando o dólar mais caro apenas para determinados produtos (bens supérfluos ou de luxo, por exemplo), mas ficando mais barato para outros (estratégicos).
67. O Brasil deve ter o direito de escolher quais produtos proteger para garantir seu desenvolvimento. Deve também escolher com quem priorizar seu comércio, privilegiando, por exemplo, países do UNASUL.
68. Um plano nacional de reindustrialização implica prioridades. Ao invés de simplesmente cortar todas as desonerações do primeiro mandato de Dilma, como faz o ministro Levy, deve-se diferenciar:
- extinguir as desonerações da folha, ao invés de aumentar a taxação sobre o faturamento, com a volta plena ao sistema de partilha entre gerações, com contribuição patronal (salário diferido);
 - condicionar qualquer outro incentivo fiscal (IPI etc.) ao cumprimento de metas de geração de empregos pela empresa beneficiária, bem como metas de desenvolvimento da cadeia industrial.

Fim do superávit fiscal, investimentos públicos e reestatização

69. A terceira medida implica o fim do superávit fiscal, com a retomada de fortes investimentos públicos, para melhorar os serviços públicos e auxiliar a reindustrialização. Empresas estatais teriam de ser criadas (ou recriadas) no transporte público, eletricidade, telefonia, mais hospitais e escolas etc.
70. Isso gera um robusto mercado doméstico à indústria. Além de empregos, a produção de bens de consumo coletivo barateia o custo de vida. Dá melhores condições de consumo, já que desafoga o orçamento da família trabalhadora, comprometido com

mensalidades de planos de saúde, educação e outras contas. Também auxilia a industrialização, com empresas estatais produzindo bens de capital (petroquímica, grandes maquinários, mineração, siderurgia etc.) e infra-estrutura de grande monta (energia, transportes de carga etc.). São ramos estratégicos, arriscados, que exigem elevados aportes; o capital privado nacional não consegue, e o estrangeiro sequer se dispõe a investir.

71. Tais investimentos por estatais gerarão efeitos encadeadores, com incentivos a ramos da indústria, criando mercados, barateando redes de fornecimento, elevando a produtividade geral da indústria, sem quebrar direitos trabalhistas ou reduzir o “custo do trabalho”.
72. No médio prazo, o efeito multiplicador na renda nacional e desencadeador de produção de tais gastos públicos, terá ainda efeito no crescimento do PIB e da arrecadação tributária.
73. **Essas medidas não são novidade**, já foram implementadas em países que se desenvolveram, como os EUA, Alemanha ou Japão à época de suas industrializações no século XIX, no período ascendente do capitalismo. Foram até parcialmente aplicadas no Brasil, embora com limitações e interrupções, até serem desmanteladas pela onda privatizante desde o fim do regime militar, com Sarney, Collor e FHC.
74. Outras medidas estruturais são igualmente necessárias: uma reforma tributária que faça ricos pagarem mais impostos, e desonere trabalhadores, sobretudo os de menor renda, é fundamental para aumentar a renda disponível dos consumidores, e para elevar a arrecadação que financia o gasto público.
75. As reformas agrária e urbana terão também efeitos no mesmo sentido.
76. Todas essas medidas sofrerão forte oposição do capital internacional, dos banqueiros e seus aliados empresariais e na mídia. Mas ganharão o apoio do povo trabalhador, que certamente defenderá o governo e sua nova política.

Plataforma de reformas e reivindicações na luta pela Constituinte

- a) desmilitarização das polícias, revogação da lei de Anistia com a punição dos criminosos;
- b) reforma agrária, titularização das terras quilombolas e demarcação das reservas indígenas;
- c) reforma urbana;
- d) fim do fator previdenciário e semana de 40 horas;
- e) fim do superávit primário, todas verbas para o serviço público (transporte, saúde, educação, moradia);
- f) reestatização das empresas privatizadas; 100% do petróleo para a Petrobras 100% estatal;
- g) democratização dos meios de comunicação.
- h) vagas para todos nas universidades públicas;
- i) reforma tributária, Imposto sobre Grandes Fortunas, corrigir e ampliar as faixas do IRPF;
- j) confisco dos bens de corruptos e corruptores;
- k) anulação da Ação Penal 470.

Diálogo e Ação Petista



PARTIDO DOS TRABALHADORES
5º. CONGRESSO NACIONAL

CADERNO DE TESES

MUDAR MAIS: POR UM NOVO CICLO DE
MUDANÇAS DEMOCRÁTICAS NO PAÍS

Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015

Mudar mais: **por um novo ciclo de mudanças democráticas no país.**

(Contribuição da Chapa Mensagem ao Partido ao 5º Congresso Nacional do PT)

Esta tese apresenta a opinião de companheiras e companheiros de diversos estados, identidades internas, formas de militância, que, compreendendo a relevância e complexidade do momento histórico do PT e do Brasil, se somam nessa iniciativa coletiva e plural de defender o socialismo e a democracia, apontando para um novo ciclo de mudanças democráticas no país.

I. Mundo

A situação política internacional

1. Sete anos depois da eclosão da crise econômica do capitalismo desenvolvido, ainda persistem dúvidas sobre a superação dessa fase. Os resultados da crise do neoliberalismo têm sido desiguais nos países centrais. A recuperação da atividade econômica nos EUA não é suficiente para repor a globalização neoliberal em seus antigos patamares. Além disso, essa recuperação ainda limitada se faz sem recuperar o nível dos salários, ou seja, consolidando a desigualdade e uma nova zona de pobreza nos países centrais, incluídos os EUA.
2. A hegemonia neoliberal retrocedeu, abrindo novos espaços políticos de alternativas tanto no plano nacional como internacional. Ao mesmo tempo, novos debates vêm se colocando com relativa força: a questão do desenvolvimento e do Estado, da democracia, das classes sociais e da própria crítica ao capitalismo. É importante lembrar que essas discussões estavam soterradas no tempo do pensamento único. Quiçá, possamos em breve ter o socialismo como tema atual. É para isso que lutamos.
3. A vitória da coalizão de esquerda Syriza nas eleições gregas e a busca de uma negociação por fora da agenda da Troika europeia é o primeiro sinal de ruptura da ordem no Norte desenvolvido. É verdade que aconteceu num dos elos fracos, em um país periférico da economia da UE. Mas o rápido crescimento da plataforma eleitoral de oposição à esquerda Podemos na Espanha parece apontar que a Grécia não é exceção, mas um novo capítulo da disputa de rumos nesse continente. É a primeira vez, desde que na França o governo Mitterrand abandonou seu programa econômico progressista

para aderir ao outro neoliberal em meados da década de 1980, que um país europeu ensaia sair do consenso econômico conservador.

4. Este é um momento em que os principais países latino-americanos – pelo seu tamanho, economia, população, etc. - sob governos progressistas enfrentam dificuldades macroeconômicas, duras pressões do mercado financeiro internacional e a ingerência do governo dos EUA, como podemos ver no caso da Venezuela, pioneira política do ciclo e a que mais se atreveu no caminho da agenda pós-neoliberal.
5. O mundo encontra-se em um processo de reacomodação da geometria do poder depois de passado o momento mais duro da crise do capitalismo desenvolvido em 2007-9, que tem várias dimensões. Uma econômica, em que os EUA lutam contra a perda de sua hegemonia. Uma política, com a busca de consolidar novos polos de poder que sejam capazes de contrabalançar a tentativa norte-americana de impor um mundo unipolar. Uma militar, em que o imperialismo norte-americano e seus aliados da OTAN continuam tentando definir o mapa mundi de acordo a seus interesses sem se importar com os custos humanos nem com os desequilíbrios regionais agudos provocados (como o surgimento do “Estado Islâmico” em territórios de Iraque e Síria).
6. O Brasil é um ator importante nas dimensões política e econômica dessa disputa (já no terreno militar, apenas pode aspirar a criar melhores condições para sua defesa e tentar retirar a América do Sul da esfera de influência dos EUA). Iniciativas como a ampliação do Mercosul, a constituição da CELAC, a consolidação da UNASUL e a atuação do Brasil junto a outras economias e potências emergentes (China, Rússia, Índia, África do Sul, etc.) em diversos “tabuleiros” tem um potencial expressivo na disputa por redesenhar a geometria do poder mundial para além do “mundo unipolar” ideado pelo EUA no cenário do fim da URSS no começo dos anos 1990.
7. O projeto econômico-social da revolução democrática brasileira não será possível sem um cenário regional amigável – com fortes e decididas tendências à integração dos países da América do Sul – e sem um marco internacional de contenção dos apetites do imperialismo norte-americano.

8. Dez anos atrás, em 2005, na cidade de Mar del Plata, Argentina, os governos progressistas, com destacada atuação do governo brasileiro, e os movimentos sociais e sindicais combativos da região derrotaram a principal estratégia dos EUA na região, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), iniciativa lançada pelo governo norte-americano em 1994 para manter sua hegemonia hemisférica. Durante os mandatos do presidente Lula o Brasil mostrou uma capacidade de liderança regional e internacional inéditas e que foi saudada por todas as forças democráticas, progressistas e de esquerda do mundo. Já no final do primeiro mandato da presidente Dilma, a reunião dos BRICS e destes com UNASUL e Mercosul, no Brasil, puseram em evidência que há uma agenda potente no plano regional e internacional e muito importante para a própria estratégia do governo no Brasil: Uma nova arquitetura financeira internacional assomou dessas deliberações e uma aproximação de nossa região aos polos geopolíticos alternativos aos da hegemonia norte-americana.
9. O Mercosul de hoje, não estabelece apenas acordos comerciais, cria espaços institucionais para uma agenda social, de acordo e cooperação entre os países. A UNASUL foi repensada de acordo com esses mesmos parâmetros: respeito, pluralidade e cooperação. É preciso aprofundar essas conquistas. Implementar o estatuto de cidadania do Mercosul, regulamentar a unidade de participação social do Mercosul, fortalecer e ressignificar o Programa Mercosul Social e Participativo, fortalecer e construir o Fórum de Participação Social da UNASUL e elaborar uma estratégia articulada de intervenção na UNASUL e no Mercosul são importantes desafios para o próximo período.
10. Um mundo multipolar está em curso. Será resultado de uma árdua luta dos povos para consolidar essa perspectiva histórica. O Brasil tem um papel insubstituível a jogar nessa disputa. Somente um governo liderado pelo PT com as demais forças da esquerda brasileira poderá cumprir essa tarefa.

A atualidade do socialismo petista

11. As resoluções “O socialismo petista” e “Socialismo”, aprovadas respectivamente no 7º Encontro Nacional (1990) e no I Congresso do PT (1991), são marcos centrais da cultura petista e enriquecem a cultura do socialismo democrático com princípios e

formulações alternativos às grandes linhas das experiências da socialdemocracia de adaptação ao capitalismo, do estalinismo, de negação do socialismo.

12. O valor histórico destes documentos está em, ao mesmo tempo, ter mantido a identidade socialista do PT e aprofundado a sua cultura democrática, projetando-as para as duras disputas que viriam na década de 1990. Se o PT teve nessa época capacidade para resistir à esmagadora onda liberal conservadora internacional que se seguiu ao fim da URSS e do Leste Europeu, ao contrário de tantas outras forças socialistas no mundo inteiro, isto se deve, em grande medida, aos méritos históricos destes dois documentos.
13. Estas resoluções apresentam três dimensões fundamentais. A primeira delas se refere à crítica da presença em sua própria cultura daqueles pensamentos que ainda mantinham alguma ambiguidade de posicionamento em relação aos regimes do Leste Europeu, em nome da visão da existência de um chamado "campo socialista" oposto às forças centrais do capitalismo.
14. A segunda grande dimensão está na radicalidade da defesa do pluralismo como princípio fundamental da democracia socialista. A noção de que o PT não possui uma filosofia oficial, que é uma síntese dinâmica e aberta de "culturas libertárias", entre elas, do "cristianismo social, marxismos vários, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc.", é afirmada.
15. A terceira importante dimensão reside na defesa da ideia de que a construção do socialismo requer "um renovado esforço crítico especulativo, capaz de relançar ética e historicamente a perspectiva da democracia socialista". Mais adiante afirma: "Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo".
16. Ao recusar o dilema Estado e mercado, as resoluções apontam para o potencial transformador das culturas participativas e da criação de espaços públicos em mútua configuração com novos princípios de regulação econômica e um pluralismo de formas de propriedade social.

17. Esse aprofundamento da sua identidade socialista democrática foi fundamental para o PT preservar a sua identidade, a sua unidade e ser capaz de traduzir o seu projeto de governar o Brasil na linguagem da consciência democrática em formação dos brasileiros.
18. Esta identidade lhe permitiu distinguir-se da chamada Terceira Via, personificada no Brasil no governo Fernando Henrique Cardoso, e, ao mesmo tempo, ir construindo um campo de oposição a esse governo. O PT contrapõe o campo neoliberal, que se apresentava sob a forma de um cosmopolitismo moderno, afirmando-se como alternativa de mudanças frente à insatisfação crescente, decorrente da crescente desigualdade social que atinge proporções alarmantes no governo FHC.
19. Nesse contexto, o PT, com base nos princípios do socialismo democrático, foi capaz de dialogar com parcelas da sociedade que avançavam na formação da cultura democrática brasileira. É interessante, neste sentido, identificar as vitórias da "razão democrática" petista sobre o liberalismo do PSDB que precederam o triunfo eleitoral de outubro de 2002.
20. Estas conquistas devem inspirar o PT na atualização de sua visão de socialismo. O socialismo é um princípio de civilização alternativa ao capitalismo. Requer a construção de outro modo de produção e distribuição, de outro paradigma de Estado e a organização de outro modo de vida social. Neste sentido, importa indagar como se produzem as desigualdades sociais e quais as condições de enfrentamento que o Estado pode promover em sistema capitalista que se manifesta nas diferentes esferas da vida social.
21. A noção de uma revolução democrática visa exatamente estabelecer a coerência entre o programa histórico do PT e os valores do socialismo democrático que ele pretende construir. Isto é, o PT precisa se reinventar para liderar uma ampla e plural frente político-social capaz de refundar o Estado brasileiro, em uma dinâmica de aprofundamento e radicalização dos direitos democráticos dos trabalhadores e dos setores populares, do direito à igualdade, à diversidade, à inclusão e à sustentabilidade socioambiental.

22. Esta revolução democrática se organiza a partir da legitimidade das vontades das maiorias, em regime de soberania popular, de construção da opinião pública democrática, garantindo e ampliando as liberdades públicas, o pluralismo partidário, o respeito aos direitos das minorias, a autonomia e os direitos humanos dos cidadãos e das cidadãs.

II. Brasil: mudanças e perspectivas da esquerda

Conquistar a governabilidade programática

23. Chamamos de conquista da governabilidade programática a construção das condições de por em prática o programa de governo eleito em 2014 que alia a democratização do poder a um novo ciclo de desenvolvimento com distribuição de renda e democratização do acesso à propriedade (reformas agrária, urbana e regulação democrática dos meios de comunicação), ancorado no fortalecimento da esfera pública da economia frente aos mercados e na ampliação de direitos em uma pauta libertária e avançada em relação aos direitos humanos.

24. A resolução deste triplo desafio está na organização programática da base política e social do governo como protagonista ativa e permanente na conjuntura do país. É assim que será possível criar uma nova legitimidade para um novo ciclo macroeconômico desenvolvimentista e socialmente distributivo e inclusivo, fazer um contraponto ao conservadorismo e reverter a conjuntura imposta pelos planos de desestabilização antidemocrática.

25. Desde o fim das eleições, perdemos capacidade comunicativa (com o fim do horário eleitoral gratuito e com a dispersão abrupta e arbitrária da nova e poderosa rede virtual construída), estabelecemos uma cisão na narrativa e na unidade política de nossa própria base – em particular com as escolhas do Ministério da Fazenda e suas primeiras decisões –, sofremos uma derrota na Câmara Federal cujas proporções e simbolismos poderiam ser evitadas e nos expusemos, sem defesa pública articulada, a um incessante e crescente processo de desestabilização e de criminalização do PT através da ação da oposição política-midiática neoliberal-conservadora e da instrumentalização para fins partidários de setores do Judiciário e da Polícia Federal, agredindo os mínimos princípios republicanos. Nessa conjuntura, ao PT cabe atuar em favor de uma profunda reforma do sistema político a fim de responder aos anseios

democráticos, que demonstram a fragilidade de consolidação do projeto democrático, em um modelo formal de democracia, que não enfrenta radicalmente as desigualdades de renda e de poder.

26. O centro do caminho hegemônico é disputar e ocupar a liderança da luta democrática, em um movimento articulado do governo Dilma, do PT e partidos de esquerda e dos movimentos sociais. É a partir desta centralidade que devem ser articulados programaticamente a defesa do avanço nos direitos sociais e a retomada de um novo ciclo econômico desenvolvimentista, distributivista e sustentável. Ele pressupõe uma disputa de valores, de agendas e de programas, forte e permanente na sociedade, para fazer frente à pressão midiaticamente rearticulada neoliberal e conservadora.

27. A experiência das eleições de 2014 reconfigurou a oposição, confirmou e sedimentou a identidade do PSDB e das forças conservadoras que se articulam em torno de seu projeto neoliberal como um partido golpista da democracia e disposto à criminalização da esquerda brasileira, em particular do PT. Estas dimensões que se mostraram salientes desde 2005, atingiram um novo patamar na disputa do segundo turno das eleições presidenciais de 2010 pela candidatura Serra e se configuraram estrategicamente através da candidatura de Aécio Neves à presidência em 2014. Na linguagem da revolução democrática, trata-se de uma estratégia clara de contrarrevolução democrática, isto é, o retorno de um programa neoliberal radicalizado se vincula a uma agressão aberta aos padrões democráticos e republicanos já conquistados pelo povo brasileiro.

28. Esta identidade e esta estratégia da contrarrevolução democrática combinam as seguintes dimensões:

- Um novo sentido orgânico das forças que lideram a resposta mundial à crise do capitalismo de 2008, com a perspectiva de reinserir o Estado brasileiro nesta dinâmica conservadora, inclusive no plano do continente latino-americano;
- A instrumentalização aberta de setores do Judiciário e do aparato policial do Estado brasileiro para gerar uma dinâmica permanente de desestabilização do governo;
- A adoção de uma política de “guerra de saturação” midiática que leva a todas as esferas da vida social (religião, esporte, entretenimento, vida familiar etc.) um discurso de intolerância em relação aos valores da esquerda e à sua própria legitimidade;

- A mobilização permanente de manifestações de rua, que procuram conferir legitimidade simbólica às campanhas de desestabilização;
- A adoção como tática permanente do impedimento judicial ou do impeachment pelo Congresso Nacional do governo democraticamente eleito.

29. A mobilização de iniciativas reacionárias e regressivas em relação aos direitos da juventude, dos/as negros/as, das mulheres e dos/as LGBT, como a que foi colocada em movimento pelas bancadas neoconservadoras do Congresso Nacional: tentativa de reduzir a maioridade penal e de bloquear o fim dos autos de resistência, a legislação sobre a legalização do aborto, a legislação que criminaliza a homofobia (e, paralelamente, a proposta de Dia do Orgulho Hétero), etc.

30. Como vem afirmando a Mensagem ao Partido nos últimos dez anos, não se combate este liberalismo conservador com pragmatismo político nem com uma visão de esquerda que dissocia socialismo de republicanismo, que retira o sentido estratégico da luta democrática dos socialistas em nome de uma “utilização instrumental das instituições da democracia burguesa”. Estas duas identidades, em particular a cultura do pragmatismo muito corrente na experiência petista, abriu um flanco histórico para se desenvolver, através do discurso instrumental e ideológico dos neoliberais, um antipetismo na sociedade brasileira, para além de suas bases classistas originais, isto é, retirando o apoio ao PT e à esquerda em setores progressistas e até em setores populares.

Combater a corrupção sistêmica

31. O sentido público do programa transformador do PT, em sua perspectiva socialista democrática, exige que ele assuma a liderança no combate pelo fim da corrupção sistêmica no Estado brasileiro, relacionada ao conjunto de sua plataforma de democratização do poder. Não pode haver uma ética socialista do PT sem uma ética pública, isto é, a corrupção ou a convivência com a corrupção mina a própria identidade socialista do PT. O privatismo liberal, ao contrário, ao entender a corrupção como um fenômeno próprio do Estado e não como uma legitimação de interesses e privilégios privatistas para além daqueles formados democraticamente pelo interesse público, é incapaz de por fim às raízes da corrupção. As democracias liberais

contemporâneas, nestes tempos de domínio neoliberal, estão profundamente marcadas pela corrupção sistêmica.

32. Contra a narrativa da criminalização do PT, reproduzida nos últimos anos, é preciso construir, no contexto da investigação da corrupção na Petrobrás, à luz do olhar crítico, outra narrativa que se compõe, fundamentalmente, de seis eixos:

- a) A corrupção no Estado brasileiro é sistêmica e não eventual, tem origens históricas na formação antirrepublicana do Estado brasileiro e se renova com o financiamento empresarial bilionário das campanhas eleitorais, no quadro de um capitalismo fortemente rentista e patrimonialista;
- b) Os governos Lula e Dilma, com o apoio do PT, construíram os instrumentos inéditos na história republicana brasileira de prevenção, investigação e punição da corrupção, ao contrário dos governos do PSDB e demais conservadores cuja marca central é a corrupção não investigada e impune;
- c) As práticas antirrepublicanas vigentes no sistema político brasileiro afetaram também setores do PT e praticamente todos os partidos com maior expressão eleitoral na democracia brasileira.
- d) O PT já decidiu expulsar sumariamente todo filiado que estiver comprovadamente envolvido com casos de corrupção, que é incompatível com os valores socialistas democráticos e republicanos por nós defendidos;
- e) O PT não vê autoridade do PSDB e da mídia liberal-conservadora em sua disposição de acusar e criminalizar o PT exatamente porque são os maiores defensores do financiamento empresarial das campanhas, dos interesses rentistas e patrimonialistas e da impunidade.
- f) A investigação da corrupção na Petrobrás, em um esquema iniciado já nos governos FHC, é mais uma prova irrefutável do compromisso do PT e do governo Dilma em combater a corrupção, que só pode ocorrer a partir da nova lei apresentada pela presidente Dilma de punir as empresas corruptoras.

33. É preciso aprofundar o programa democrático do PT para pôr fim à corrupção sistêmica no Estado brasileiro. Este programa deve ser vinculado aos princípios anti-neoliberais e democráticos do programa histórico do partido em favor da democracia participativa, contra a privatização do Estado, em defesa do sentido público das

empresas e instituições do Estado, de denúncia dos circuitos financeiros desregulados que são, por excelência, a matriz e o conduto da corrupção.

34. Este programa deve se afirmar nos seguintes campos de iniciativas:

- A luta pelo fim do financiamento empresarial das campanhas eleitorais e dos partidos, que renovam os circuitos da corrupção sistêmica no Estado brasileiro;
- A adoção de medidas para o controle das remessas financeiras para paraísos fiscais, que desde o período neoliberal se desenvolvem e crescem sem nenhum controle ou regulação eficaz;
- A execução das cinco propostas defendidas na campanha da presidente Dilma Rousseff que incidem exatamente sobre a impunidade e penalização dos corruptos;
- A generalização para as empresas estatais, esferas estaduais e municipais de governo de uma política de combate sistêmico à corrupção que criaram um novo paradigma de prevenção no governo federal.

Por um novo ciclo participativo nacional

35. Um novo ciclo participativo deve ser pensado como um momento fundamental de construção da legitimidade programática do segundo governo Dilma, de diálogo com a sociedade brasileira.

36. É preciso retomar com centralidade a noção de que a participação e o diálogo cidadão, a criação de espaços públicos de deliberação e de discussão, são princípios de um Estado democrático e republicano, baseado na soberania popular.

37. Por esta razão, um novo ciclo de participação deve ser concebido como nacional (federal, estadual e municipal), abranger os três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e fundamentar todas as políticas de governo (na área econômica, social, ecológica, cultural e principalmente política).

38. Deve aprofundar a combinação entre democracia representativa eleitoral parlamentar, democracia de participação cidadã delegativa (conferências, conselhos, orçamentos participativos) e democracia cidadã direta (referendos, plebiscitos, consultas). Até agora, temos trabalhado, no fundamental, de forma desvinculada a democracia eletiva parlamentar (em processo de forte adaptação a um modelo de competição mercantil e

elitista), a democracia cidadã delegativa (que, em alguma medida, no plano nacional se adaptou às dinâmicas corporativas de cada área temática) e feito pouco uso da democracia cidadã direta. A dimensão participativa no plano legislativo do Congresso Nacional ficou secundarizada ou tratada no plano de lobbies de interesses e tem havido um inequívoco processo de rotinização corporativa das conferências nacionais.

39. Este novo ciclo participativo nacional deve incorporar, portanto, com centralidade o tema da reforma política. A proibição do financiamento empresarial das campanhas eleitorais, se conquistada, deveria ter exatamente como contrapartida a aproximação entre as dinâmicas partidárias, eleitorais e parlamentares à moldura mais ampla da participação cidadã.

A luta pela reforma política no segundo governo Dilma

40. A candidatura Dilma nas eleições presenciais de 2014 iniciou um diálogo importante com o sentimento democrático e republicano do povo brasileiro e que foi decisivo nem sua vitória. Ele agora precisa ser aprofundado, ganhar conformação política nítida, identidade simbólica, força comunicativa e raiz social.

41. Nos últimos anos, em um nítido contraste com a melhoria geral das condições de vida da população e o crescente ativismo de segmentos antes excluídos da sociedade, no sistema político brasileiro são os setores de maior poder econômico que têm conseguido ampliar crescentemente o seu poder de influência sobre partidos, candidatos e, por essa via, sobre os próprios órgãos do Estado, em todas as esferas, federal, estadual e municipal. Desde a redemocratização, e apesar da consolidação das nossas instituições democráticas, os principais problemas identificados no sistema político brasileiro são o personalismo e o abuso do poder econômico, responsáveis diretos pelas distorções da democracia brasileira e origem da maioria dos casos de corrupção no país. A partir da identificação destes principais problemas do modelo atual é preciso construir propostas capazes de constituir uma maioria sólida na sociedade para sua aprovação no Congresso Nacional. Existem hoje dois grandes grupos em disputa na cena política nacional. No primeiro, encontram-se aqueles segmentos que já dispõem de farto acesso aos recursos dos financiadores privados das campanhas eleitorais que elaboram a verdadeira “lista fechada” dos candidatos de sua preferência. Numeroso e discreto, esse grupo quer deixar tudo como está, contando,

para isso, com a simpatia de parte importante da grande mídia e seu trabalho cotidiano de criminalização da política e desinformação sobre as verdadeiras causas dos casos de corrupção que se repetem nos noticiários, envolvendo políticos, empresários e agentes públicos. No segundo grupo, encontram-se aqueles que acreditam que nossa democracia está se tornando um sistema censitário disfarçado, que dificulta sobremaneira a representação dos setores mais pobres da sociedade, subrepresenta as mulheres, despolitiza o voto e vem mostrando sinais claros de esgotamento e distorções graves no processo eleitoral.

42. Quatro elementos são de grande importância para a qualificação da democracia e da política brasileira:

- . O combate à influência do poder econômico, por intermédio do financiamento público exclusivo, ou a proibição da contribuição de empresas e teto de contribuição de pessoas físicas nas eleições e para partidos, que determinaria uma forte redução dos custos de campanha;
- . O fortalecimento dos partidos;
- . A manutenção do sistema proporcional
- . A ampliação da participação da sociedade na política e gestão do Estado.

43. Além de um novo sistema de financiamento de campanhas e partidos, é urgente um novo modelo de eleição proporcional, com voto em lista fechada e alternada por gêneros. Hoje a proposta de que cada eleitor passe a ter direito a dois votos - no primeiro, ele vota numa lista de candidatos do partido de sua escolha; no segundo, ele vota no seu candidato da lista - é a que tem a maior preferência. No caso da lista, defendemos que os candidatos sejam definidos em votação secreta pelos filiados ou convencionais dos partidos. Com esta proposta metade das vagas conquistadas pelos partidos nas eleições será destinada aos candidatos ordenados na lista e a outra metade aos candidatos nominalmente mais votados, mantendo o sistema proporcional. O voto uninominal, como é hoje no Brasil, personaliza a escolha e, portanto, não ajuda a consolidar a relação do eleitor com um programa e um partido. O voto em lista fortalece os partidos e a escolha de propostas, ideias e programas. Além das iniciativas que passam pelo Congresso, devemos ampliar a pressão sobre o STF para que julgue a Ação Direta de Inconstitucionalidade, impetrada pela OAB, sobre o financiamento de candidaturas por Pessoa Jurídica nas eleições. Com placar de seis votos a um, de um

total de 11, favoráveis à vedação das doações de empresas para campanhas eleitorais, o julgamento está paralisado, desde abril de 2014, em função do pedido de vistas do ministro Gilmar Mendes.

44. Os movimentos que se organizaram na luta pela reforma política e realizaram em 2014 o plebiscito pela convocação de uma Assembléia Constituinte Extraordinária no dia 7 de setembro, com mais de 7 milhões de votos, e também, através do Movimento Eleições Limpas, coordenado pela OAB, CNBB, UNE, CUT e um conjunto de mais de 100 entidades, encaminharam projeto de reforma política ao Congresso Nacional – acumularam um patamar inicial importante de mobilização e organização. Mas precisam agora estabelecer, de forma mais nítida, uma relação com a luta contra a corrupção, que não foi alcançada durante o processo eleitoral de 2014 e é fundamental para dialogar com a consciência crítica dos brasileiros em relação à política.

A comunicação pública e a capacidade comunicativa do campo democrático-popular

45. Existe uma vantagem estrutural – isto é, não conjuntural ou parcial – das classes dominantes no plano da comunicação. Este caráter estrutural pode ser definido como resultante da convergência de uma tripla vantagem:

- . O prevalecimento em regime de oligopólio das grandes empresas nos meios de comunicação em detrimento da propriedade pública;
- . A ausência de uma regulação democrática e o impedimento prático dos elementos republicanos contidos na Constituição de 1988 (propriedade de meios de comunicação por políticos, neutralização do direito de resposta, não respeito ao pluralismo etc.);
- . A indigência ou, na melhor das hipóteses, um subdesenvolvimento histórico da potência comunicativa das redes organizativas, comunitárias e sindicais e, em particular, do maior partido da esquerda brasileira.

46. Esta tripla desvantagem estrutural só é revertida conjunturalmente em situações excepcionais quando o sistema público democrático de propaganda eleitoral, a presença ativada e multiplicada da esquerda nas redes virtuais e a mobilização democrática e popular convergem em torno a uma narrativa comum. Em situações normais, a vantagem estrutural é massacrante: um sistema nacional, disseminado em todas as regiões, com acesso à audiência de todas as classes sociais, incidindo sobre

todas as dimensões da vida social, agenda, enquadra, impõe um padrão sistemático de desinformação e converge para a formação anti-pluralista de opinião.

47. Se avançamos na Constituição de 1988 no direito público do voto, o mesmo não se deu em relação ao direito de voz. Esta contradição está no centro do impasse na democracia brasileira. Formada em uma cultura do silêncio, com o passado colonial, uma tradição autocrática de Estado e a formação de um dos sistemas empresariais mais concentrados do mundo, as grandes maiorias jamais tiveram direito à voz pública no Brasil. Há um grande contraste com o caráter monocrático do poder de voz da direita liberal e conservadora, dos ricos, dos brancos, dos homens, dos adultos e o pluralismo social, religioso, étnico e cultural do povo brasileiro.
48. Os interesses do capital financeiro organizam os meios de comunicação, centralizam agenda, formação de opinião, disputa de valores. É necessário que o campo democrático e popular organize uma grande plataforma comunicativa para a disputa de hegemonia.
49. Há uma demanda contida e até reprimida de acesso a rádios comunitárias por parte de entidades democráticas e populares que precisa encontrar resposta urgente no Ministério das Comunicações. Esta rede de rádios comunitárias é importante no sentido de formar um poder comunicativo enraizado em todo o território nacional.
50. Cada grande região metropolitana do país, que concentra os centros da disputa de formação de opinião, deve uma rede própria de comunicação democrática e popular, articulada as referências nacionais de mídia alternativa, fazendo convergir para ela, em seu pluralismo e autonomia, toda a potência comunicativa dos movimentos e partidos dirigidos pela esquerda.
51. A medida central de uma regulação democrática da comunicação é o impedimento da concentração e propriedade cruzada, que no Brasil supera em muito os índices nas democracias ocidentais.

52. Há, além disso, a imperiosa necessidade de reformular, a partir do dever do Estado em promover o pluralismo, os critérios técnicos de distribuição das verbas de propaganda do governo, em coerência até com o seu novo sentido cívico.

53. Um trabalho legislativo importante será o de tornar efetivo e proporcional o direito de resposta na democracia brasileira, avassalada hoje pela impunidade dos métodos de calúnia pública, tão típicos dos neoconservadores.

54. O desafio democrático-popular é:

. Colocar em prática e potencializar o princípio inserido na Constituição de 1988, que prevê a complementariedade entre um setor público estatal, um setor privado e um setor público não estatal de radiodifusão.

. Unir o sistema educacional que está sendo construído e o sistema público de cultura que vem se projetando.

. Um sistema público de comunicação, dirigido por conselhos pluralistas e mistos de representação do governo e da sociedade civil deve fortalecer a EBC para a consolidação de uma TV pública nacional de qualidade, ligada em rede com emissoras regionais; propiciar a formação de uma vasta rede de rádios universitárias em todos os campi brasileiros, que poderiam se tornar referência nas macrorregiões em que se inserem; criar grandes plataformas virtuais de diálogo e interação do governo com a cidadania ativa dos brasileiros; superar o formato meramente publicitário da comunicação do governo, de suas empresas estatais e de seus ministérios, convergindo para formas de campanhas cívicas vinculadas aos grandes temas democráticos e republicanos em disputa na sociedade brasileira.

A economia política pós-neoliberal

55. A crise econômica de 2008 e o modo como ela foi respondida pela tentativa de relançamento de um protagonismo dos EUA e de políticas fortemente antissociais na Europa, forçando a uma dinâmica de menor crescimento da China, limitaram drasticamente a margem de manobra e arbitragem da condução macroeconômica brasileira ainda encerrada dentro dos marcos institucionais legados pela era neoliberal.

56. O Brasil não pode mais contar com um crescimento relevante das exportações e o preço das commodities vem apresentando forte deterioração. A valorização do real na última década retirou as condições indispensáveis (mas certamente não suficientes) para a competitividade da indústria brasileira, criando novas dinâmicas de déficit comercial. A expressiva desvalorização do real em curso, por sua vez, pressiona a inflação para o teto da meta mesmo em um cenário de menor crescimento, como tem ocorrido. Os ciclos de elevação da Selic, por sua vez, sobrecarregam a dimensão fiscal de um Estado já envolvido em políticas setoriais anticíclicas. Em um cenário de menor elevação do salário-mínimo, de menor crescimento do emprego, de avanços incrementais nas políticas sociais, o consumo interno já não cumpre o papel de liderar o crescimento da economia. Por fim, o menor crescimento econômico repica a pressão fiscal ao minorar as expectativas de crescimento das receitas do Estado.

57. Estes que chamamos de constrangimentos sistêmicos – a inserção da economia brasileira no mercado mundial, a dívida pública do Estado e a institucionalidade de sua gestão, os limites do setor público - foram, nestes últimos anos, agravados por vitórias ideológicas e midiáticas neoliberais, que cresceram em meio aos impasses do ciclo desenvolvimentista. O chamado mercado - especialmente a especulação comandada pelo capital financeiro - passou a operar com os cenários de descalabro inflacionário, insegurança institucional para os investidores, de descontrole fiscal e de um horizonte recessivo.

58. Foi assim, neste contexto, e submetido a uma forte polarização política que o segundo governo Dilma se iniciou com uma clara inflexão conservadora na gestão macroeconômica, contraditória com o programa eleito. É preciso superar esse impasse ou o segundo governo Dilma trabalhará, na melhor das hipóteses, com um cenário de baixo crescimento e eventual crescimento do desemprego, crescimento residual das políticas sociais, em um contexto de ajuste virtual vicioso, rigidez inflacionária e dificuldades crescentes na balança de pagamentos.

59. A reeleição de Dilma Rousseff, em um cenário ainda adverso da luta democrática devido à instrumentalização do tema da corrupção, só foi possível graças à política de defesa e crescimento do emprego, da renda dos trabalhadores e do crescimento dos direitos sociais que foi, no fundamental, garantida pela gestão macroeconômica. Foi o

que fez a campanha vitoriosa da reeleição da presidente Dilma, com o apoio majoritário da população brasileira e com o reconhecimento massivo dos setores organizados das classes trabalhadores e dos pobres.

60. Os maiores erros nestes últimos anos, que podem se repetir agora, foram cometidos pela gestão do Banco Central que, com seus movimentos altistas da Selic desestabilizou tentativas de retomada econômica, onerando a carga fiscal do Estado, sem conseguir resultados mais evidentes no controle da inflação. Era como se o Ministério da Fazenda puxasse a economia para frente – com várias iniciativas anticíclicas – e a gestão da política monetária e cambial puxasse a economia para trás, com políticas conservadoras vistas como prioritárias frente ao risco de perda de controle da inflação orquestrada pela mídia neoliberal. Os ciclos de alta da taxa Selic, a manutenção dos juros internos em um patamar escandaloso frente a qualquer comparação internacional, a pressão sobre os bancos públicos e pela elevação do superávit primário, criaram um constrangimento insuperável para uma retomada vigorosa da economia brasileira. No atual quadro da crise capitalista, não se pode fazer uma política anticíclica coerente e eficaz diante de um padrão tão alto de financeirização como está envolvida a economia brasileira.

61. Devem ser barradas tentativas de desmontar a política de desenvolvimento com distribuição de renda (sobretudo emprego e elevação do salário) e de implementar uma política recessiva, com desemprego e redução do salário real. É fundamental retomar o novo ciclo expansivo, inclusivo, distributivo e sustentável da economia brasileira.

62. Devemos disputar o conflito distributivo na sociedade brasileira com o capital financeiro, com o rentismo, com as rendas patrimoniais. As taxas de juros ao consumidor continuam em mais de 100 % ao ano e para as pequenas empresas, que não têm acesso ao crédito subsidiado, continuam em mais de 50 % ao ano! A taxa Selic, em processo de elevação neste início de segundo governo Dilma, é ainda escandalosa, apesar de se situar em um patamar bastante inferior à média dos anos FHC. O imposto sobre grandes fortunas e sobre os rendimentos de patrimônio vêm sendo defendidos por vários governos socialdemocratas europeus e até pelo presidente democrata dos EUA. Não há nenhuma razão para ser omitido ou se manter na defensiva nestes grandes

conflictos distributivos para os quais é possível formar grandes alianças entre trabalhadores, assalariados, setor produtivo e de serviços.

63. Por fim, devem ser retomadas as políticas industriais e de inovação em gestação no primeiro governo Dilma. Na retomada de um novo ciclo de desenvolvimento, sustentável e distributivo, elas poderiam ganhar corpo e nitidez histórica, contribuindo para reinserir a economia brasileira no mercado mundial.

64. Este novo ciclo de desenvolvimento deve se combinar com uma política mais ousada de integração política e econômica da América Latina, que contribui não apenas para fortalecer os processos de mudança no continente, mas para criar novas sinergias de mercados e potencialidades econômicas latino-americanas hoje ainda tão pouco realizadas.

Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental

65. Os governos petistas ousaram na distribuição de renda e ampliaram as possibilidades de produzir e consumir para milhares de pessoas. Contudo, novas demandas, como a melhoria na qualidade dos serviços públicos emergiram, mas junto com elas, uma insuficiente mudança de comportamento da sociedade, e uma não mudança de valores, predominando o culto ao consumo exagerado.

66. O padrão de consumo não pode ser aos padrões dos países centrais, como os EUA, pois esse padrão é prejudicial ao sonhado desenvolvimento com sustentabilidade ambiental.

67. Ao mesmo tempo, emergiu nos últimos anos, com as grandes mobilizações de ruas e redes, questões que apontam a necessidade de novas soluções tanto para as cidades, com relação ao transporte e à mobilidade, por exemplo, quanto para uma questão mais ampla, como o acesso recursos naturais como a água.

68. A dimensão do meio ambiente e da sustentabilidade ainda é um desafio para a esquerda em todo o mundo. Um modelo de desenvolvimento mais resiliente, baseado nos pilares econômico e social justos tem que ter como base também a justiça ambiental. Precisamos garantir o acesso das futuras gerações ao bem estar e aos bens comuns.

69. Dentro do processo de revolução democrática, a soberania dos povos e comunidades tradicionais também deve estar assegurada, assim como um desenvolvimento construído com ampla consulta e participação social, permitindo o controle social sobre os meios de produção que modificam paisagens, privatizam os recursos naturais, e impactam negativamente modos de vidas e o patrimônio natural e cultural, até mesmo genético, associado ao conhecimento desses povos e comunidades tradicionais.
70. Nesse sentido, a exploração do Pré-sal por meio do modelo de partilha nos garante usar o seu recurso para o bem comum, como por exemplo, a saúde e a educação. É acertada a estratégia estatal de exploração. Do contrário, seria privatizar recursos naturais não renováveis, patrimônio coletivo, para favorecer o lucro do capital às custas do planeta e gerando um descontrole sobre a emissão de gases de efeito estufa.
71. Ainda temos uma dívida social a pagar, por isso precisamos explorar essa riqueza que é o Petróleo brasileiro. Na Amazônia, por exemplo, ainda existem populações inteiras sem acesso à educação. Educação que já conseguimos fazer nossos jovens acessarem, por meio do PROUNI, FIES e REUNI, e qual qualidade de educação queremos para a juventude amazônica?

Qual modelo de desenvolvimento queremos?

72. Faz-se necessário problematizar o conceito de desenvolvimento, contrapor a ideia se progresso que historicamente se expressa como modelo tecnoeconômico. A partir do paradigma da sustentabilidade socioambiental, concebemos que o desenvolvimento compreende a noção de melhoria da qualidade de vida das diversas populações, a redução das desigualdades, a vivencia da cultura da paz, da solidariedade e da democracia. Refuta-se a ideia instrumental de crescimento infinito que conduziria ao bem estar social geral da população, em detrimento da destruição ambiental, da exploração e miséria de diversas populações. Com isso, supera-se a ideia de sustentabilidade enquanto suportabilidade, considerando que o desenvolvimento não pode ignorar os contextos humanos.

73. Em muitos países o desafio da sustentabilidade já se tornou uma oportunidade. Cada vez mais o Brasil se aproxima da mudança. Já somos produtores de energia eólica, por exemplo, e também já se implantam ciclovias por nossas cidades, como por exemplo, em São Paulo, por meio de uma "revolução do futuro".

Avançar as conquistas pela igualdade e liberdade: juventude, mulheres, negros e negras, povos indígenas, LGBT, pessoas com deficiência.

74. A desigualdade é marca constitutiva da sociedade brasileira, que resultou em uma sociedade com uma pequena elite econômica, com hierarquias de raça-etnia, gênero, geração e regionais. Os anos da ditadura militar e os anos neoliberais fomentaram e aprofundaram por todos os caminhos um processo de mercantilização, criando em um certo período da história brasileira uma dinâmica de apartheid social. Os governos Lula e Dilma promoveram uma ruptura com esse ciclo com a implementação de políticas de ação afirmativas que buscam enfrentar essa dinâmica.

75. O valor central que deve presidir a construção de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável e distributivo é a desmercantilização da reprodução da vida social. Significa fortalecer o setor público para retirar o poder do mercado e construir como direito de cidadania o acesso qualificado e equilibrado socialmente aos bens e serviços fundamentais para uma vida digna.

76. Esta profunda desmercantilização da vida social (saúde, educação, segurança, previdência, moradia, saneamento, esporte, cultura) criará as bases para a classe trabalhadora se libertar de centenárias situações de humilhação, aviltamento e predação. Ao mesmo tempo em que esse processo de desmercantilização deve ser acompanhado de profundas transformações culturais e dos valores que estruturam as relações sociais no Brasil buscando a superação do racismo, do machismo e patrimonialismo.

Construir relações que compreendam o direito à igualdade e à diferença

77. Aprofundar as políticas de igualdade para as mulheres, que avance na construção de um novo equilíbrio entre produção e reprodução, apontando para a superação da divisão sexual do trabalho, do racismo e que portanto contribuam para romper com as dicotomias entre público e privado. Isso é uma base fundamental para avançar no

combate a todas formas de violência contra as mulheres e para o reconhecimento da autonomia em relação ao seu corpo e sexualidade e que, portanto, enfrente a criminalização do aborto, a lesbofobia e as práticas machistas na sexualidade. Avançar na igualdade de participação das mulheres nos espaços de decisão e poder será base fundamental para a construção feminista de um Estado Solidário.

78. As políticas públicas aplicadas pelos governos petistas tiveram forte repercussão na vida das mulheres brasileiras, em particular no aumento dos rendimentos, no acesso às políticas de proteção social com destaque para a previdência, na ampliação do suporte do Estado no provimento de serviços públicos. Tiveram reflexos diretos na qualidade de vida e no trabalho de cuidados, em especial na educação infantil. A renda da população mais pobre subiu, repercutindo nas desigualdades regionais, principalmente como resultado de um incremento da renda do trabalho que se expandiu e que provocou também uma alteração das desigualdades campo-cidade, já que a renda cresceu mais entre os pobres rurais, do que nas metrópoles e nas demais cidades, sendo que esse crescimento foi mais expressivo na renda proveniente do trabalho agrícola. Políticas para as mulheres foram instituídas e impulsionadas a partir da criação de institucionalidades específicas e com elementos importantes de gestão participativa das mesmas por meio das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres.

79. Apesar dos grandes avanços, o país continua marcado por profundas desigualdades de gênero e, nesse sentido, as conquistas alcançadas não revertem as desigualdades socioeconômicas e há que se destacar que não houve diminuição da desigualdade racial. A afirmação de um projeto de sociedade com igualdade entre mulheres e homens encontra barreiras estruturais e ideológicas ainda profundas que necessitam ser enfrentadas no próximo período, uma tarefa dos nossos governos e da militância dos movimentos sociais.

80. É nítida a reação patriarcal a esses avanços e há no Brasil uma forte ofensiva conservadora, que ampliou seu peso na política, especialmente em decorrência do espaço dos setores conservadores no Congresso Nacional, e que tem nos grandes meios de comunicação grandes aliados. O conservadorismo se expressa em discursos e

iniciativas de controle do corpo e da sexualidade das mulheres, e com o reforço ideológico de padrões comportamentais e valores.

81. A existência da Lei Maria da Penha e de uma política nacional de combate a violência contribui de um lado para termos alterações nos índices de alguns tipos de violência, e de outro para visibilizar as práticas alarmantes com as quais ainda convivemos. O IPEA estima que haja anualmente no Brasil 527 mil tentativas ou casos de estupro consumados no país, dos quais 10% são reportados à polícia.
82. Fruto desse aumento do conservadorismo há o incremento da criminalização das mulheres que abortam, assim como o aumento da insegurança e dos riscos para suas vidas e saúde. Junto com o tema do respeito à diversidade sexual, a questão do aborto exige medidas de proteção às mulheres e garantia de sua autonomia e direito à autodeterminação.
83. Essa política de igualdade para as mulheres requer igualdade de participação nos espaços de poder e decisão como bases fundamentais para a despatriarcalização do Estado e a construção de uma perspectiva feminista que, nesse momento, se concretiza nas propostas de reforma política.
84. A participação diferenciada de brancos e negros é naturalizada nos vários espaços da vida social, reforçando a estigmatização sofrida pelos negros, inibindo o desenvolvimento de nossas potencialidades individuais e impedindo o usufruto da cidadania por parte dessa grande parcela de brasileiros a qual é negada oportunidades que o país deve oferecer a todos. O processo de exclusão vivido pela população negra compromete a evolução democrática do país e a construção de uma sociedade justa e coesa.
85. A dignidade do trabalho, de seus valores e perspectivas classistas foram fundamentalmente oprimidas ao longo do tempo. Aqui se realizou, em maior escala e por mais tempo, a maior experiência da escravidão moderna. Às classes trabalhadoras, na maior parte do tempo, foram negados os direitos básicos, permanecendo hoje ainda um contingente expressivo submetido às situações degradantes do desemprego, subemprego ou emprego precário. As formas de inserção dos trabalhadores negros e

negras ocupados ainda são marcadas pela precariedade quando se constata que, mesmo com o crescimento do emprego mais formalizado, a participação relativa dos negros e negras é maior nas ocupações onde prevalece a ausência da proteção previdenciária e, em geral, os direitos trabalhistas são desrespeitados.

86. Vivenciamos um intenso dilaceramento do nosso tecido social, um forte processo de criminalização da pobreza com vias a atingir a emancipação inconclusa da população negra após a abolição da escravidão. O uso da força pelo monopólio assegurado ao Estado sempre teve como objetivo o disciplinamento dos escravizados e seus descendentes e que nos dias atuais ganham contornos de uma verdadeira guerra interna onde o saldo é de mais de 25 mil jovens negros mortos por ano, fruto da violência urbana, causada na sua grande maioria pelos “confrontos” com a polícia militar.
87. Neste contexto a militarização do Estado brasileiro que tem sua retomada no período da ditadura militar embasada pela doutrina da segurança nacional com o objetivo de combater os inimigos internos do regime, encontra hoje na guerra ao narcotráfico recursos necessários para desequilibrar a luta de classes a favor do Capital usando de violência para conter a insubordinação dos setores explorados e oprimidos.
88. Políticas públicas contra a homofobia e a violência homofóbica (que hoje atinge níveis alarmantes no país), a aprovação da igualdade jurídica entre cidadãos homossexuais e heterossexuais, a criminalização da homofobia e o enfrentamento a posturas religiosas que coloquem em risco o princípio laico e republicano do Estado brasileiro.
89. Em 2013 o governo criou Sistema Nacional de Promoção de Direitos e de Enfrentamento à Violência contra LGBT tem como objetivo articular as diferentes experiências de política públicas para proteção e promoção dos direitos dessa população. A ideia é combater os determinantes econômicos, sociais, culturais e ambientais da violência que atingem a população LGBT efetivando políticas afirmativas, através da ampliação do diálogo e da articulação interfederativa, promovendo a equidade de direitos.

90. É preciso enfrentar a realidade da homofobia que mata centenas de pessoas todos os anos no Brasil. É preciso enfrentar o crescente conservadorismo na sociedade e barrar o Estatuto da Família.
91. Uma política da revolução democrática, de um lado, exige novas políticas públicas que ampliem as oportunidades educacionais e de geração de renda, afirmem a regulamentação dos mecanismos internacionais, dos quais o Brasil já é signatário, de garantia do trabalho decente, permitam o acesso à crédito subsidiado para moradia e assegurem a possibilidade de livre expressão política e cultural em articulação com uma ampla reforma das condições de infraestrutura de mobilidade, conectividade, segurança pública, sustentabilidade, acesso aos serviços e bens públicos das cidades. Em síntese, que garantam as condições para que a juventude viva o presente e planeje autonomamente o seu futuro.
92. São necessárias políticas públicas que ampliem a proteção social sobre a imensa massa juvenil, reduzindo a entrada precoce no mercado de trabalho, garantindo mecanismos de participação cidadã na vida educacional, cultural e política. A emancipação dos jovens é a sua não dependência do trabalho para fins de sobrevivência. A juventude trabalhadora brasileira conquistou novos direitos nos últimos doze anos, reconfigurando os seus próprios desejos e aspirações e o papel que cumpre nas relações sociais. A atual geração de jovens é, em geral, mais escolarizada e conectada que os pais e, portanto, exerce maior influência sobre os modos de vida e sobre a cultura política do seu entorno. Se já vinha, conforme estudos do final da década passada, apostando mais no seu futuro, confiando nas possibilidades de mudança da própria realidade e praticando um ativismo político comunitário, após as manifestações de junho de 2013, a juventude brasileira adquiriu maior consciência do papel transformador da sua ação política, tornou-se mais crítica ao atual padrão de institucionalização da democracia brasileira e mais exigente em relação à ampliação de novos direitos que assegurem maior qualidade de vida para toda a comunidade em que se insere.
93. De outro lado, exige o reconhecimento das novas formas de intervenção micro urbana de geração de renda e intervenção política. Uma importante parcela da juventude da classe trabalhadora é tipicamente associada a situações de informalidade e/ou de não

estudo e não trabalho. No entanto, e, sobretudo nas periferias das grandes cidades, há um conjunto de formas laborais não mercantilizadas, individuais ou solidárias, que precisam de visibilidade e reconhecimento estatal, incluindo milhares de jovens na cidadania. Aqui não seria o caso de apenas reconhecerem-se como “jovens empreendedores”, mas permitir formas anti-mercantis de valorização do trabalho. Ao mesmo tempo, a democracia brasileira só poderá se renovar profundamente com o reconhecimento do ativismo político comunitário e com a democracia das ruas e da ocupação do espaço público produzida, por exemplo, pela cultura do hip hop, do skate e do pixo. Através dessas expressões culturais, a juventude trabalhadora tem se organizado politicamente, produzido novas formas de diálogo e interlocução com o poder público que não passam pelos canais tradicionais construídos na democracia brasileira pela classe trabalhadora, como os atuais partidos de esquerda, em especial o PT, o movimento sindical e os movimentos sociais e populares. Aliás, essas novas formas de diálogo e interlocução são cada vez mais diretas, horizontais, articuladas em redes de ativismo e cultura e conectadas.

94. Quem defende uma sociedade justa, precisa compreender que os indígenas ocupavam o Brasil muito antes da colonização e da sociedade capitalista.

95. Até 1988 a política indigenista brasileira estava centrada nas atividades voltadas à incorporação dos índios à comunhão nacional, princípio indigenista presente nas Constituições de 1934, 1946, 1967 e 1969. A Constituição de 1988 supriu essa diretriz, reconhecendo aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, soberania e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

96. Precisamos garantir os direitos indígenas: a sua cultura preservada, seus modos de vida, em seus territórios, que são territórios de preservação ambiental. Os saberes indígenas precisam ser preservados frente à ofensiva capitalista que usurpa e patenteia, visando o lucro. É necessário garantir aos índios a justa repartição de benefícios.

97. É necessário barrar a PEC 215. O Congresso conservador, sem representação plural da sociedade, que sequer tem um indígena em sua composição não pode ser o responsável

pela gestão de territórios e direitos indígenas. O direito originário à terra, é um direito constitucional, é necessário garantir a ampliação da regularização das terras indígenas.

98. Uma sociedade democrática precisa ser inclusiva. No que se refere às pessoas com deficiência, a inclusão diz respeito à superação das diversas formas de discriminação e exclusão reproduzidas pelo modelo segregativo imposto a este grupo social. A luta pela promoção da acessibilidade integra a luta mais ampla para assegurar às pessoas com deficiência o exercício pleno dos direitos humanos e liberdades fundamentais. A conquista da sociedade inclusiva pressupõe, portanto, a mudança de concepção sobre a deficiência, que restringe a pessoa a sua condição física, sensorial ou intelectual. Atualmente, comprehende-se que a deficiência decorre da interação entre pessoas e as diferentes barreiras ambientais e atitudinais presentes na sociedade que impedem sua efetiva participação em igualdade de condições com as demais pessoas. Nessa perspectiva, a deficiência é compreendida como parte da diversidade humana. Nossa atuação política não tem como parâmetro homogeneidade e avança em relação à ideia de tolerância à diferença, buscando seu reconhecimento e valorização. A partir dos governos Lula e Dilma, distinguindo-se da concepção de atendimento assistencial caritativo às pessoas com deficiência, esta pauta ganha espaço na agenda política e as novas ações do governo federal passam a ser concebidas na perspectiva inclusiva, articulando a promoção do pleno acesso por meio da gestão intersetorial das políticas públicas, da expansão do financiamento e ampliação dos serviços públicos para a garantia da inclusão. Assim, é fundamental a defesa destas políticas nas esferas do executivo, do judiciário e do legislativo e o enfrentamento a setores que historicamente construíram o poder político e econômico com a segregação das pessoas com deficiência, substituindo o Estado e o desincumbindo do atendimento desta população. Essa disputa política é essencial para garantir a efetivação do projeto de sociedade inclusiva pela qual lutamos. O princípio da inclusão é inegociável e deve fundamentar a definição, a formulação e a implementação de políticas públicas em todas as áreas, promovendo a acessibilidade, a garantia do pleno acesso, a autonomia e a independência das pessoas com deficiência, em todos os espaços comuns da sociedade.

99. Este processo de universalização da cidadania no Brasil, programaticamente concebido a partir dos princípios da desmercantilização da vida, da afirmação dos direitos das mulheres, dos LGBTs e dos negros/as, da conquista da emancipação juvenil, deve ser

compreendido como o próprio processo de auto formação do povo brasileiro em sua identidade civilizatória própria. Uma construção política, econômica e social de tal magnitude histórica reivindica um novo olhar sobre os sujeitos históricos da revolução democrática.

A construção do bloco histórico das forças democráticas e populares

100. A macroeconomia do desenvolvimento é a base social da hegemonia da esquerda que queremos construir. Sem ela, é a nossa própria base social – esta imensa e poderosa rede de movimentos e cidadãos e cidadãs em marcha por seus direitos que cresce sem parar no Brasil – que se divide, perde identidade e sentido histórico.

101. A grande vitória popular das eleições presidenciais de 2014, o espírito daquilo que nos une e dá sentido foi capaz de forjar três palavras que continham em si uma narrativa, uma época e um futuro a conquistar: “Brasil Muda Mais”. Em um sentido forte, esta potência que se manifestou mais nitidamente no segundo turno das eleições e nos deu a vitória deve ser agora incorporado ao nosso movimento político plural.

102. A disputa de hegemonia reclama a formação de um movimento político unitário permanente e estruturado, com as seguintes características:

- . Que assume com centralidade as lutas democráticas, vinculando-as à defesa de um novo pacto desenvolvimentista, sustentável e distributivo, à expansão dos direitos sociais e humanos;
- . Se forme em torno de si uma rede democrática e popular de comunicação, vinculando-se em rede para travar diariamente a luta pelas notícias, juízos e valores;
- . Organize-se de forma frentista e horizontal, abrigando em torno de si o amplo pluralismo das esquerdas, religiosos e identitários;
- . Convirja para ações unificadas, mas abre-se para todas as formas de lutas em dinâmicas regionais e descentralizadas;
- . Estabeleça uma variedade de sentido entre o nosso trabalho no governo do país, as ações dos movimentos sociais e o trabalho parlamentar.
- . Construa uma mobilização social ampla, baseada em espaços de diversidade, capaz de definir rumos para a esquerda, com capacidade convocação hegemônica, que reúne os que combatem a corrupção e defendem a democracia e as liberdades.

103. Uma revolução democrática é extamente o oposto de uma revolução passiva, isto é, de uma transformação dirigida pelo alto e que pretenda substituir o protagonismo político, social e cultural dos trabalhadores e do povo brasileiro por uma lógica estatal de acomodação dos interesses históricos das classes sociais fundamentais.

104. Mudar mais só é possível num quadro de um amplo e profundo ascenso dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais. Este ascenso é programaticamente formado pelas dimensões internacionalistas, classistas, populares, feministas, anti-homofóbicas, laicas, anti-racistas e libertárias.

A novidade da ocupação das ruas pela direita

105. O que está em jogo e precisa ser defendido é o próprio destino democrático do país legado da Constituição de 1988 e os avanços sociais da última década, diante do risco de grupos que se organizam para ameaçá-los com seu entulho autoritário.

106. O poder de atração desses grupos cresce à medida que aumenta a insatisfação não apenas com o governo, mas com a política e as instituições, de uma forma geral.

107. Há o risco de formação de um grande partido de extrema direita, permanentemente mobilizado, agressivo, violento. Esse projeto político tem no ódio sua principal ideologia. O ódio às instituições democráticas e a intolerância com a diversidade de opiniões contaminou as manifestações que tem levado centenas de milhares de pessoas às ruas. Criaram um sentimento de ódio ao PT que se transformou em um sentimento de ódio à democracia, reunindo outros sentimentos autoritários, homofóbicos, racistas e reacionários. Ódio aos que são beneficiados pelas políticas universalizantes promovidas por doze anos pelos governos petistas.

108. Os passos das mobilizações do 15 de março são de elevado profissionalismo e clareza de objetivos dos adversários políticos deste governo, que souberam captar a insatisfação existente com o momento econômico, insuflando um clima de corrupção generalizada, a partir da crise da Petrobrás. Há nítida flagrante seletividade na indignação com a corrupção.

109. Diante desta tática, a frente democrática e popular deve ter capacidade de impulsionar um grande movimento em defesa da democracia, dos direitos e das liberdades. Deve alertar as consciências democráticas e republicanas dos brasileiros a discutir e denunciar, se mobilizar e ir para as ruas, derrotar e isolar na democracia brasileira as tentativas de golpe.

110. A capacidade de mobilização para ocupação das ruas pelo campo social e político de esquerda foi fortemente demonstrada nas manifestações do dia 13 de março, convocadas pelos movimentos sociais nacionais. Demonstrou, ainda, a possibilidade de unificação de diversos setores em torno de agendas centrais na disputa de rumos do nosso projeto: a democracia, a ampliação de direitos, o combate à corrupção e defesa das liberdades.

111. Neste período em que o Congresso Nacional aparece dominado por uma agenda conservadora em frontal contraposição à luta pelos direitos do trabalho, aos bens públicos e aos direitos humanos, será fundamental a construção de um movimento unificado em torno a uma plataforma cidadã, capaz de mobilizar em frente toda a esquerda e todos os setores progressistas, em torno a projeto de iniciativa popular de leis. No campo dos direitos à educação, à saúde pública, ao transporte coletivo, à ecologia, aos direitos humanos, aos direitos do povo negro, das mulheres, dos jovens, dos homossexuais, existe hoje toda uma trama de coletivos, entidades, redes virtuais, fóruns e movimentos que precisam aumentar o poder de pressão e construção de uma agenda política unitária na democracia brasileira.

III. PT: revolucionar nossa cultura política

112. O 5º Congresso do PT tem o dever de atualizar as tarefas, o programa, o funcionamento e a própria identidade do PT. E deve ser o momento de um debate profundo nas bases e na direção, um momento de construir novos compromissos com a classe trabalhadora, a juventude, as mulheres, negros, povos indígenas, com a democracia e o socialismo no Brasil, na América Latina e no Mundo.

113. Somos o partido que conquistou a 4ª vitória presidencial com um programa de esquerda, mas em meio a uma democracia pesadamente condicionada pelo poder econômico que, na sua forma contemporânea, se expressa como neoliberalismo. Uma

de suas marcas é a negação da própria soberania popular: é o mercado e não o povo que define a política econômica, isto é, o emprego, o juro e a própria moeda.

114. O Brasil avançou nos últimos doze anos em direitos econômicos e sociais, mas, como vemos na conjuntura pós-eleitoral, continua a enfrentar – como em todos os países capitalistas – o conflito entre a democracia eleitoral e os interesses capitalistas. A superação dessa contradição exige clareza quanto ao programa pós-neoliberal e exige passar da democracia eleitoral à democracia real. Pós-neoliberalismo implica radicalizar a própria democracia. O PT e o bloco histórico democrático-popular são centrais para que os novos sujeitos sociais e políticos despertados por doze anos de mudança possam protagonizar a grande revolução democrática no Brasil.

115. Enfrentamos os limites da democracia brasileira que longe estão de terem sido superados nos doze anos de governos democráticos-populares. Se fomos capazes de elevar as condições materiais de vida do povo brasileiro, de aumentar a força social e econômica da classe trabalhadora, e, portanto, de ampliar a soberania popular e sustentar duramente as conquistas das quatro eleições presidenciais, sofremos, ao mesmo tempo os efeitos perversos de uma democratização limitada, apenas iniciada. E, de todas as instituições, o PT é a mais impactada: porque sua história, programa e representação social entram em contradição com os processos de adaptação ao Estado (institucionalização) e às regras do jogo da democracia eleitoral (entre elas, o financiamento empresarial e suas implicações em termos de aproximação orgânica com os interesses capitalistas). O PT vive hoje, de forma exponenciada pelos doze anos na presidência da República, a contradição entre ser um partido para revolucionar democraticamente a ordem política ou ser um partido da ordem.

116. O partido liderou a conquista do governo central e esteve à frente das mudanças sociais e econômicas que elevara as condições de vida do povo e sua capacidade de colocar em prática uma soberania popular nunca vista antes – que se expressou no feito inédito da conquista quatro vezes sucessivas da presidência da República. Ao mesmo tempo, o partido sofreu as consequências de um longo período de exercício do governo sem romper os limites de uma democratização limitada pela transição conservadora do regime militar, conduzida pelo arranjo por cima entre os militares e a oposição moderada (o MDB), conhecida como “Nova República”. As mudanças

lideradas pelo PT criam as condições para uma revolução democrática; as adaptações do PT à ordem bloqueiam a sua capacidade de liderar esse salto. Essa a disjuntiva que precisa ser resolvida agora.

117. Nossa partido já teorizou sobre o duplo caráter da sua construção histórica: sua originalidade em face de outras experiências de esquerda e sua diferença estrutural frente aos partidos burgueses. Um partido socialista com pluralismo e que defende um socialismo com pluralismo, ao contrário do estalinismo; um partido socialista que se propõe a governar visando um novo sistema social e não gerir a crise do capitalismo, ao contrário da socialdemocracia. Além disso, um partido diferente dos partidos tradicionais, daqueles que tratam a política como meio de manter a dominação de uma minoria sobre a maioria e como meio de enriquecimento privado.

118. Para um balanço - que precisa ser aprofundado e sintetizado com outras contribuições - é necessário apontar que o maior perigo que ronda nosso partido é o de assemelhar-se aos partidos burgueses e com isso perder sua originalidade socialista. Talvez pela imposição de uma dinâmica internacional ainda marcada por profundas derrotas socialistas – o que implica em defensiva da utopia socialista mesmo em um quadro de uma grande crise do capitalismo – a construção do PT está ameaçada não mais por uma das grandes vias em que se dividiu e descaracterizou o movimento socialista do século XX, mas pela política e cultura sem utopia e sem ética de um capitalismo em crise mas sem perspectivas críveis, por ora pelo menos, de sua superação.

119. Enfrentar e vencer esse risco de degeneração é a nossa tarefa central na construção partidária e mesmo na revolução democrática. O PT, mesmo atraído pela política pragmática, construiu-se como uma grande experiência de esquerda contemporânea, no Brasil e no mundo. Sua destruição é o alvo permanente da burguesia, sofremos a mais odiosa campanha contra um partido de esquerda desde a ilegalidade do PCB em 1947.

120. Vencer esse risco de degeneração exige uma nova prática e uma nova cultura política na construção partidária. Nossa Estatuto essencialmente democrático deve ser posto em prática não apenas como regra de convivência, mas como programa de

reconstrução partidária. A defesa de uma organização por identidade programática, autossustentável e separada dos interesses que motivam o financiamento privado, de uma organização baseada na militância voluntária, na igualdade de condições de mulheres e homens, na diversidade étnica e na renovação geracional. Reafirmamos aqui a nossa defesa intransigente da manutenção das políticas de paridade de gênero, transição geracional, e diversidade étnica adotadas pelo PT.

121. Nossa tempo é agora! Precisamos já nesse Congresso desatar contradições acumuladas, romper inéncias e acomodações, responder ao mais forte ataque e à maior campanha de desmoralização que já recebemos dos que sempre quiseram nos destruir.

122. Como já definimos na resolução adotada pelo Diretório Nacional em Fortaleza, em dezembro de 2014, combateremos sem trégua a corrupção, a conciliação com a corrupção e a convivência com a corrupção. Além disso, filiados com função dirigente na condição de réu ou sob inquérito criminal em processos de apuração de corrupção devem ser afastados preventivamente, garantindo direito de defesa, enquanto perdurar esses processos.

123. Defendemos que o Congresso inaugure uma nova etapa da construção partidária. Buscaremos avançar em um acordo entre correntes, lideranças, militantes, para que uma nova direção possa ser formada, com legitimidade e dentro da legalidade petista.

124. Consideramos esgotado um padrão de funcionamento partidário financiado em grande medida por empresas. Se esse procedimento já causou uma enorme corrosão da credibilidade política dos partidos nos processos eleitorais, quando aplicado ao funcionamento regular de um partido como o PT torna-se radicalmente contraditório com um programa socialista. É preciso inaugurar um novo ciclo de construção do PT baseado em contribuições voluntárias e nos fundos públicos legitimamente constituídos no processo de reforma política e de luta pela proibição do financiamento empresarial.

125. Consideramos também esgotado o modelo de eleição de direções através do PED. Isso acontece não pela forma eleitoral, mas pelo estímulo ao uso de recursos financeiros, a pouca mobilização voluntaria e a despolitização dos debates internos.

Reconhecemos as conquistas de um processo público, amplo e mobilizador de escolha de direções, no entanto é hora de dar o passo a frente para o aprimoramento da nossa democracia interna.

126. As mudanças devem apontar no esforço do partido, para mais que ampliar o número de filiados e filiadas, criar instrumentos que avancem no desafio do maior e melhor envolvimento de todos, na formação política permanente, na não intervenção financeira nos processos internos e no respeito a pluralidade de opiniões. Será à partir do nosso próprio exemplo que reafirmaremos a toda a sociedade a nossa vocação a democracia, fortalecendo assim nosso compromisso de uma reforma política que corrija as distorções do sistema atual e garanta soberanamente o desejo e o interesse popular.

127. As transformações ocorridas nas relações sociais pela revolução tecnológica impulsionada no início do século XXI e acessível à classe trabalhadora brasileira após doze anos de avanços econômicos e sociais impõe a invenção e o reconhecimento de novas expressões políticas pela democracia brasileira e pelo PT. Por estar, em geral, mais integrada com novas ferramentas de comunicação e interação social, a juventude tem desenvolvido novas práticas políticas de micro e multi intervenções. Nesses termos, reconstruir as relações do PT com a juventude exige não o retorno a antigas formas de organização, mas passa fundamentalmente por como se organizam nas diversas redes presenciais e digitais as agendas defendidas pelo partido.

128. Por essas razões defendemos construir já uma nova direção para um novo ciclo de construção e atuação partidária, que deve expressar uma sacudida na rotina e uma retomada da energia petista para enfrentar a direita da forma mais eficaz: colocando em prática nossas concepções socialistas e democráticas!

129. Uma nova direção deve ser fruto de um diálogo com todas as correntes e lideranças, de um acordo sobre tarefas centrais e, inclusive, quanto ao procedimento legal para que uma nova direção seja reconhecida como necessária e legítima.

130. Que a ousadia, a garra, a vontade de mudar o país, a dedicação à classe trabalhadora e o amor pelo povo brasileiro que nos trouxeram até aqui nos levem muito além!



PARTIDO DOS TRABALHADORES
5º. CONGRESSO NACIONAL

CADERNO DE TESES

CONTRIBUIÇÃO DA MILITÂNCIA
SOCIALISTA

Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015

Contribuição da tendência Militância Socialista ao 5º Congresso Nacional do PT

Socialismo

1. Ser socialista é ser anticapitalista, é indignar-se diante de qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa em qualquer parte do mundo e lutar para que todos os seres humanos tenham acesso aos bens materiais e imateriais produzidos socialmente pela humanidade. Ser socialista é lutar por um sistema socialmente justo, politicamente democrático, economicamente sustentável e culturalmente libertador.
2. O Partido dos Trabalhadores, no seu 5º Congresso Nacional, deve reafirmar sua posição de partido socialista, democrático e de massa. Mas em tempos de globalização e com o fim da guerra fria, qual a atualidade do debate sobre o socialismo?
3. Pode-se apontar três grandes razões para colocar o tema do socialismo como prioridade na agenda atual: o aumento das desigualdades, o desrespeito aos direitos humanos, e o aprofundamento da crise ambiental.
4. Apesar do avanço tecnológico e dos ganhos de produção e da globalização, persiste um aumento das desigualdades no mundo. Um aumento da concentração de riquezas, um aumento da desigualdade entre países ricos e países pobres e um aumento da desigualdade do rendimento do capital especulativo em relação ao capital produtivo. Ou seja, fica cada vez mais evidente a incapacidade do sistema capitalista em produzir e distribuir riquezas ao mesmo tempo, inclusive nos períodos de maior crescimento acontecem numa situação de divisão internacional do trabalho, de aumento da exploração da força de trabalho e de aumento da mais valia. Portanto, diante dessa contradição fundamental, cabe levantar sempre a bandeira da luta anticapitalista e da esperança de um sistema economicamente justo e sustentável.
5. Apesar do extraordinário avanço do conhecimento e das informações, o desrespeito aos direitos humanos está muito aquém de ser superado. Junto com as desigualdades econômicas vêm impregnados os valores capitalistas do individualismo, da competição e da falta de solidariedade, por isso, torna-se mais visível também o desrespeito à vida do outro, que é visto como um concorrente, e não como semelhante. Cresce o machismo e

a violência física e psíquica contra as mulheres, cresce a homofobia e a violência contra as pessoas homoafetivas; cresce a violência contra os pobres, os negros e as demais etnias e culturas consideradas diferentes do tipo dominador; crescem os índices de violência entre crianças, adolescência e juventude; crescem as cidades, as desigualdades sociais, e com isso, a falta de moradia digna, falta de mobilidade com prioridade aos deficientes físicos, falta de saneamento ambiental, de saúde, de educação e aumento da violência e da criminalidade. Todo o desrespeito aos direitos das pessoas é uma forma de violência, que pode ocorrer pela ação de outra pessoa convicta dos valores de ética capitalista contra o seu concorrente ou pela omissão e violação dos Estados em respeitar dignidade humana dos Estados em proporcionar condições dignas de vida.

6. Apesar do extraordinário aumento da riqueza no mundo, ela continua a ser produzida em detrimento do equilíbrio do planeta. Além dos desmatamentos e da poluição dos nossos rios e mananciais, o meio ambiente é agredido pelo tipo de matriz energética, de combustíveis fósseis, das hidrelétricas que causam grandes impactos ambientais e sociais negativos do lixo e do consumo exagerado de produtos supérfluos e de alimentos não saudáveis que continuam sendo os grandes vilões de todo os tipos de poluição. Esse modelo de produção e de consumo é sempre justificado pela visão capitalista do lucro e do *status* de que a pessoa vale o quanto consome. Porém, isso é o que destrói a vida do planeta e dos seres humanos, piorando a cada ano as condições de sobrevivência de todos, porém, castigando sempre mais os menos favorecidos.
7. É diante dessas contradições básicas do capitalismo que devemos lutar para transformar o mundo e construir um sistema mais humano e democrático que é o socialismo. Não podemos esperar que o capitalismo desabe pelas suas próprias contradições internas, tampouco que o socialismo ocorra de forma espontânea. Essa transformação deve ser resultado da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, dos oprimidos, daqueles que mais sentem os efeitos perversos desse sistema injusto e desigual. Do mesmo modo que no Manifesto de Fundação do PT, em 1980, estava escrito sobre a democracia, pode-se dizer que o socialismo “é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas mãos dos trabalhadores/as ou não virá”.
8. A construção do socialismo não é uma tarefa fácil, tampouco existe uma fórmula pronta, pois ocorreram contradições nas experiências anteriores, seja no socialismo real ou na

socialdemocracia. Assim, estamos percebendo, da mesma forma, problemas que estão ocorrendo atualmente, nas experiências progressistas de esquerda latinoamericanas, assim como na experiência do próprio governo do PT no Brasil. Todas elas precisam ser vistas com senso crítico, defendidas dos ataques do imperialismo e da direita, não para desistir da luta, mas para servir de base para novas elaborações e novas iniciativas, buscando sempre superar os obstáculos.

9. Um projeto socialista ou pelo menos pós-capitalista tem que levar em conta, em primeiro lugar, a divisão equânime da renda e riqueza produzida socialmente. Essa divisão deve ocorrer primeiramente pela taxação das grandes fortunas e pelo controle do capital especulativo em todo mundo, que são os maiores fatores de concentração de renda no planeta e, em segundo lugar, por outras formas de distribuição das riquezas produzidas socialmente, ou seja, não pela lógica da exploração da força de trabalho e geração da mais valia, tampouco pela estatização ampla e irrestrita da economia. Um sistema mais justo de produção e distribuição da riqueza poderá ser baseado em pequenas e médias propriedades, em cooperativas e em grandes projetos sociais geridos coletivamente.
10. Além da justa distribuição das riquezas materiais é necessário promover o acesso democrático aos bens culturais, através da educação de qualidade, mas também através do acesso a cultura e da ampliação do tempo livre, que passa pela redução da jornada de trabalho e da promoção do desenvolvimento com liberdade em detrimento da cultura da submissão e da dominação. O acesso aos bens comuns de uso coletivo inclui a saúde integral para todos e aos bens de consumo básicos como água, alimentos, habitação, energia, vestuário, proteção social, mobilidade, cultura esporte e lazer. Enfim, num sistema socialista as pessoas devem ser sujeitos autônomos, com as necessidades básicas garantidas que lhes permita decidir sobre sua vida, garantir a sua liberdade e a sua individualidade, sem dominação, sem discriminação e sem opressão.
11. Num sistema socialista não pode haver nem a “mão invisível do mercado”, tampouco a mão pesada do Estado, mas sim um controle social sobre as ações do Estado, baseado na participação contínua e efetiva das pessoas na organização social e política do país, na transparência e no combate à corrupção e aos excessos do Estado. O cidadão consciente, sujeito da sua própria história e ativo participante da sua comunidade é o melhor juiz para garantir o seu próprio futuro e o de suas gerações.

12. O mundo precisa ser construído aqui e agora, não é um projeto que deve ser elaborado para as futuras gerações. A construção do socialismo é tarefa urgente e necessária e precisa ser conquistado com democracia, através da hegemonia cultural, do resgate das culturas locais, respeitando os princípios sociais acumulando força nas lutas cotidianas, nos grandes embates eleitorais e dos movimentos populares. Perspectiva de rompimento com as intuições políticas burguesas O PT é um dos instrumentos de articulação de promoção desse conjunto de lutas. Cabe ressaltar que nossa concepção de democracia vai além do direito de votar e ser votado, ou da democracia de mercado, ou da democracia do monopólio da mídia. Nossa concepção de democracia foi sendo gestada e elaborada numa perspectiva socialista, ao longo da história do PT, como pode-se acompanhar desde o Manifesto de Lançamento do PT, em 1º de Maio de 1979 “o Partido afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo”.

Conjuntura internacional

13. No entanto, não é isso que vemos, pelo contrário, a crise econômica global desencadeada em 2008 continua atormentando os mercados. Longe de sinalizar uma recuperação econômica, o ano de 2015 trouxe mais frustrações para a economia mundial. O capitalismo global está no auge de uma estagnação secular. Não se trata tão somente de uma infeliz “confluência de problemas transitórios” como apregoam os mais otimistas, e sim de uma desaceleração permanente devido a profundos fatores estruturais. Não existe hoje nenhum setor nacional ou regional da economia que esteja experimentando algum tipo de crescimento significativo.

14. Todos os principais relatórios sobre o estado da economia mundial no período recente (do Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) rebaixaram as projeções de crescimento e advertiram que a economia está cada vez mais caracterizada pelo que chamam de “ciclo vicioso”.

15. Para manter e aumentar sua riqueza, a classe dominante continua canalizando trilhões de dólares nos mercados de ações. Esse tipo de investimento continua sendo a principal forma de acumulação de riqueza pelas elites financeiras mundial em detrimento do processo real de produção capitalista.

16. Com isso, o mundo está inundado com mais dívidas do que antes da crise financeira global. Em 2007, a dívida global era de 57 trilhões de dólares. Atualmente ela beira a 200 trilhões, superando em muito o crescimento econômico real. Como vemos, trata-se de uma crise que conjuga o agravamento de todas as contradições do capitalismo sob a hegemonia do capital financeiro que domina todo o mundo.
17. Para fazer frente a esta crise, as grandes potências, principalmente os Estados Unidos, estabelecem uma política visando aumentar ainda mais a exploração sobre os trabalhadores em todo mundo, impondo aos países dominados os "ajustes" e "reformas" em nome de uma suposta "estabilização", retirando direitos dos trabalhadores, dissolvendo o que ainda resta de soberania nacional, abrindo total e completamente os países para as importações, destruindo todos os serviços públicos e os direitos trabalhistas e previdenciários.
18. Tal como em períodos anteriores, as grandes potências mundiais também buscam encontrar maneira de sair da crise econômica utilizando velhos e conhecidos mecanismos de dominação e subordinação. Dentro desse processo brutal e perigoso, os Estados Unidos estão, mais uma vez, fazendo o papel de "polícia do mundo". A interminável "guerra ao terror" tem se revelado, ao longo da última década e meia, o meio pelo qual os Estados Unidos estão tentando derrotar potenciais rivais e manter sua posição de hegemonia global.
19. A violência praticada fora das suas fronteiras, o uso da tortura, a rápida erosão dos direitos democráticos dentro do próprio país são componentes interligados de um mesmo processo reacionário. Os Estados Unidos estão cada vez mais assumindo o caráter de um Estado policial. De acordo com a nova doutrina militar, e em flagrante violação dos seus princípios jurídicos, as forças policiais locais estão sendo incorporadas ao que está sendo chamado de "o exército total".
20. O ano de 2015 marca o 70º aniversário do fim da II Guerra Mundial. Um conflito imperialista que destruiu dezenas de milhões de vidas. Entre os anos de 1939 a 1945, as elites dominantes fascistas ou "democráticas" promoveram a barbárie e deram prova daquilo que a ordem capitalista é capaz. Atualmente, ao examinarmos as estratégias e políticas desenvolvidas pelas elites dominantes de alguns países, fica claro que não

podemos subestimar a sua crueldade ou superestimar sua inteligência.

21. Contudo, há sinais importantes de crescimento de posições de esquerda e progressista no cenário internacional, juntamente com o Brasil, como por exemplo, a China, Índia, Rússia e África do Sul (BRICs), que inclusive criaram um banco de desenvolvimento que funciona como um contraponto às políticas neoliberais e contribui para modificar a correlação de forças entre potências e países emergentes, estimulando a criação de novas fontes de financiamento e infraestrutura para estas nações. China e Rússia, por exemplo, propuseram a criação de uma agência de classificação de risco alternativa, independendo das grandes agências internacionais, que submetem o mercado e os governos aos seus índices duvidosos de mensuração de políticas econômicas. Em particular, devemos ressaltar o surgimento de uma nova esquerda europeia que conquistou uma expressiva vitória na Grécia, com o partido Syriza, que expôs de forma latente as contradições da política de austeridade impostas pela Troika (União Europeia, FMI e Banco Central Europeu), e que pode vencer as eleições na Espanha, com o Podemos. A vitória da esquerda na Grécia está provocando uma revisão da dívida junto a seus credores, o que pode levar a novos ventos na condução da política econômica europeia, em um cenário de crises internas, alto desemprego. A guerra entre Rússia e Ucrânia está sendo estimulada pelas potências ocidentais para enfraquecer a Rússia, na sua economia interna e também do ponto de vista político no cenário internacional. As revoltas populares na África e Oriente Médio, apesar de contarem com participação popular, acabaram resultando em novos governos repressivos e ditatoriais.
22. Os países do BRICs também foram atingidos fortemente, e em diversos graus, pelos últimos efeitos da crise financeira global. Aquela crescimento econômico experimentado pelo BRICS na última década, agora diminuiu drasticamente, uma vez que a fraca demanda de exportação internacional de *commodities* impactou negativamente as economias desses países. Além disso, o aumento nas taxas de juro praticado em vários países tornou as economias emergentes menos atraentes para o capital financeiro especulativo.
23. Essa realidade econômica do BRICs se agrava ainda mais com a situação de conflito vivida atualmente pela Rússia em relação à Ucrânia e da forte desaceleração da economia chinesa, da qual vários países da América Latina, como o Brasil, têm séria dependência

comercial. Soma-se a isso, o rápido declínio no preço do petróleo, a valorização do dólar e, consequentemente, o enfraquecimento da maioria das outras moedas.

24. Os países membros adotaram uma série de políticas fiscais e monetárias. Todos estão implementando ajustes estruturais em suas economias para responder à desaceleração do crescimento. Tais medidas são destinadas a gerar receitas adicionais, alterando as taxas de imposto e de juros. O resultado desses ajustes pode trazer um profundo choque para a economia real e para a classe trabalhadora.

25. O problema é que a superação de algumas fragilidades sociais em muitos países em desenvolvimento, principalmente na América Latina, teve como base os fortes índices de crescimento obtidos na última década. Logo, se os níveis de crescimento dos últimos dez anos forem gravemente revertidos, muitas conquistas estarão ameaçadas.

26. Para os países latinoamericanos os últimos 15 anos foram de “progresso econômico”. Entre 2002 e 2013, cerca de 60 milhões de pessoas na região saíram da pobreza extrema. Para as Nações Unidas, pessoas em extrema pobreza são aquelas que recebem até nove reais por dia. Os latinoamericanos nesta situação somavam 189,9 milhões no ano 2000. Em 12 anos, 56,2 milhões deixaram esse grupo, de modo que o número de pobres baixou para 133,7 milhões em 2012, equivalente a 25,3% dos 528,3 milhões de habitantes da região. Apesar disso, mais de um terço dos cidadãos ainda estão vulneráveis e enfrentam o risco de voltarem para a pobreza no caso de um maior agravamento da crise. Infelizmente, este é um cenário que não pode ser descartado.

27. A crise da economia global, especialmente a desaceleração da economia chinesa, derrubou os preços das *commodities* e expôs a fragilidade da maioria das economias latinoamericanas. As matérias-primas respondem por mais da metade das exportações da região, uma proporção que mudou pouco desde a década de 1990. Secundo o BID, as *commodities* responderam por 53,2% das receitas de exportação da região em 2013, não muito longe da faixa de 57% que prevaleceu na década de 1990.

28. Ao longo desses anos, os governos latinoamericanos, inclusive os de viés progressista, não conseguiram reduzir a dependência de suas economias em matérias-primas e desenvolver satisfatoriamente outros setores da atividade econômica.

29. Entre 2004 e 2011, essas economias cresceram, em média 4,3% ao ano. De 2012 em diante, essa média caiu para apenas 2,1% ao ano. Em janeiro deste ano, o Fundo Monetário Internacional reduziu sua previsão do crescimento regional para apenas 1,3%. Um crescimento quase inalterado se comparado aos 1,2% registrado no ano passado.
30. Um dos agravantes para as economias latinoamericanas foi a brusca queda dos preços do petróleo. O valor do barril caiu de 110 dólares, em junho de 2014, para menos de 50 dólares, registrando uma pequena recuperação para pouco mais 60 dólares em meados de fevereiro.
31. Este clima de vulnerabilidade econômica toma conta de toda a região. Na Colômbia, onde se promoveu um importante restabelecimento econômico nos últimos anos baseado no petróleo e na agricultura, a moeda perdeu um quarto de seu valor desde setembro de 2014 e o déficit em conta corrente está aumentando paulatinamente.
32. O impacto para os produtores latinoamericanos tem sido devastador. Venezuela está em queda livre. A redução no preço do petróleo aumentou drasticamente seu déficit na balança comercial. No México, que no ano passado abriu para o investimento externo na exploração do petróleo e gás, pela primeira vez desde 1938, a expectativa é que as principais empresas petrolíferas recorrem a leilão ainda este ano.
33. A queda nos preços das *commodities* tem impacto preocupante na economia brasileira. O Brasil é o segundo maior exportador de farelo de soja, depois da Argentina, e segundo maior exportador mundial de minério, depois da Austrália. O preço da soja caiu de um recorde de 623 dólares a tonelada em agosto de 2012 para 358 dólares no final de Janeiro de 2015. O preço da tonelada de minério caiu de 128 dólares para 67 dólares em janeiro deste ano.
34. Sob a liderança de Lula e Dilma, o Brasil resistiu desde os primeiros impactos da crise. O país aliou-se e fortaleceu suas relações com os países do G-20 e do BRICS sob a lógica de uma política internacional multipolar ou diversificada, sem alinhamento automático com os EUA ou Europa.

35. Apesar de ter possibilitado importantes avanços, o caminho trilhado pelos nossos governos durante a última década não protegeu o Brasil da vulnerabilidade econômica que ameaça hoje as conquistas dos países emergentes.

36. Podemos elencar aqui uma enorme lista de importantes feitos nesses três mandatos consecutivos dos nossos governos. Um importante legado sobre o qual temos amplo consenso dentro do PT. No entanto, não conseguimos erguer linhas de transição para um novo ciclo, algo que, necessariamente, exigiria reformas estruturais que não fomos capazes de realizar.

Um projeto para o Brasil

Balanço do legado petista

37. Depois de pouco mais de três décadas de existência e pouco mais de uma década a frente do governo federal, o PT é um partido diferenciado no sistema partidário brasileiro. Nesse 5º Congresso Nacional o PT faz um balanço do seu legado e quer disputar o futuro, preparando-se para um novo ciclo político no Brasil.

38. O PT foi fundado em 1980 mobilizando forças progressistas e da esquerda revolucionária após a ditadura civil-militar; construímos um partido de massa que disputou todas as eleições presidenciais desde 1989. Quando governamos as primeiras prefeituras, conseguimos revolucionar o modo de fazer política neste país, com participação popular e com inversão de prioridades, bandeiras que foram sendo incorporadas à nossa imagem. Quando elegemos nossas primeiras bancadas, mostramos que o PT era implacável na fiscalização, no combate à corrupção, não fazia acordos de com a elite e estava sempre nas mobilizações, nas ocupações e nos protestos, lutando ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras. Por isso o PT era visto pela opinião pública como radical.

39. Depois vieram os primeiros governos de Estados e deram continuidade àquelas marcas, mas, ao mesmo tempo, alguns mandatos petistas se acomodaram diante das dificuldades de priorizar nossas bandeiras históricas e passaram a fazer mandatos pragmáticos e tradicionais, sem destacar as diferenças do modo petista de governar, por tanto, junto com nosso crescimento institucional também vieram nossas principais contradições.

40. Em 2002, além do acúmulo político das disputas anteriores, somou-se um acordo tático

com setores desenvolvimentistas do capital e a “Carta aos Brasileiros” para acalmar os mercados e assim elegemos o primeiro operário Presidente da República, uma façanha que muitos já não acreditavam. Houve muitos desafios e muitas contradições, mas esse governo se consolidou e foi responsável por um ciclo virtuoso de desenvolvimento do país e um modo de fazer política conhecido como lulismo.

41. O ciclo do lulismo se caracterizou pelo crescimento com distribuição de renda, apostando num mercado de consumo interno de massa, melhorando a vida dos de baixo (sem mexer nos de cima), portanto, um processo em que todos ganharam. Foram muitas conquistas importantes, onde o Estado voltou a ter papel como indutor do desenvolvimento e dos investimentos, como por exemplo, através do PAC, protagonizou o maior e melhor programa de transferência de renda do mundo (o Programa Bolsa Família). Houve um grande salto na valorização do salário mínimo, na expansão e criação de novas universidades e escolas técnicas, na ampliação e facilitação de crédito, de construção de casas populares, do Programa Luz para Todos, Mais Médicos. Enfim, produziu-se uma redução significativa da miséria, uma redução da desigualdade social e um processo de mobilidade social como nunca antes visto no Brasil, com a inclusão de mais de 40 milhões de brasileiros no mercado de consumo interno de massa e os menores índices de desemprego de toda a história, elevando-se à condição de pleno emprego.

42. Essas mudanças significaram uma melhoria efetiva da qualidade de vida, especialmente da classe trabalhadora que passou a ter oportunidades não apenas de consumo, mas especialmente pelo viés da educação, através das novas universidades e escolas técnicas, mas também através do Prouni, Fies, Pronatec, enfim, abrindo novas perspectivas para as gerações futuras.

43. Além disso, o Brasil pagou a dívida externa com o FMI, disse não à ALCA, deixou de se submeter a uma política externa subordinada e passou a ser protagonista do G-20, dos BRICs, do Mercosul, da Unasul, do Fórum Social Mundial e de um novo padrão de relações externas, baseado na cooperação, e não na subordinação, especialmente com relação a América Latina e África. Isso ocorreu num primeiro momento em que a economia mundial estava em expansão, mas mesmo depois da crise de 2008. Ao passo que os países centrais tiveram crescimento negativo, perdas de direitos sociais e desemprego, o Brasil conseguiu manter empregos e investimentos sociais, porém, sofreu igualmente

um declínio no crescimento do PIB. Não obstante, o Brasil descobriu o Pré-sal e está na iminência de se tornar autosuficiente em petróleo e um dos maiores produtores mundiais.

44. O governo do PT brecou as privatizações e buscou outras formas de atrair capitais privados para investimentos públicos, como por exemplo, o sistema de partilha do Pré-sal, as parcerias público privadas, as sociedades de capital misto, enfim, modalidades que permitem combinar investimentos dos dois setores com regras objetivas. Contudo, percebe-se que esse é sempre um “pé de barro” e dessas ações surgem as principais denúncias de corrupção, porque é assim que o mercado vê a relação com o Estado “um negócio em potencial para ganhar mais que o devido”.

45. Por outro lado, o lulismo também foi um modelo baseado num acordo que manteve privilégios da elite e consequentemente não houve reformas estruturais do Estado e até mesmo as reformas econômicas e sociais mais profundas foram adiadas em nome da governabilidade. Essa é uma tese polêmica dentro do PT, mas os que a defendem julgam-na necessária para avançar o desenvolvimento com inclusão social.

46. Contudo, ocorreram algumas reformas e não outras: ocorreu a reforma previdenciária e não ocorreram as reformas tributárias e trabalhistas; foi aprovado o marco civil da Internet, mas não foi para a pauta nenhum projeto de regulamentação do mercado que impeça o monopólio da mídia; a sociedade se mobilizou para aprovar a lei da ficha limpa com todos os seus limites, porque não houve antes iniciativa efetiva para se fazer uma reforma política consistente; o agronegócio tornou-se importante para a balança comercial e com isso se recuou nas políticas de reforma agrária e levou até a uma contra-reforma do código florestal brasileiro; os incentivos para consumo de carro e a descoberta do Pré-sal desestimularam investimentos em novas fontes energéticas e de mobilidade. Portanto, esse acordo garantiu avanços, mas custou recuos programáticos e alianças políticas com alguns símbolos do atraso e das oligarquias regionais.

47. O PT precisa ter a humildade de reconhecer que não deu atenção devida ao tema do enfrentamento à corrupção, ainda que se reconheçam alguns avanços, como por exemplo, a aprovação da lei do direito à informação, o portal transparência, o fortalecimento das carreiras de Estado e a fiscalização da aplicação dos recursos federais

repassados aos municípios através da fiscalização por sorteio que era feita pela Corregedoria Geral da União (CGU). Enfim, pode-se dizer que nunca se combateu tanto a corrupção neste país, mas isso ainda é pouco, tamanho o desafio. O PT precisa ser implacável com seus filiados que se envolvem em esquemas ilícitos e exigir o mesmo em relação aos outros partidos, aos servidores e às empresas corruptas. É necessário agir rapidamente com uma nova e moderna legislação de combate a corrupção, dar mais visibilidade às iniciativas de transparência e controle social sobre as ações de Estado em todas as esferas da federação.

48. Ao longo da última década cresceu uma nova geração de brasileiros que não tem a memória do neoliberalismo, do desemprego, da conivência com a corrupção, do tempo em que carro, universidade, *shopping center*, viagem de avião, etc. eram apenas coisa da elite. Essa nova geração não reconhece que a melhoria de vida de grande parte da população é mérito do PT. Essa nova geração já incorporou os benefícios desse ciclo desenvolvimentista e coloca outras pautas na agenda política: transporte urbano de massa, qualidade na educação e saúde, cultura, segurança, etc. Não são pautas revolucionárias, mas pautas populares, voltadas à consolidação das melhorias da qualidade de vida, que não percebem a necessidade de transformações mais profundas, ou seja, são reivindicações justas, mas insuficientemente politizadas.

49. Diante dessa síntese do legado petista na história recente do Brasil, o PT venceu a quarta eleição consecutiva para a Presidência da República em 2014, que representa um marco na recente história democrática do país, contudo, faz-se necessário olhar para o futuro e traçar metas programáticas para nossa disputa política, tanto no plano imediato que exigirá muitos esforços para retomar a governabilidade, o crescimento econômico e a consolidação das políticas sociais, quanto no plano estratégico que permita o PT disputar hegemonia política na sociedade brasileira.

Olhando para o futuro do Brasil

50. Na conjuntura recente cabe destacar o efeito político provocado pelas manifestações de junho e julho de 2013, a acirrada disputa eleitoral de 2014 e as manifestações de 2015.

51. As manifestações de 2013 colocaram na pauta alguns temas da geração pós-neoliberal que não viveram as décadas anteriores e foram socializados durante os governos

petistas. Uma multidão, formada principalmente de jovens, foi às ruas de tal maneira como em poucos momentos na história do país. Foram milhares de pessoas que vivem em um país muito melhor do que na era neoliberal e muito melhor do que se os tucanos tivessem vencido as eleições de 2002, 2006 e 2010, porém que continua um país extremamente desigual.

52. Ainda que as pautas parecessem difusas, no final das contas junho de 2013 não tenha tido grandes repercussões na disputa eleitoral de 2014, serviu de alerta para: 1) as demandas crescentes do povo brasileiro que não se contenta com melhorias tímidas e graduais e exige qualidade de vida por meio de serviços públicos gratuitos e de qualidade; 2) a necessidade de maior capacidade organizativa da esquerda, especialmente da juventude organizada, para coletivamente compreender as novas e diversas formas de expressão da indignação e ser capaz de contribuir para que essa indignação contribua para o fortalecimento e expansão da luta da esquerda no país;

53. As pautas levantadas nas ruas foram respondidas pela Presidenta Dilma com cinco pactos: 1) Responsabilidade Fiscal; 2) Convocação de um plebiscito para fazer a Reforma Política; 3) Criação do Programa Mais Médicos; 4) Investimentos em Mobilidade Urbana; 5) Aplicação dos *royalties* do Pré-sal para a educação e saúde. Parte dessa pauta teve repercussão imediata, porém, alguns pontos continuam como um desafio a ser implementado.

54. O processo eleitoral de 2014 foi marcado pela disputa de projeto e carregado por uma disputa simbólica que faz aprofundar o debate sobre a cultura política no Brasil. De um lado, o PT buscando mostrar o que foi feito e não foi divulgado ao longo dos 12 anos de governo e, ao mesmo tempo, se defendendo dos ataques da mídia, dos adversários e buscando mostrar as contradições dos concorrentes. Essa disputa na sociedade tem, também, como um dos fatores preponderantes o afastamento do PT e do governo, que também é nosso, dos movimentos sociais e da sociedade. Por outro lado, a direita combinou três frentes: o ódio contra o PT alimentado pela pauta da corrupção, o terrorismo econômico e a divisão dos aliados históricos do PT, disputando apoio do PSB, além das forças mais à direita. O ódio contra o PT despertou os valores mais antidemocráticos da velha e jovem direita brasileira e que afloraram nas ruas na forma de xenofobia contra os nordestinos, racismo, machismo, homofobia, ojeriza aos

pobres, o ódio de classe, enfim, levaram alguns a pedir o *impeachment* da Presidenta e a volta da ditadura militar, num pior estilo nazi-facista que cresce; e o PT não consegue apontar superação.

55. Esse acirramento da disputa mobilizou a esquerda, os antigos militantes ressentidos, mas também novos militantes que souberam entender que sua vida melhorou por seus méritos, porque teve um governo que foi seu parceiro e também porque sentiram a ameaça fascista na eleição. Por esses motivos se envolveram de forma espontânea na reeleição da Presidenta Dilma. Por outro lado, também é importante ressaltar a organização e rearticulação da direita no Brasil. Por tudo isso, essas eleições marcaram o fim de mais um ciclo político e o cenário atual e futuro requer uma reflexão mais profunda do que uma simples avaliação eleitoral, requer um debate de projeto político de longo alcance. Para se viabilizar um novo ciclo de desenvolvimento para o Brasil é preciso começar a estabelecer novos parâmetros desde já e perseguir essa estratégia por um logo período. A agenda para esse novo ciclo não está concluída e certamente não será consensual, mas podemos começar a desenhá-la por algumas frentes:

56. **Protagonismo Internacional** - a crise internacional ainda deixa suas marcas ao mesmo tempo em que o capital especulativo e grandes empresas transnacionais têm mais poder que os próprios Estados nacionais. O Brasil é um importante ator nesse cenário, por isso precisa mostrar que outro mundo é possível, combinando crescimento com distribuição de renda e fortalecimento dos direitos sociais, investimento em novas tecnologias e equilíbrio ambiental, além de medidas para regular e controlar o capital especulativo, a criação do Banco dos BRICs, fortalecimento da soberania nacional e uma política de cooperação internacional baseados na solidariedade entre os povos e o fortalecimento da integração política, econômica e cultural latinoamericana;

57. **Reforma Política e Combate à Corrupção** - convocar um plebiscito para mobilizar a sociedade, debater amplamente e decidir as bases de uma Reforma Política, defender uma Assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana e defender as seguintes propostas: financiamento público de campanhas; votação em lista preordenada e com paridade de gênero construída democraticamente pelos partidos; patamares mínimos para formação dos partidos; fim das alianças proporcionais; fim da reeleição para os

Executivos, incluindo o Senado e ampliação do mandato para cinco anos; acabar com a suplência de senado; e provocar uma reforma mais ampla incluindo também a reforma do judiciário e eleições diretas para membros dos tribunais. Essa reforma precisa retomar a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e permitir novas relações institucionais, um novo tipo de governabilidade baseada na transparência em todos os poderes e o combate efetivo contra a corrupção. É preciso que o processo de mobilização em torno da pauta seja mais estratégico para dar conta de fazer a disputa simbólica e falar a língua do povo; a mobilização pela Reforma Política precisa ser reinventada e sair dos papéis e do discurso para a rua e para o imaginário social. Para tanto, faz-se necessário que extrapolemos os limites de convocação do povo para então envolvermos o povo no processo de construção de análises e apontamento de caminhos possíveis na discussão da Reforma Política, e devemos fazê-lo de forma criativa, nos apropriando de novas metodologias que deem conta de possibilitar que a sociedade como um todo se aproprie desse debate e se envolva nessa luta. É preciso contribuir com o esforço de unificação das lutas pela Reforma Política, visando o fortalecimento da pauta e a ampliação do debate junto ao conjunto da sociedade; contribuir incisivamente no processo de mobilização em torno da pauta, que deve dar conta de fazer a disputa simbólica e falar a língua do povo; A mobilização pela Reforma Política precisa ser reinventada, e sair dos papéis e do discurso, para a rua e para o imaginário social. Para tanto, faz-se necessário que extrapolemos os limites de convocação do povo, para então o envolvermos no processo de construção de análises e apontamento de caminhos possíveis na discussão da Reforma Política. Só assim conseguiremos que a sociedade se aproprie desse debate e se envolva nessa luta;

58. Combater a desigualdade - para se manter o enfrentamento a desigualdade como eixo estratégico, é necessário promover uma Reforma Tributária que desonera a produção e taxa as fortunas, as heranças e os lucros, além de transformar as políticas de distribuição de renda em direitos de seguridade social e investir na educação para transformar os benefícios em um passo para a inclusão cidadã dessa parcela importante da população;

59. Estabelecer como meta uma política de trabalho decente e com base em avanços dos direitos trabalhistas, adotando 40 horas semanais, equiparação de salários entre homens e mulheres na mesma função, manter o reajuste automático com ganhos reais

do salário mínimo e o fim do fator previdenciário. Além disso, incluir cooperativas, pequenos e médios produtores é preciso continuar ampliando o crédito com prioridade para os empreendedores(as) individuais, os micro e pequenos produtores, ampliar políticas como o PRONATEC e promover políticas de desenvolvimento local e regional sustentável; política diferenciada para a Amazônia legal considerando a diversidade;

60. As políticas sociais também passam pelo resgate e garantia dos Direitos Humanos, pelo fim de todos os tipos de violência, familiar, social e de Estado, contra as mulheres, os pobres, os negros, os povos índios, LGBT, idosos e crianças; pela inclusão das pessoas com deficiência, pela assistência às pessoas com doenças raras e das pessoas vítimas de violência; pelo fim do extermínio de jovens negros que ocorre atualmente no Brasil. Pelo combate ao crime organizado, o fim da guerra às drogas e abrir um amplo debate com a sociedade sobre o tema da descriminalização das drogas; por políticas de saúde pública para tratamento de dependentes químicos; enfim, pela desmilitarização das polícias e reforma do sistema penitenciário brasileiro e uma ampla política de segurança pública que implemente a concepção das conferências nacionais de segurança pública

61. Participação popular e democracia. Um dos focos importantes de disputa política estratégica nesse último período foi o Projeto de Lei que instituía a Política Nacional de Participação Social (PNPS), por isso não se deve recuar diante dessa pauta, e sim ampliar e aprofundar, na prática, os mecanismos de gestão participativa em todas as esferas de governo em que o PT está no poder, avançando para um real processo de participação popular no Brasil;

62. A Juventude deve estar entre as prioridades das políticas públicas gestadas por governos petistas. Os jovens brasileiros mostram, cada vez mais, que desejam estar no centro da agenda política, dando continuidade aos grandes avanços nos últimos 12 anos, como a ampliação do acesso à universidade, a criação do Pronatec, a qualificação das políticas públicas de juventude e a consolidação de mecanismos de participação social, como o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). Se muito foi construído, é importante avançar em questões caras à juventude, como o direito à cidade por meio de políticas integradas nas áreas de educação, cultura e mobilidade urbana, além de

frear o extermínio da juventude negra, tática cruel que vitimiza milhares de jovens todos os dias nas cidades brasileiras, muitas vezes em ações patrocinadas por aparatos criminosos que contam com apoio de estruturas oficiais de estados e municípios, questão na qual está inserido o debate urgente que deve ser feito acerca da desmilitarização das polícias. Todas essas políticas precisam dialogar com organizações da sociedade civil que tem acúmulo e experiência para contribuir na sua implementação;

63. O momento exige um **debate urgente sobre a vida das jovens mulheres**, o empoderamento feminino e o fim de toda e qualquer forma de opressão e violência. Na atual conjuntura política do país, apesar do pequeno avanço em relação ao feminicídio (que foi classificado como crime hediondo), ainda persiste o machismo, presente nas mais altas esferas decisórias, como a Câmara dos Deputados e o Senado, colocando a capacidade política das mulheres no ostracismo. Temos que agir com firmeza e lutar incansavelmente pela ampliação das políticas públicas para as mulheres, bem como combater o machismo e a opressão nas esferas internas e externas do partido, valorizando os avanços, ampliando espaços de formação e construção e discutindo pautas pertinentes à vida das mulheres;

64. **Garantir políticas públicas que efetivem os direitos constitucionais**, como Reforma Agrária, Reforma Urbana, regularização das terras quilombolas, das ilhas amazônicas e regularização fundiária, da função social da propriedade, da demarcação das terras do povo índio e instituição de unidades de conservação. Além disso, garantir políticas públicas e investimentos em tecnologia para fortalecer o modelo de produção de alimentos saudáveis orgânicos e agroecológicos para o mercado interno;

65. Garantir a elaboração de um **novo ciclo de políticas públicas, discutidas no âmbito local**, de caráter emancipatório, segundo concepção da educação popular, que permita a emancipação política, social e cultural dos trabalhadores e trabalhadoras - principal sujeito das políticas públicas. Esse formato pode desconstruir gradualmente a lógica consumista capitalista e demais características ideológicas difundidas por esse sistema.

66. **Encaminhar as pautas da I Conferência Nacional de Comunicação** é garantir a

neutralidade da exploração dos serviços de radiodifusão em relação a religiões, o aperfeiçoamento e a publicização do processo de concessão, a proibição de concessões destinadas a parlamentares ou parentes destes até terceiro grau e o estabelecimento de critérios técnicos e de conteúdo para a outorga e renovação das concessões, que dentre outras coisas, deve garantir a diversidade e proibir a propriedade cruzada, a concentração e o monopólio. Mais informações públicas sobre o processo de outorgas, bem como o estabelecimento de critérios comprometidos com a democratização da comunicação para as concessões, como, por exemplo, a proibição da sublocação da programação e também das concessões dadas a parlamentares e seus familiares. Mecanismos de controle social e fomento à diversidade. Critérios democratizantes e transparência nas concessões. Banda larga como direito fundamental. Regulamentar também o Sistema público de comunicação, garantindo 40% dos canais para este setor, bem como a criação de fundos públicos de financiamento e também a exigência de que todos os veículos públicos, em todos os âmbitos instituem conselhos curadores. Ao mesmo tempo em que é necessária a universalização da banda larga gratuita de Internet, o aumento das concessões para as rádios comunitárias, o fim da frequência única e o aumento da potência dessas rádios, a desburocratização e fiscalização das rádios e TVs comunitárias, é preciso investir no acesso a informação;

67. O Brasil é uma potência econômica, mas também uma potência política, social e mais ainda uma potência ambiental e energética. O enfrentamento ao desmatamento da Amazônia tem que continuar mais efetivo, mas é necessário um conjunto de políticas ambientais para a preservação das águas, implementar os Comitês de Bacias e políticas de convivência com a seca para evitar futuras tragédias como a que está acontecendo no Estado de São Paulo e toda região sudeste; implementar investimentos em esgotamento sanitário, garantir a política nacional do resíduo sólido, preservação e combate aos desmatamentos em geral e a despoluição das águas do mar, tanto pela concentração urbana litorânea como pela pesca predatória e outras atividades marítimas. Além disso, é estratégico agregar valor ao nosso potencial ambiental, investindo em pesquisas e desenvolvimento produtivo em energias renováveis, em novos modais de transporte menos poluentes, em novos produtos fármacos, cosméticos etc. Se por um lado percebemos o esgotamento do modelo de produção que afeta o meio ambiente, por outro a busca de saída para manter as altas taxas de lucro avança sobre novas áreas, destruindo ainda mais as

chances de recuperação ambiental;

68. **Como forma de minimizar os impactos ambientais**, apoiamos as políticas de transição do modelo de produção agrícola tradicional para o modelo agroecológico que tem como princípio o uso sustentável dos recursos naturais e a interação do ser humano com o meio ambiente. Também se faz necessário disputar a concepção de gestão e uso dos recursos naturais. Propomos maior transparência e participação social para impedir que se privatize a gestão dos serviços de saneamento básico. Rejeitamos a adoção de modelos de gestão como o de São Paulo, que privatizou a Sabesp através da oferta de ações na Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York. O meio ambiente não pode servir de moeda de troca para a atração de capital internacional. Propomos o aumento da fiscalização e punição ao descumprimento da legislação ambiental;

69. Por fim, é preciso um **Estado forte e indutor do desenvolvimento**, com um planejamento de curto e longo prazo que combine investimentos em infraestrutura e políticas estratégicas. Um novo PAC que prioriza os meios de transporte e energia menos poluentes, mas que tem como eixo principal o desenvolvimento das cidades: mobilidade urbana, saneamento, políticas de habitação e uso sustentável do solo, espaços e políticas de cultura e lazer e políticas de segurança pública, tudo de forma integrada. Esses esforços precisam ser combinados com investimentos e avaliação permanente em saúde e educação, por isso, devemos transformar os 10% do orçamento em saúde e os *royalties* do Pré-sal para a educação e saúde mais do que uma política de Estado, mas uma bandeira da sociedade, política de fiscalização implacável aos investimentos com controle social.

Modelo organizativo e agenda partidária

70. A tarefa central do partido é a organização das forças sociais, democráticas e populares, devendo voltar a dialogar com os movimentos sociais em torno da luta pela construção do socialismo. Essa tarefa se dá em torno de dois eixos: 1) a organização e fortalecimento das forças progressistas por meio do trabalho de base, que garante a expansão da consciência de classe no seio da sociedade, e por meio da luta cotidiana junto aos trabalhadores e movimentos populares que, além da consciência, garante a expansão de direitos; e 2) a atuação institucional que deve visar a implementação das mudanças

estruturantes e os projetos sociais.

71. É preciso que o Partido dos Trabalhadores assuma em sua agenda, em primeiro lugar, a retomada do horizonte estratégico do socialismo. De nada adianta a organização de base ou a implementação de reformas estruturantes se o Estado continuar servindo ao capital, e não à classe trabalhadora. É preciso, portanto, que o futuro não se resuma à próxima eleição e que o socialismo oriente as discussões e ações (práxis) do partido na sociedade brasileira.
72. É necessário que o PT retome sua organização de base, por meio, por exemplo, da obrigatoriedade de que seus/suas dirigentes e militantes estejam ligados aos diversos segmentos da sociedade por meio da participação orgânica em núcleos de base.
73. No que tange à atuação institucional, as mudanças estruturantes são: a reforma política, das comunicações, tributária, agrária e urbana, dentre outras, construídas numa perspectiva de acúmulo gradual de forças, de conquistas e ampliação do apoio social das nossas propostas. E os projetos sociais devem estar orientados para a melhoria da qualidade de vida: educação, saúde, segurança, mobilidade, habitação, saneamento e respeito aos direitos humanos, obtendo resultados, mas disputando-os do ponto de vista político, aumentando a capacidade crítica da população, pois não podem ser simples benesses do Estado ou do governante de plantão.
74. Na agenda partidária coloca-se como central, em termos das reformas estruturais, o esforço de unificação das lutas pela Reforma Política, visando o fortalecimento da luta e a ampliação do debate junto ao conjunto da sociedade; contribuir incisivamente no processo de mobilização em torno da pauta, que deve dar conta de fazer a disputa simbólica e falar a língua do povo; reinventar a mobilização pela Reforma Política que precisa sair dos papéis e do discurso, para a rua e para o imaginário social. Para tanto, faz-se necessário que extrapolemos os limites de convocação da população, para então envolvermos a população no processo de construção de análises e apontamento de caminhos possíveis na discussão da Reforma Política. Só assim conseguiremos que a sociedade se aproprie desse debate e se envolva nessa luta.
75. Ao mesmo tempo, no âmbito institucional e na luta de rua, é necessário isolar as forças

nazi-fascistas, golpistas e autoritárias, colocando sob a responsabilidade da direita a sua utilização para tentar inviabilizar o atual governo Dilma. Além disso, devemos buscar construir uma nova governabilidade na sociedade, o que significa ter capacidade de disputar a hegemonia dos setores democrático-populares de forma inclusiva, fazendo concessões pela esquerda e atraindo o centro. Precisamos identificar esses setores e identificar tarefas capazes de mobilizá-los e evitar que se aprofunde uma crise de direção.

76. O PT precisa disputar a narrativa sobre o legado do projeto petista para o Brasil através de uma discussão nas bases que permita a compreensão do acúmulo do debate, combinando o papel de formação política e um diálogo aberto com setores sociais organizados que permita ouvir críticas e ser questionado sobre nossas propostas petistas e nossa prática organizativa.

77. Além disso, o partido precisa defender que seu projeto seja implementado de forma coerente em todos os cantos do país - estados, regiões, municípios - por meio de uma maior observância e cobrança por parte das instâncias nacional e estadual da atuação local.

78. O programa petista deverá se transformar no parâmetro para nossa organização e no conteúdo para nossa propaganda política e disputas institucionais. O PT precisa retomar o conceito de disputa de hegemonia, combinando a ação institucional, articulado com as lutas dos movimentos sociais e com base numa forte organização interna, com vistas reencantar a juventude e a sociedade como um todo.

79. O PT deve retomar o debate da centralidade política dos mandatos em todos os níveis, através do modo petista de governar e de legislar, retomando assim o partido como um agente que pauta as ações institucionais, e não um sujeito que responde as mazelas da ação do Estado.

80. Do ponto de vista organizativo, o PT deve rever o PED. A grande maioria das tomadas de decisões do PT está baseada na Democracia Representativa, o que de certa forma o distancia as direções partidárias da base do partido, com pouco ou quase nenhum envolvimento da militância nas questões centrais das políticas partidária. Para

revitalizar o partido é necessário descentralizar sempre que possível o campo das decisões políticas de fundo, é necessário utilizar mecanismo da Democracia Direta ou, pelo menos, da Democracia Participativa, algo como as Conferências Livres. Há inúmeras questões da vida partidária que poderão ser utilizadas de consultas que certamente envolverão a militância com maior motivação de construção partidária e consequentemente a direção partidária terá mais subsídios e elementos para fundamentar as decisões quando no uso de ferramentas da Democracia Representativa.

81. O partido deve respeitar os fóruns de discussão internas, principalmente as setoriais na construção de políticas públicas e diálogo constante com os movimentos sociais com poder deliberativo para os setoriais. Todavia, o partido não garante estrutura necessária ao seu funcionamento pleno para os setoriais com argumentação vaga de falta de recursos, para que não pareça prioridade duvidosa sobre os gastos do partido.

82. O PT precisa atualizar uma estratégia de recrutamento de novos filiados, portanto, as resoluções deste 5º Congresso também têm um papel importante nesse sentido. Essa estratégia deve levar em conta, além de um enfoque de classe, um recorte etário, de gênero e étnico. Para cumprir sua missão com legitimidade, o PT enquanto instituição, precisa contar uma base que corresponda aos seus ideais de luta, senão ocorre um distanciamento entre o discurso e a prática. Enfim, sabemos que não é tarefa simples, mas é necessário pensar estrategicamente como encantar esses setores da nossa sociedade e engajar os trabalhadores(as), os jovens, mas também os idosos, especialmente as mulheres, os negros e negras, os índios, os imigrantes e demais setores tradicionalmente marginalizados.

83. Aliado ao rigor das filiações, com revalidação anual é necessário maior rigor com as contribuições financeiras, tornando válida a contribuição coletiva dos filiados em geral e obrigatória a contribuição individual dos dirigentes e os ocupantes de cargos de confiança, mesmo que para isso seja necessária uma revisão dos percentuais da tabela. No aspecto financeiro, o PT deve retomar a importância do autofinanciamento enquanto uma questão política e estratégica e ao mesmo tempo permitir a possibilidade de funcionamento efetivo dos conselhos fiscais, praticando a transparência, a prestação de contas e o controle da base sobre as decisões da direção, sistema complexo, desintegrado e burocrático que abafa a organização partidária.

84. É necessário reorganizar os sistemas de informação do PT (SisFil, SisPed, Sace, Comunidade PT) de forma que sejam mais integrados e que os dados possam servir na organização e comunicação dos diretórios municipais. Integrar também os sistemas de filiados do PT com o TSE, facilitando a importação e exportação de dados. Os aspectos que mais precisam ser aperfeiçoados são a geração de relatórios, estabelecer níveis de acesso para os diretórios municipais, estaduais e o nacional, de forma que a informação sobre uma instância, quer seja financeira ou outro aspecto na vida partidária, possa facilmente ser acessada.

85. Ao mesmo tempo, o PT deve valorizar mais nossas inovações organizativas como a paridade de gênero, as cotas para jovens e étnico-racial, avançando para as cotas de pessoas com deficiência a combinação da participação direta com processos deliberativos e, enfim, produzir uma síntese de um novo ciclo do petismo para acompanhar a agenda futura da disputa política no Brasil. O PT precisa democratizar os fóruns internos, dando poder de decisão aos encontros partidários organizando núcleos do partido e fortalecendo as políticas setoriais.

86. Ainda no aspecto organizativo do partido, ressalta-se a importância do limite de três mandatos para o mesmo cargo no Poder Legislativo, para que os mandatos deixem de agir enquanto organizações autônomas e retomem seu papel de contribuir com a organização do partido e a implementação da política partidária. Da mesma forma, deve haver maior rigorosidade por parte do Partido no acompanhamento da atuação parlamentar de seus mandatários, para garantir que a política e prática dos mandatos não sobreponha ou atropele a do Partido, mas, ao contrário, siga as premissas de mandatos genuinamente petistas.

87. Na questão da comunicação, o PT deve disputar contra a direita raivosa e, ao mesmo tempo, buscar conquistar a nova geração posneoliberal, pautando o debate de ideias e projeto para o Brasil, fazendo a propaganda do nosso modelo organizativo e contrapondo as campanhas difamatórias contra o partido. Portanto, o PT não deve menosprezar o efeito político e para a imagem do partido de qualquer denúncia sobre corrupção, o PT precisa reagir, se posicionar, acompanhar as denúncias com transparência, com amplo direito de defesa e se posicionar favorável às punições. O PT deve desenvolver seus próprios canais de comunicação abertos, com TV e rádio WEB e jornal diário, mas

também no âmbito das artes, promovendo festivais, mostras e outros grandes eventos em todos os níveis. Uma organização sem instrumentos de comunicação de massas é incapaz de disputar a opinião pública.

88. Em que pese a tomada de medidas que de certa forma oxigenaram as instâncias de direção do partido, aumentando a participação de jovens, mulheres, negros e minorias, entendemos que é preciso avançar mais nessa questão. Sobretudo entre os jovens, observa-se um desgaste profundo da representatividade dos partidos em geral, entre eles, o PT. A juventude modificou suas formas de organização, deixando em evidência novas formas de atuação, saindo da esfera partidária e promovendo articulações junto aos movimentos sociais. Nossos jovens filiados, desde a base até os que são dirigentes, devem estar preparados para esta nova etapa da luta de esquerda. Para isso, uma das tarefas importantes será promover a formação política da juventude, por meio de instrumentos como a Fundação Perseu Abramo e os próprios diretórios zonais/municipais/estaduais, além de empoderar jovens, mulheres, negros e minorias, dando vitalidade aos fóruns de discussão e permitindo uma atualização e mudança das práticas incondizentes com o peso, a força e as esperanças depositadas no Partido dos Trabalhadores.

89. Com todos nossos limites e desafios, o PT continua sendo um Partido vibrante, cheio de vitalidade, com uma militância consciente, politizada, apaixonada e que sonha com um futuro cada vez melhor. Só o PT tem uma militância capaz de enfrentar o ódio de classe e superar desafios históricos da cultura política brasileira. Precisamos acreditar mais na nossa própria força, apostar mais na nossa base e na combinação da prática política com a utopia, que se traduz em resistência e na capacidade de se reinventar, sem mudar de rumo.

Chapa Militância Socialista



PARTIDO DOS TRABALHADORES
5º. CONGRESSO NACIONAL

CADERNO DE TESES

O 5º. CONGRESSO DO PT: MANIFESTO

Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015

O QUINTO CONGRESSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

(Contribuição da Chapa o Partido que Muda o Brasil ao 5º Congresso Nacional do PT)

MANIFESTO

1. A etapa final do Quinto Congresso do Partido dos Trabalhadores se está desenvolvendo em circunstâncias políticas excepcionais, muito distintas daquelas que marcaram sua primeira fase, quando o PT organizava forças para disputar e vencer as eleições gerais de 2014.
2. Hoje, tendo triunfado naquele que foi o mais polarizado pleito presidencial da história republicana, o PT e seu Governo são alvos – em muitas frentes – de uma ofensiva sem precedentes que busca, como objetivo último, a destituição da Presidenta da República e a destruição do Partido dos Trabalhadores.
3. Os derrotados de outubro 2014 conseguiram mobilizar amplos setores da sociedade brasileira, que vão além dos eleitores de Aécio Neves. Enquanto isso, parte da maioria que elegeu Dilma Rousseff está perplexa e desmobilizada.
4. É fundamental compreender esse fenômeno, para poder revertê-lo.
5. Não basta identificar e denunciar a ofensiva conservadora em marcha.
6. O conservadorismo sempre esteve presente na sociedade brasileira. Na maioria das vezes, em privado, alguns segmentos nunca esconderam seu desprezo pelos pobres ou pelos nordestinos, nem ocultaram seu racismo, sexism e homofobia.
7. O PT experimentou no curso de sua história os efeitos desse traço perverso de nossa sociedade. Basta lembrar que Lula e Dilma só conseguiram vencer suas eleições presidenciais no segundo turno.

8. Em anos mais recentes, a direita e a extrema direita, passaram a ganhar espaço nas redes sociais, com suas intervenções preconceituosas, violentas e grosseiras.
9. Em conjunturas de crise, sempre que o fantasma da mudança aparece no horizonte, como revela nossa história republicana, essa minoria silenciosa ganha as ruas e busca transformar-se em ruidosa maioria.
10. Hoje estamos diante da necessidade de entender como a grande mobilização que marcou o segundo turno das eleições presidenciais, e que garantiu a reeleição de Dilma Rousseff, pôde ser revertida em tão curto prazo.
11. Como doze anos de tão importante transformação social, econômica e política no país puderam ser desconsiderados em um espaço de tempo tão breve?
12. Esse problema não se explica apenas pelo atavismo conservador de parte da sociedade brasileira. Seu entendimento exige análise mais complexa, que envolva também o exame de responsabilidades que são nossas. Sem isso, será difícil sair dessa fase defensiva em que o Governo e o Partido se encontram e retomar a iniciativa política.
13. O Quinto Congresso não pode ser, como em outras ocasiões, apenas o momento de discussão acadêmica sobre grandes e necessários temas de natureza estratégica para o país e para o Partido. Ele deve privilegiar o momento atual.
14. O congresso não pode ser um ritual burocrático.
15. Ele precisa convocar petistas e não petistas para uma reflexão urgente sobre as dificuldades atuais que estamos atravessando e sobre como superá-las.
16. É chegado o momento para desencadear uma contraofensiva política e ideológica que nos permita retomar a iniciativa e, ao mesmo tempo, superar a crise de identidade que estamos atravessando. De não fazê-lo, estaremos comprometendo o mais consistente e generoso projeto de mudança da sociedade brasileira, cuja relevância transcendeu nossas fronteiras e ganhou a admiração e a simpatia do mundo, particularmente na América Latina.

17. Pós Comunista e Pós Socialdemocrata, quando essas duas vias de transformação social enfrentavam grave crise, há 35 anos, o PT apontou, já em seu nascimento, para a ideia de que uma mudança profunda – em um mundo hegemonizado pelo neoliberalismo – era possível. A história não havia chegado a seu fim, como pretendiam alguns. Ela se pusera em movimento, aqui e em outras partes do mundo.
18. O Quinto Congresso não pode ser, pois, um evento convencional, mas a oportunidade de realizar um debate fundamental para o futuro do Brasil. É chegada a ocasião de saber se os últimos doze anos foram o ponto de partida de uma Grande Transformação de nosso país ou apenas um breve parêntese progressista em uma longa trajetória conservadora.
19. O Congresso deve ser também um momento de autorreflexão sobre a totalidade de nossa trajetória partidária, particularmente sobre o período em que estamos à frente do Governo da República e, mais particularmente ainda, sobre os tormentosos momentos que estamos atravessando desde o início do ano.
20. Assumir responsabilidades e corrigir rumos, com transparência e coragem, tem de ser o caminho a seguir agora e no futuro.
21. Desde fevereiro de 1980, o PT esteve profundamente ligado aos principais movimentos sociais do país. Eles estiveram presentes em sua fundação.
22. Foram esses movimentos que, em particular durante a ditadura, lutaram pela democracia, pela soberania nacional e, sobretudo, pelos direitos dos trabalhadores e dos despossuídos.
23. Sua radicalidade política e seu caráter plural e não-dogmático foram atraindo, no curso de duas décadas, novos segmentos sociais e se traduziram em sucessivos triunfos em eleições parlamentares, municipais e estaduais, até a vitória de 2002 que conduziu Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da Nação.

24. Lula assumiu o Governo em meio a uma difícil conjuntura, marcada pelo estancamento da produção, forte desemprego, desequilíbrio macroeconômico do país e pela desigualdade social.
25. Empossado, ele conduziu com prudência, mas com determinação, uma política econômica que teve como eixo o combate à pobreza e a busca da inclusão social.
26. Atacou a vulnerabilidade externa a que afligia o Brasil. Reservas cambiais de mais de 350 bilhões de US\$ protegeram a economia dos sucessivos ataques especulativos anteriores. O Brasil passou da condição de eterno devedor à de credor global. A tutela do FMI sobre nossa economia ficou como triste lembrança de um passado servil.
27. Esses movimentos no plano econômico, e os direitos sociais conquistados por amplas maiorias, foram acompanhados por uma política externa ativa e altiva que projetou nosso país internacionalmente.
28. O mundo, os países do Sul e as nações desenvolvidas, olharam com interesse e respeito o Brasil, por sua capacidade de realizar importantes mudanças em um clima de aprofundamento da democracia e de crescente defesa dos Direitos Humanos, como demonstram, entre outras iniciativas, a demarcação de terras indígenas, a valorização dos quilombolas, as ações afirmativas em relação aos negros, as políticas de gênero, aquelas referentes à juventude, às pessoas com deficiência e aos setores LGBT, a criação da Comissão Nacional da Verdade.
29. Protegidos pelo manto da liberdade de expressão do pensamento, que o Governo garantiu de forma absoluta, os meios tradicionais de comunicação constituíram-se em cabeça política das oposições – seu Comitê Central e setor de Agitação e Propaganda – como haviam feito em outras conjunturas de crise de nossa história.
30. Órgãos de comunicação que defenderam a intervenção militar, em 1964, que prosperaram durante os 20 anos de autoritarismo e resistiram até a última hora noticiar o movimento das Diretas-Já, transformaram-se em paladinos da democracia.

31. Enquanto isso, dezenas de milhões de homens e mulheres, que viviam à margem da produção, do consumo e da cidadania passaram a integrar de forma mais plena a sociedade brasileira. Os conservadores de sempre criticaram o Bolsa Família, carro-chefe dessa Grande Transformação, como **assistencialista**, quando não **populista**. Repetiam seu discurso de outras conjunturas – sobretudo em 1954 e em 1964 – quando projetadas reformas foram frustradas pela ação da direita.
32. Esses grupos apoiaram-se recorrentemente em segmentos das classes médias tradicionais, inconformados com as transferências de recursos do Estado para dezenas de milhões de homens e mulheres ou com a abertura das universidades públicas e privadas para milhões de jovens oriundos das camadas desfavorecidas da população, especialmente negros, índios e pobres. Indignaram-se ao ver “seus” aeroportos, aviões e shopping centers “invadidos pelo populacho”.
33. Importantes projetos habitacionais, a oferta de eletricidade para mais de 10 milhões de brasileiros e o apoio federal à melhoria das condições de vida em grandes e médias cidades também fizeram e fazem parte do esforço mudancista da última década.
34. O virtual pleno emprego alcançado e o aumento **real** do salário dos trabalhadores em mais de 70%, em 12 anos, além das políticas de transferência de renda via Estado, contribuíram para a criação de um grande mercado de bens de consumo de massas. Emergiram segmentos sociais – impropriamente chamados de “nova classe média” –, que passaram a usufruir de prerrogativas que, no passado somente as classes médias tradicionais possuíam.
35. Políticas ativas de Estado produziram um novo equilíbrio regional, beneficiando sobretudo o Nordeste brasileiro, onde se encontravam historicamente os maiores bolsões de pobreza.
36. Essa mudança sem precedentes ocorrida nas esferas econômica e social não foi, no entanto, acompanhada por idênticas transformações no plano político-institucional e no da cultura política.

37. Partido e Governo, de uma maneira geral, não foram capazes de **elaborar uma narrativa da experiência** em curso.

38. Aproveitando-se desse vazio deixado, as forças conservadoras foram aos poucos construindo seu discurso, negando ou desqualificando, frequentemente de forma preconceituosa, a transformação pela qual passava o país.

39. É importante recordar que uma das razões fundamentais da vitória de Dilma em 2014 foi a de ter podido reconstruir, ainda que em um breve espaço de tempo, a narrativa dos 12 anos do governo democrático e popular. Ao mesmo tempo, a campanha presidencial mostrou de forma inequívoca, sobretudo aos trabalhadores, **o que estava em jogo naquela eleição**.

40. O PT não chegou em 2003 “ao poder”, como afirmam seus opositores e puderam crer inclusive muitos de seus partidários. O PODER não é um LUGAR a que se chega, ou “se ocupa”, como ensinara erroneamente a velha tradição revolucionária.

41. Poder é, antes de tudo, a expressão de uma correlação mutante de forças sociais e políticas. Ele só se conquista com iniciativas políticas e se traduz na afirmação de novas ideias, novos valores e de uma nova cultura política.

42. Em uma sociedade democrática, onde o embate de posições e de projetos é fundamental, o exercício do Governo ocorre no marco de instituições legadas pelo passado. Os governantes têm de respeitar essas instituições, mas, ao mesmo tempo, buscar reformá-las dentro das normas democráticas, sempre e quando as aspirações da sociedade imponham a remoção de entraves burocráticos – incluindo o entulho classista – que dificulta a mudança.

43. Um dos grandes déficits de nossa presença no Governo foi não ter conseguido realizar uma **reforma política e do Estado** em sintonia com as transformações econômicas e sociais que estávamos realizando. O novo ficou aprisionado pelo velho.

44. O fenômeno da corrupção, que hoje está no centro do debate nacional – e que ocupou lugar importante em conjunturas críticas como as de 1954 (suicídio de Getúlio Vargas)

e de 1964 (depoição de João Goulart) – poderia ter sido equacionado de forma distinta caso tivéssemos (Governo, partidos e sociedade) enfrentado com mais abrangência e determinação a reforma política.

45. Ficamos prisioneiros do Presidencialismo de Coalizão, que marca a vida brasileira desde 1985, quando se iniciou a chamada Nova República. Nele, para ter o necessário apoio legislativo, o Executivo é compelido a construir uma base de sustentação partidária, que historicamente revelou-se muito mais sensível à concessão de favores e prebendas do que a acordos em torno de programas.

46. As múltiplas e importantes iniciativas de combate à corrupção adotadas nos Governos Lula e Dilma, permitiram que muitos crimes pudessem ser detectados, investigados e julgados. Outras investigações e julgamentos estão em curso. Tudo isso é muito distinto da leniência de outros governos em relação a episódios escandalosos, como o processo das privatizações de empresas estatais, licitações de grandes obras urbanas em estados da Federação ou as condições em que se deu a votação da emenda que permitiu a reeleição dos ocupantes de cargos executivos durante o Governo FHC.

47. A existência desses precedentes – e são muitos na história da República – não justifica a ninguém sucumbir a essas práticas, eticamente condenáveis e politicamente intoleráveis. O PT não pode cair nessa vala comum. As denúncias de corrupção – verdadeiras ou não – acabaram por golpear duramente a imagem do Partido. Não podemos diluir nossas próprias responsabilidades na geleia geral em que se transformou grande parte do mundo político brasileiro.

48. Práticas ilegais ou ilegítimas afrontam a legalidade republicana, ofendem ao povo brasileiro e minam a democracia do país e golpeiam nosso partido. Não é segredo para ninguém o enorme custo financeiro que passaram a ter as campanhas eleitorais no país, em todos os níveis, e como isso se reflete negativamente na efetiva expressão da vontade popular.

49. Assim como a luta pela democracia é um valor suficientemente importante para não ser deixado nas mãos de conservadores, sobretudo daqueles com marcada tradição golpista, a luta contra a corrupção não pode, tampouco, ser bandeira de setores que

dela se beneficiaram. Mais ainda daqueles que usaram esse combate para encobrir seus crimes e para arregimentar partes da cidadania contra governos reformadores e contra as próprias instituições.

50. É imprescindível que a continuada ação dos poderes da República e a própria vigilância do Partido cortem a corrupção na sua raiz, se necessário na própria carne. O PT necessita sair das páginas policiais do noticiário e ficar apenas naquelas dedicadas à política, onde tem muito a dizer.

51. A presença do PT no Governo se, por um lado, permitiu que um conjunto importante de reformas pudesse ser realizado, acarretou-lhe, por outro, uma série de problemas.

52. Perda de quadros para o Governo, com o correspondente esvaziamento das estruturas partidárias, em especial de suas direções. Mais grave ainda: muitos dos militantes no Governo deixaram de frequentar o partido, para explicar as políticas governamentais, mas também para ouvir o que direções e bases partidárias pensavam dessas políticas.

53. Fenômeno semelhante ocorreu em relação aos movimentos sociais. Tanto o Governo como o Partido se afastaram demasia daqueles setores que estiveram na base de sua sustentação na sociedade.

54. Sabemos que Sociedade, Partido e Governo são entidades distintas, com suas especificidades e lógicas próprias. Mas, em uma perspectiva de esquerda, essas três instâncias devem ter uma interação – garantida a autonomia de cada uma delas – que permita um fluxo político permanente para construir uma governabilidade democrática.

55. Dentro da própria instância governamental, nos últimos anos, tendo em vista a aliança de esquerda/centro que a sustenta, é fundamental definir, permanentemente, o rumo das políticas a serem adotadas.

56. A tarefa do Partido dos Trabalhadores, como partido do(a) Presidente(a), e força majoritária da coalizão governamental, é dupla e complexa: **apoiar** o Governo e, ao

mesmo tempo, **empurrá-lo** para que cumpra o Programa sob o qual os governantes foram eleitos, mantendo a melhor sintonia possível com a maioria da sociedade.

57. Para tanto, o Partido tem de ser espaço de elevada elaboração. Como “intelectual coletivo”, caberia ao PT (mas também a outras organizações) buscar entender as transformações econômicas e sociais em curso, seus limites e seu potencial, para melhor implementá-las e fazê-las avançar.

58. Carecendo de uma reflexão mais fina – de média e longa duração – sobre as perspectivas do desenvolvimento econômico do país, em sua inter-relação com o mundo, ficamos limitados a decisões conjunturais, que correspondem mais à resolução de questões urgentes do que aquelas fundamentais.

59. Para reverter essas práticas o PT tem de credenciar-se mais intelectualmente, em diálogo com a sociedade brasileira, com seus intelectuais e, no mesmo movimento, revelar-se disposto a ouvir as vozes da rua, mesmo quando essas mensagens chegam de forma atabalhoada.

60. A capacidade de formulação e a sensibilidade em relação aos recados que a sociedade com certa frequência dá, ajudarão o Partido e o Governo a explicar (e, eventualmente, modificar), por exemplo, o “ajuste fiscal” recentemente proposto ao Congresso Nacional. De não fazê-lo, arriscamos transformar um recuo tático em virtude estratégica.

61. Não houve “estelionato eleitoral” por parte da Presidenta Dilma, como a oposição e “analistas” proclamam. (“Estelionato”, houve sim, em 1998, quando se prometeu e não se cumpriu: “o homem que acabou com a inflação, vai acabar com o desemprego.”)

62. A Presidenta Dilma não renunciou, nem renunciará a seus compromissos de campanha, que são compromissos de uma vida e de todos nós.

63. Faltou explicar, no entanto, e no momento adequado (talvez antes mesmo do 1º de janeiro), que não era mais possível continuar aplicando, da mesma forma, as políticas contra cíclicas adotadas no primeiro mandato, que nos permitiram garantir emprego e

renda dos trabalhadores em meio a uma conjuntura internacional desfavorável. Os problemas fiscais se agravavam e exigiam medidas corretivas.

64. É problema, porém, que a sociedade não tenha sido consultada sobre as medidas - apenas informada a posteriori - e que o peso do "ajuste" proposto tenha recaído mais sobre os trabalhadores do que sobre outros setores das classes dominantes. Essas práticas foram em grande parte responsáveis pelo mal-estar de muitos movimentos sociais que lutaram pela eleição de Dilma e que, hoje, se encontram perplexos e frustrados com as primeiras medidas do Governo.

65. Obviamente, a direita, cujo compromisso com os trabalhadores bem sabemos qual é, trata de explorar esse mal-estar.

66. O episódio ilustra também a perda da capacidade de elaboração (e de influência) do PT. Apesar de dispormos de um quadro importante de economistas, não fomos capazes de reuni-los e de fazer com que suas reflexões, e a de tantos outros, pudesse chegar ao Governo.

67. Em uma perspectiva de mais longo prazo, claro está que o PT, ao não analisar mais detidamente as rápidas mudanças pelas quais passou a sociedade brasileira nestes 12 últimos anos, não foi capaz de entender plenamente as consequências sociais (e políticas) das transformações que ele mesmo desencadeou.

68. Não temos, nem mesmo, um conceito preciso para caracterizar os milhões de emergentes que as reformas Lula/Dilma fizeram aparecer na sociedade brasileira. Não se trata aqui de preocupação marcada por preciosismo intelectual. O Partido não é uma escola de sociologia. Mas é evidente que temos uma necessidade política de compreender a exata natureza das mudanças sociais em curso e, junto com elas, captar as demandas dos novos atores da cena brasileira. Elas são hoje, seguramente, distintas daquelas de 2003, quando esse processo de mudança apenas iniciava.

69. Naquele momento fomos capazes de suscitar a esperança que todo o projeto real de transformação deve provocar. Hoje, com frequência, os personagens que emergiram a

partir daquele momento, nos surpreendem com algumas de suas demandas e, sobretudo, com sua leitura sobre as transformações ocorridas desde então.

70. Como não fomos capazes de construir uma narrativa mais abrangente de nossa exitosa experiência de Governo nestes 12 anos, ficamos perplexos quando segmentos sociais, beneficiados por nossas políticas sociais, não se identificam com nosso projeto de transformação e, por vezes, se distanciam (quando não se opõem) a ele.

71. Não se pode qualificar como “ingrata” a atitude de muitos dos brasileiros que participaram e participam deste grande processo de mobilidade social, quando parecem desconhecer ou subestimar o papel que tiveram as políticas governamentais na mudança de vida pelas quais estão passando.

72. O Governo apenas garantiu-lhes **direitos**.

73. É a direita que chama esses direitos de “favores” ou “esmolas”. É ela que qualificou nossas políticas sociais como “populistas” ou “paternalistas”.

74. É preciso entender o que mudou no Brasil. Mas também o que pode e deve continuar mudando. Entender que entraves impedem a continuidade da mudança. Quais as responsabilidades do Partido e do Governo para evitar o retrocesso.

75. Isso se faz com conhecimento e com uma mobilização que **crie esperança**.

76. Contra a sedução do conservadorismo, que só pode oferecer um passado obscuro como horizonte, temos de apontar alternativas e construir os caminhos que nos conduzirão ao futuro. Sem arrogância, pois essa construção é um experimento coletivo, social. A todos beneficiados pela Grande Transformação pela qual passou a sociedade brasileira, temos apenas de dizer: “Nunca Menos, companheiros!”

77. A continuidade e aprofundamento das mudanças só virá com a mobilização de milhões. Essa mobilização exige clareza sobre o que queremos e determinação para alcançar nossos objetivos. É preciso fazer ouvidos surdos ao canto conservador das sereias, que evoca um passado enganoso, pois desconhecido pelas novas gerações.

78. Desde 2012 vem sendo observado, inclusive em nosso partido, a existência de um **mal-estar na sociedade brasileira**. Ele perpassa períodos em que a economia vai bem, mas se transforma em sentimento de ceticismo profundo em períodos em que a economia entra em crise. Nesses momentos de fragilidade, insinua-se uma oposição em relação a tudo. Primeiro vem a rejeição aos políticos e, mais tarde, à política. Abre-se aí o espaço para a chegada dos “homens providenciais”, dos aventureiros que bem conhecemos, aqueles que prometem primaveras, mas acabam nos legando tenebrosos invernos.
79. O Quinto Congresso pode e deve debruçar-se sobre problemas de longo, médio e curto prazos.
80. Mas a gravidade do momento atual exige que nos concentremos nas questões imediatas.
81. As oposições, valendo-se de sua capacidade atual de mobilização, e da situação de defensiva em que se encontram Partido e Governo, podem estar divididas quanto à tática a adotar, mas estão unidas em relação a seus objetivos estratégicos.
82. Uns defendem a derrubada já do Governo petista, por meio do impeachment da Presidenta.
83. Outros optam pelo “sangramento” do Governo, na esperança de chegar às eleições municipais de 2016 ou às presidenciais de 2018 em condições de absoluto favoritismo.
84. Mas uns e outros coincidem em que é chegada a hora de “acabar com a raça do PT”, como já haviam pretendido no passado, não faltando inclusive os que defendem a cassação do registro do Partido pela Justiça Eleitoral.
85. O Quinto Congresso é um espaço de reflexão e de formulação política, mas também um momento de mobilização em defesa do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, de seu Partido e das conquistas dos trabalhadores. O ataque ao PT – que ninguém se engane – é um ataque contra toda a esquerda e contra os trabalhadores em geral.

86. Diante do difícil quadro fiscal atual é importante que as medidas encaminhadas pelo Governo sejam analisadas e votadas pelo Congresso Nacional, cabendo à bancada do Partido dos Trabalhadores e a outros parlamentares progressistas proporem as emendas necessárias, em sintonia com os movimentos sociais. A resolução desta problemática questão tirará da direita um argumento importante em suas tentativas de agravar mais a crise e desestabilizar o Governo.

87. O Governo está pressionado pela necessidade de uma solução de curto prazo para seus problemas fiscais. Os meios econômicos e financeiros internacionais querem que o “ajuste” seja o ponto de inflexão de nossa política econômica em direção ao conservadorismo. O que está em jogo é fazer um movimento que restabeleça o equilíbrio das contas públicas e permita novas condições para uma nova e forte retomada do processo de desenvolvimento. Esse movimento não se pode fazer confrontando os trabalhadores.

88. É dessa credibilidade que necessitamos para dar continuidade e profundidade à trajetória iniciada com Lula em 2013.

89. Face à disposição manifesta pela Presidenta Dilma de preservar as conquistas dos trabalhadores nos últimos 12 anos, é necessário que as medidas fiscais sejam complementadas por propostas governamentais que apontem – como já declarou o Ministro do Planejamento – para uma retomada do crescimento ainda este ano.

90. Não se pode fazer da necessidade de sanear a situação fiscal a ocasião para a apologia de uma política econômica conservadora, cujas consequências bem conhecemos.

91. O Quinto Congresso deve ser a ocasião para que o PT formule um conjunto restrito de propostas econômicas, sociais e políticas para os próximos quatro anos, que possam reverter a crise atual e a situação de defensiva em que se encontra:

- a) Uma reforma tributária que comece a reverter o sistema regressivo de impostos hoje imperante;
- b) Direcionamento do investimento e do crédito para fortalecer a indústria, a inovação e o emprego;
- c) Aprofundamento do processo de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar;

- d) Intensificação dos investimentos nas grandes e médias cidades do país, a fim de melhorar substantivamente as condições de habitação, saneamento e mobilidade de dezenas de milhões de brasileiros;
- e) Continuidade e fortalecimento das mudanças em curso no sistema único de saúde;
- f) Uma reforma educacional que corresponda aos objetivos de transformar o Brasil em verdadeira Pátria Educadora;
- g) Reforma Política que dê aos partidos e à representação popular a legitimidade de que hoje ela carece pelas muitas distorções que afetam nossas instituições, como o financiamento empresarial. Ainda que a reforma política deva passar pelo Legislativo, é nas ruas que serão discutidas as principais propostas de aprofundamento da democracia em nosso país.
- h) Levar o combate à corrupção a todos os partidos, a todos os estados e a todos os municípios da Federação, assim como aos setores privados da economia.
- i) Democratizar a comunicação, o que não se confunde com o estabelecimento de qualquer mecanismo de cerceamento da opinião, intolerável em uma sociedade democrática.

92. Essas e outras medidas que forem surgindo e amadurecendo no Quinto Congresso exigem a mobilização e a articulação de vários atores sociais e políticos:

- ✓ **O Governo** tem de conduzir sua ação em estreita sintonia com aqueles que o elegeram. A principal base de sustentação da Presidenta Dilma são os mais de 54 milhões que a reconduziram à chefia da Nação em outubro de 2014.
- ✓ **O Partido dos Trabalhadores** tem de reinventar-se, voltar às ruas, mobilizar sua militância, não a partir de apelos vagos, mas demonstrando sua disposição de mudança, sua capacidade de formular propostas para vencer a crise atual e dar continuidade e profundidade à Grande Transformação do país.
- ✓ **Os movimentos sociais organizados**, que foram vitais para a eleição de Dilma Rousseff, são fundamentais por sua capacidade de formular propostas e de mobilizar grandes contingentes em torno delas.
- ✓ **As esquerdas**, mantendo suas distintas identidades e respeitadas, inclusive, suas críticas em relação ao Governo e ao PT, são convocadas para a formação de uma frente que impeça o avanço da direita, contribua para um programa emergencial para sair da crise. É fundamental estabelecer condições para avançar nos próximos meses e anos.

Nesse âmbito estão incluídos partidos e facções de partidos, movimentos, intelectuais e personalidades de tradição combativa.

- ✓ **Os democratas**, que se opõem às saídas golpistas e autoritárias, a quem repugna a propaganda de direita e de extrema direita, que tem aparecido nas manifestações oposicionistas.
- ✓ Um fator de enorme convergência de todos esses atores é, sem dúvida, a figura do Presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva, a maior liderança popular das últimas décadas da história brasileira.

93. Os partidos não são eternos.

94. Sua relevância corresponde à capacidade que demonstrem em situações concretas de compreender os grandes problemas de seu tempo e de agir em função dessa compreensão.

95. O PT nunca almejou a condição de partido único, portador de uma verdade que lhe autorizasse “dirigir” a sociedade. Partido – como diz o nome – é **parte** e não a totalidade da sociedade.

96. Tendo renunciado a uma referência doutrinária clássica em sua fundação, distinto do que fizeram outros partidos revolucionários ou reformistas, o PT sempre guardou um perfil movimentista, próprio àquelas organizações que se podem caracterizar como de esquerda social.

97. Mas estamos sofrendo, há algum tempo, um processo de envelhecimento que não nos trouxe a maturidade suficiente. Apenas perdemos o frescor da juventude.

98. Nem sempre apoiamos nossos Governos, quando era necessário.

99. Nem sempre soubemos fazer-lhes uma crítica, absolutamente necessária em determinas circunstâncias.

100. Nos parlamentos, onde tivemos brilhante presença, muitos acabaram por acomodar-se em demasiado à rotina dessas instituições, e nos aproximamos perigosamente do

que alguns qualificam de “cretinismo parlamentar”. Por vezes, fomos sugados por práticas estranhas a nossos valores.

101. As experiências de Governo nos deram realismo e foram oportunidades importantes de pôr em prática o que pregamos como oposição. Mostramos que se podia governar de outra maneira. Mas, com frequência, nos afastamos de nossas bases e tombamos no burocratismo.

102. O pragmatismo e a acomodação demasiada à vida institucional nos fez prisioneiros do presente. Arquivamos nossa utopia. Deixamos de pensar o Brasil de amanhã e, com isso, nos afastamos dos muitos intelectuais que estiveram presentes em boa parte de nossa existência. Quem deixa de pensar o futuro, se afasta da juventude.

103. A vida interna do PT empobreceu. As tendências, que expressavam nossa democracia interna e a diversidade de sensibilidades políticas e ideológicas que possuímos, se burocratizaram, junto à burocratização do partido.

104. Os interesses pessoais, de mandatos ou de grupos, muitas vezes, predominaram sobre as ideias.

105. Os processos eleitorais internos são frequentemente atravessados por enormes distorções políticas e éticas.

106. Mesmo as ações afirmativas, que corajosamente adotamos, não favoreceram uma maior abertura para a discussão consistente de novos temas políticos e, sobretudo, para novas participações sociais.

107. Finalmente, com mais de um milhão de filiados, o PT poderia ter finanças bem mais sólidas, dispensando contribuições privadas, mesmo que legais, e garantindo um sistema de comunicação massivo e de qualidade, sobretudo para fazer frente, ainda que em parte, ao brutal aparato da imprensa convencional.

108. Todos esses fatores têm reflexos no enfraquecimento do grupo dirigente, que necessita ser mais representativo da sociedade brasileira e, por isso, fortalecido. Têm

reflexos, igualmente, no desempenho eleitoral recente do partido. Se é verdade que tivemos grande vitória na eleição presidencial e importantes resultados em Minas Gerais, Ceará, Bahia, Piauí e Acre, não é menos certo que amargamos perdas em nossas bancadas federal e estaduais e graves revezes em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

109. Longe de mergulhar-nos no pessimismo, os muitos problemas antes alinhados devem estimular uma profunda reflexão sobre a necessidade urgente de uma grande virada em nossa vida partidária. Não se trata de uma percepção exageradamente otimista e inconsequente, mas a constatação de que possuímos enormes recursos sociais, intelectuais e morais que nos permitem, aos 35 anos, dar um novo curso ao Partido dos Trabalhadores.

110. Essa é nossa tarefa, pois precisamos mudar o PT, para continuar mudando o Brasil.

111. Em um período histórico marcado por incertezas, graves crises econômicas e sociais, ameaças de crescente degradação ambiental, surtos irracionais de violência, a democrática experiência petista de Governo surgiu como um referente importante.

112. Junto com os povos da América Latina e da África demos os primeiros passos para construir uma alternativa ao neoliberalismo, inclusive nos países desenvolvidos, atacados pela voracidade do capital financeiro. Mostramos que um outro mundo é possível.

113. São muitos, no mundo, os que têm os olhos postos no Brasil.

114. Essa caminhada não será interrompida.

115. É só querer e, amanhã, assim será!

Março de 2015.

Chapa O Partido que Muda o Brasil



PARTIDO DOS TRABALHADORES
5º. CONGRESSO NACIONAL

CADERNO DE TESES

O TEMPO NÃO PARA

Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015

O Tempo não Para

Contribuição da chapa “Partido Para Todos e Na Luta” (Movimento PT/Tribo/Socialismo XXI e independentes) aos debates do 5º. Congresso Nacional do PT - junho/2015

Introdução: novos desafios, novas alternativas

1. Nas últimas décadas ganhou espaço a percepção de que não há diferenças significativas entre os partidos políticos, e que a dicotomia esquerda e direita deixou de ter sentido. A despeito dos desafios e da necessidade de reinvenção das esquerdas democráticas, consideramos que esta é uma análise simplista, equivocada e alienadora da política. Na questão material, o enfrentamento ao desemprego e às desigualdades sociais segue presente nas ações implementadas por governos de esquerda mundo afora, particularmente na América Latina, e um novo campo pós-material de demandas, aspirações e direitos se descontou, passando a ser parte constitutiva dos nossos programas. As eleições 2014 e a conjuntura que se segue no Brasil são prova de que há projetos bastante distintos em disputa e que o acirramento das contradições está colocado.
2. Nossa contribuição ao Congresso do PT que se realizará em junho, se dá sob o forte impacto destas eleições no Brasil; das primeiras medidas do governo Dilma; do acirramento da crise internacional; da conformação de uma nova polarização ideológica em todo mundo; e de uma nova fase do imperialismo alicerçado no argumento da democratização e da guerra ao terror, diretamente associado à tentativas de desestabilização das experiências latino-americanas de governos progressistas pelas elites econômicas locais e externas.
3. A reeleição da presidente Dilma foi a grande vitória das possibilidades democráticas e populares no Brasil e no mundo. Toda a América Latina e certamente os países do BRIC's voltaram seus olhos e expectativas esperançosas para o nosso pleito. Somos fiadores de um importante processo político e econômico em curso no mundo, nossa derrota poderia desencadear um perverso efeito dominó para esquerda em toda a América Latina.

4. Se a ida da militância para as ruas na reeleição de Dilma em 2014 nos remeteu a 1989, a truculência com a qual nos deparamos não tem precedência. A campanha que vivenciamos entra para a história pela sua importância em si, mas também pelo conjunto de novas questões que devem colocar em movimento o Partido dos Trabalhadores. Talvez por isso haja tanto empenho em destruir essa experiência brasileira, numa associação golpista da grande mídia, da oposição partidária ao nosso governo, do capital financeiro e rentista, das forças fundamentalistas religiosas e da direita fascista que se anima e se coloca no campo aberto da disputa política.
5. A compreensão de que estamos “sob ataque” é pressuposto para termos uma formulação que oriente o partido, quiçá a esquerda, os movimentos sociais e o governo, na busca pela superação aos desafios colocados nessa importante quadra da história.

6. Mundo

a) A Situação Política Internacional

7. A crise internacional do capitalismo que se explicitou a partir do estouro da bolha imobiliária nos EUA em 2008, se espalhou para a Europa e atingiu duramente a China.
8. Na Europa, a elevada destinação de recursos do Tesouro Nacional para socorrer bancos privados em muitos países, gerou agravamento dos recursos públicos disponíveis aprofundando o desmonte do Estado de Bem-Estar Social no Continente. As medidas impostas pela União Européia desencadearam uma onda de desemprego (atingindo 45% da mão-de-obra jovem da Espanha, por exemplo), desabastecimento (300 mil famílias tiveram a energia elétrica cortada por falta de pagamento na Grécia) e despejos por falta de pagamento de hipotecas. A retração da economia chinesa em 2012 foi mais uma peça do efeito dominó que, por sua vez, afetou duramente o Brasil.
9. A crise do capitalismo polarizou ideologicamente o mundo. Partidos de centro ou centro-esquerda que não conseguiram propor alternativas para além do sacrifício dos mais pobres foram tragados em virtude da incorporação de pressupostos econômicos ortodoxos e da política de austeridade. Nos EUA, a adoção de alguns mecanismos keynesianos assumidos pela gestão Obama, impulsionou a radicalização ideológica tendo à frente o discurso raivoso do TeaParty. Obama, a partir de então, foi acusado de

socialista e destruidor dos valores de autonomia individual do seu país.

10. Na Europa, a polarização foi ainda maior e evidente. A extrema direita – conservadora, racista e xenofóbica – emergiu tendo à frente a perseguição de imigrantes que estariam supostamente “roubando seus empregos”. Tal conjuntura nos remete a Europa da década de 1930 em que discursos nacionalistas, também xenófobos e racistas, levaram à ascensão de regimes totalitários como o Nazismo e o Fascismo. Na outra ponta da “réguia ideológica” partidos de tipo novo surgiram na Espanha (Podemos), Portugal (Bloco de Esquerda) e Grécia (Syriza), envolvendo antigos militantes comunistas e socialistas, mas também a juventude que saiu às ruas em protestos gigantescos (como o 15M, da Espanha; greve de 48 horas e manifestações gigantescas em outubro de 2011 na Grécia; além da Revolução das Panelas da Islândia, em 2008, entre outros). Deles se ouviu, desde então, uma profunda crítica à relação promíscua entre grandes empresas e grandes partidos. Tudo foi resumido à denominação de “castas” (políticas e econômicas) que viraram as costas aos cidadãos. A velha polarização entre partidos liberal-conservadores e socialdemocratas europeus foi se desmanchando no ar com muita rapidez e dinamismo. Caso do PP/PSOE na Espanha, PS/PSD/PPD em Portugal, e assim por diante.

11. “Começou a terceira guerra mundial”, foi a afirmação do Papa Francisco. Embora possa parecer uma afirmação hiperbolizada, devemos verificar que o momento atual é de conflamação e embate entre um poder econômico, político, militar e cultural dos Estados Unidos e sua aliada Europa de um lado, e de outro os BRICS, com a China como principal economia, e onde o Brasil joga um papel fundamental como terceira economia do bloco dos emergentes e é um país que tem garantido a estabilidade na América Latina com várias experiências de governos de esquerda no continente. Vivemos um crescimento do poder econômico na região leste do planeta, com a China apontando como maior economia a partir de 2030, sendo que já é a maior economia industrial, e esse deslocamento geopolítico provocou uma ação contrária na disputa pela hegemonia global.

12. Essa disputa hoje não é ainda um conflito bélico generalizado no mundo mas pode ser presenciado em diferentes frentes: se estende por inúmeros conflitos localizados em vários continentes, por tentativas de golpes de Estado, algumas vitoriosas (Honduras e do

Paraguai), algumas derrotadas (Equador, Bolívia, Venezuela) e outras em curso (Argentina), por uma política clara de desestabilização de regiões do globo e por uma guerra econômica.

13. A Primavera Árabe foi, à exceção da Tunísia que teve eleições recentemente, convertida em uma situação de caos e barbárie, em que países como a Líbia retrocederam à inexistência de um Estado com a disputa de seu território entre diferentes grupos armados. O Egito sofreu um novo golpe militar que derrubou um presidente eleito pela maioria do povo e teve a Irmandade Muçulmana colocada na ilegalidade com a condenação à morte de milhares de seus militantes. Na Síria, o financiamento direto dos EUA e da Arábia Saudita para os insurgentes que querem derrubar o ditador Al-sad criou o Estado Islâmico, tal como o financiamento aos grupos de guerrilheiros mujahidins na década de 1980 que deram origem à hoje tão combatida Al-Qaeda.

14. Ainda hoje, na Síria, os EUA financiaram a Al-qaeda, que seria supostamente inimiga dos norte-americanos, para que esta também se convertesse em mais um elemento desestabilizador daquela região do globo. Hoje também está nítido que as incursões americanas no Iraque e Afeganistão foram casuisticamente justificadas com mentiras e que o resultado final é a desestabilização e o enfraquecimento da região de caráter político, social, militar, a criação do caos em amplas áreas do globo, elementos estruturantes de uma política de disputa de hegemonia global. A presença do Estado Islâmico no Iraque, fortemente financiado pela oligarquia saudita e pelos EUA, também teve o interesse em enfraquecer o governo e o Estado iraquiano, que não se tornou mais próximo do Irã do que dos norte-americanos.

15. A derrubada do governo ucraniano por um golpe com ampla participação fascista em 2013 e financiado pelos EUA e pela Europa levou a Rússia a reagir à tentativa da OTAN de colocar suas tropas na fronteira de seu país. É possível identificar que os EUA vêm sistematicamente subindo o tom com os países dos BRICS e outros com posturas de natureza mais autônomas e questionadora da atual ordem mundial. A recente situação de queda vertiginosa do preço do petróleo foi resultado de uma ação planejada pela Arábia Saudita e membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) com o beneplácito norte-americano para enfraquecer e levar países emergentes a crises, mesmo sabendo que isso paralisaria momentaneamente a exploração do petróleo

e de xisto. O objetivo é debilitar a economia russa, ainda muito dependente das exportações de petróleo, enfraquecer o Irã, inviabilizar a exploração do Pré-Sal no Brasil e quebrar a economia venezuelana.

16. O Papa Francisco está certo, não começamos ainda uma guerra bélica total, mas extensões imensas do planeta estão em conflito, há desorganização social, barbárie, fome, destruição. E a guerra econômica que os EUA tanto usaram contra a União Soviética até 1991 e que conseguiu o exaurimento da economia daquele através da corrida armamentista e espacial, volta a ser peça fundamental na disputa global.

1.2. A Atualidade do Socialismo Petista

17. O PT surge como um meio, não como um fim em si mesmo. Um meio de organização autônoma dos trabalhadores e trabalhadoras para a disputa do poder. Trata-se do resultado de um acúmulo de forças libertárias que lutavam contra a ditadura, a desigualdade social e vislumbravam a construção de outro mundo possível.

18. Surge também como alternativa ante os tradicionais partidos comunistas, defendendo a democracia como principal pilar do socialismo, e como crítico às correntes social-democratas, conforme pode ser visto na resolução aprovada no 7º Encontro Nacional do PT sobre o “Socialismo Petista”:

- i. “As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranquila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar, mas o próprio socialismo. O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. Todavia seu projeto ideológico não corresponde à convicção anticapitalista nem aos objetivos emancipatórios do PT”.

19. Ao longo dos seus 35 anos de história, o PT se consolidou como partido anticapitalista e anti-imperialista, mesmo construindo alianças conservadoras para eleger o primeiro operário presidente e a primeira mulher. A trajetória ao poder, entretanto, foi marcada por dissidências e traumas que, devido ao papel central que o PT passou a ocupar na política nacional, podem se confundir com feridas da própria esquerda brasileira.
20. À medida que o Partido avançou na disputa do poder institucional, ampliando sua representação nos governos e parlamentos, fragilizamos nossa relação com os movimentos sociais que, por sua vez, enfrentaram desafio semelhante ao nosso: ser movimento e ocupar espaços nos governos e parlamentos, além dos espaços de participação popular construídos no decorrer do governo Lula.
21. O caminho que trilhamos para a conquista do Governo Federal e os discursos, por vezes vazios e por vezes necessários, da defesa da governabilidade, nos levaram a exercer uma política de conciliação de classes, nos descaracterizando enquanto partido classista, dos trabalhadores e trabalhadoras. Uma suposta “ética” da responsabilidade substituiu o debate político e a autocrítica, descredenciando a militância que ousava questionar a tática adotada, seja por considerá-la equivocada, ou incoerente com nosso programa estratégico: o socialismo petista. A mesma “ética” da responsabilidade provocou um processo de centralização que usurpou do partido diversas discussões e decisões importantes, transferindo-as para o âmbito dos mandatos executivos e legislativos, desestimulando a militância petista.
22. Acreditamos que o PT está diante de uma encruzilhada histórica. Experimentamos os limites da política de conciliação de classes e, apesar dos avanços, não conseguimos transformar em realidade muitas de nossas bandeiras históricas. Hoje a situação se agrava, pois mesmo as políticas que implementamos até aqui, correm risco.
23. Ou revisamos nossa tática e nos reposicionamos no cenário político nacional (reafirmando o socialismo como estratégia), ou seremos mais um partido social-democrata, marcado por interesses fisiologistas e incapaz de disputar a sociedade brasileira, em especial a juventude, para construir um outro mundo possível.
24. Se antes era possível acusar um grupo ou uma corrente interna do PT por protagonizar

as principais distorções que experimentamos no último período, hoje práticas que estão em desacordo com nossa ideologia, e inclusive desvios éticos, atravessam a maioria das tendências, fragilizadas pelo mesmo processo que enfraqueceu as instâncias partidárias.

25. Temos o horizonte de superação da sociedade capitalista, não somos apenas reformistas, pois além de nossas convicções teóricas, a história de outros partidos e outras nações nos ensinou que o capitalismo não é reformável. Confiar na neutralidade da máquina estatal e na possibilidade de igualdade social sem rompimento com a cultura e com a estrutura do sistema capitalista é abandonar o projeto classista e socialista que referenciou o Partido dos Trabalhadores.
26. Consideramos que o socialismo democrático não se trata de uma inevitabilidade histórica, mas resultado de ações conscientes de sujeitos sociais comprometidos com a justiça, a igualdade, a liberdade e a democracia. Esse engajamento político no exercício da cidadania compreende que o Estado é o elemento fundamental na política redistributiva de renda, riqueza e poder, e que deve ser permeado pela sociedade, controlado pela sociedade, exercitando níveis sempre crescentes de participação social.
27. Esse Estado, se expressar os interesses sociais das amplas maiorias da sociedade e se souber garantir a democracia e o direito à diferença, à pluralidade, pode ser o instrumento de regulação social da Economia que necessitamos. Defendemos que a economia deve ser orientada socialmente, corresponder aos interesses públicos e à preservação do meio ambiente. Mesmo havendo mercado na Economia Socialista que defendemos, as diretrizes, as normas, e o planejamento estatal serão essenciais para evitar assimetrias, exploração econômica, e a destruição do meio ambiente.
28. Devemos manter e aprofundar as relações do PT com outros partidos e organizações de esquerda, em especial as latino-americanas, reforçando um espaço de articulação, de solidariedade e de planejamento conjunto de todos aqueles que almejam uma civilização mais justa socialmente, que defendem a democracia enquanto valor estratégico, e buscam um desenvolvimento sustentável no plano da economia, da sociedade e da relação com a natureza. A continuidade do investimento na integração regional deve ser uma prioridade. Politicamente, acumulamos muito na América Latina e Caribe, precisamos avançar economicamente no sentido de fortalecer o Mercado Comum do Sul

(MERCOSUL) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

29. Os constantes e virulentos ataques dos setores mais conservadores da direita brasileira ao Foro de São Paulo, demonstram o quanto subversiva e fundamental é a ideia do internacionalismo, e portanto deve ser parte estruturante do nosso projeto de sociedade. Esse internacionalismo deve estar conectado com os desafios do nosso tempo, nos Direitos Humanos, na defesa dos direitos de primeira geração (direitos civis e políticos), de segunda geração (direitos sociais: saúde, educação, habitação, emprego, salário digno), de terceira geração (que são os direitos da fraternidade, o direito à diversidade cultural, étnica, de gênero, de orientação sexual) e de quarta geração (preservação do meio ambiente e solidariedade intergeracional).
30. A defesa intransigente do internacionalismo se torna mais atual se pensarmos que hoje o capital se articula transnacionalmente, se sobrepondo muitas vezes aos Estados-Nações. A crise econômica e suas soluções se processam internacionalmente e por isso as alternativas de superação dessa realidade precisam necessariamente de uma interlocução e ação globalizadas.
31. A apresentação e articulação internacional de nossa visão de mundo, que compreende o Socialismo Democrático, os direitos humanos em suas diferentes gerações e a defesa da democracia como valor estratégico, devem contribuir para construção de um mundo multipolar, e pela busca da Paz, da finalização dos conflitos e guerras, pelo respeito aos direitos de pessoas, grupos, nações e por um desenvolvimento que diminua progressivamente a diferença entre os mais ricos e os mais pobres, invertendo e subvertendo a lógica do capital que tem concentrado mais poder e dinheiro nos 1% mais ricos do mundo, que detém mais riqueza que os 50% mais pobres.
32. Essa nova realidade não é apenas desejável por ser eticamente superior, mas para evitar a extinção da espécie humana. Afinal, como já nos alertou Mezáros parafraseando Rosa Luxemburgo: “Socialismo ou barbárie. Barbárie, se tivermos sorte”.

2. Brasil: Mudanças e Perspectivas da Esquerda

33. O contexto global apresenta novos desafios para a esquerda e para este governo, que precisa trazer a defesa dos direitos humanos para o centro da política, trilhando o

caminho indicado pela militância espontânea e também pela partidária que reelegeu a Presidenta Dilma.

34. Do ponto de vista econômico precisamos analisar a conjuntura, mas também nos situar historicamente. Com as restrições trazidas pela globalização e a redução do ritmo econômico provocado pelas crises do petróleo na década de 1970, a tríade pleno emprego, altos salários e investimento estatal em políticas de bem-estar deixou de gerar demanda de consumo e crescimento econômico, provocando sucessivos fracassos dos governos de esquerda democráticos e o avanço do neoliberalismo. Em meio a uma recente crise mundial ainda mais profunda, comparável apenas com a de 1929, foi preciso inovar, mesmo que ainda dentro dos limites da conciliação de classes.

35. Enquanto a direita apresentava como resposta a retomada de políticas neoliberais fracassadas, no âmbito material, o que tem diferenciado os governos de esquerda é a defesa do emprego por meio de investimentos em capital fixo (infraestrutura) e humano, a manutenção do gasto social a partir da ampliação, ou manutenção, da carga tributária sobre os mais ricos, aumentando a progressividade na taxação da renda. No caso do Brasil os maiores exemplos dessas políticas são: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o aumento real do salário mínimo e o Bolsa Família. Estas políticas são essenciais, mas também limitadas, e para avançar será preciso fazer escolhas e contrariar interesses. Será possível crescer, distribuir renda e reduzir a desigualdade social apenas com reformas estruturantes como a tributária, a urbana, a agrária, a taxação das grandes fortunas, a democratização da mídia e a reforma política. Sabemos que a tarefa não é fácil e exigirá coragem e mobilização social.

36. Vivemos um real impasse: desenvolvemos políticas sociais em um cenário em que a economia mundial estava em ascenso. Porém, essa condição além de não se manter, nos empurra para um crescimento mundial que não soma 3% ao ano, e no Brasil está negativo. Diante deste cenário, soluções econômicas ortodoxas vem ganhando espaço, tal como os setores conservadores.

37. O governo Lula iniciou-se após a superação da crise econômica mundial de 1998, e em um momento de maior demanda por commodities, este fatores combinados à políticas de

redistribuição de renda e políticas sociais permitiram um crescimento econômico com geração de empregos e o aumento da renda dos trabalhadores. A partir de 2008, mesmo com a crise internacional do capitalismo, a economia brasileira seguiu crescendo e gerando empregos em função da acertada aposta no consumo interno da população recentemente incluída, e em políticas anti-cíclicas.

38. Durante o governo Dilma esse impulso promovido pela inclusão social e a geração de empregos continuou a existir, mas com uma força menor devido à desaceleração do PIB. O crescimento mais acentuado do PIB será necessário para o aprofundamento das transformações sociais em curso e para o aumento da capacidade do Estado em atender às necessidades de qualificação e ampliação das políticas públicas.

39. No momento, a demanda brasileira de consumo por bens vem alimentando as indústrias de outros países em virtude da sobrevalorização do real frente ao dólar, artificialmente provocada pelo Banco Central americano. Essa situação tem provocado o sucateamento da indústria brasileira e a destruição de empregos nesse setor estratégico. A combinação juros altos e dólar barato destroem a indústria nacional, fazem com que a massa salarial dos trabalhadores brasileiros sustente, pelo consumo de produtos importados ou “maquiados” no Brasil, a indústria de outros países. Dessa maneira, perde-se a oportunidade de crescer na produção uma vez que o consumo do Brasil “derrama” para outras áreas.

40. A crise sistêmica do capitalismo mundial não permite um crescimento razoável do PIB, e por isso hoje torna-se necessário que o crescimento nos países em desenvolvimento se dê pelo aumento do investimento, pela diminuição dos juros da dívida interna e por uma política cambial que permita uma relação mais justa no comércio internacional.

41. Entretanto, a série de cortes na taxa básica dos juros entre 2011 e 2013, que havia criado pela primeira vez na história um patamar de apenas um dígito, aproximando os juros brasileiros da média mundial, abrindo espaço para uma política econômica que prioriza a produção ao invés da especulação e que foi fortemente criticada e sabotada pelo grande capital financeiro e sua mídia subserviente, criando uma pressão política pela recessão. Afinal, grande parte do empresariado prefere especular com os títulos públicos do que investir em atividades produtivas, e essa parcela do empresariado procurou compensar

essa perda na especulação rentista com o aumento de preços de forma mais acelerada. Passamos a viver no Brasil com a sabotagem econômica financista. Por outro lado, a política de isenções fiscais para estimular a economia criou uma situação em que as políticas sociais hoje têm dificuldade de financiamento. Isso foi aliado à política de contenção dos preços dos derivados de petróleo, e criou dificuldades para a Petrobras.

42. Apesar disso tudo, a eleição de 2014 foi vencida pela compreensão de que os compromissos feitos estão em uma base à esquerda, criticando a proposta dos candidatos oponentes de independência do Banco Central, assim como a de diminuição do papel dos bancos públicos e de redução da atuação do Estado. Foi fundamental a decisão de desconstruir as candidaturas conservadoras, apresentando um programa que apontava para o aprofundamento das mudanças, e que garantiu a nossa vitória.

43. Está muito claro que o capital financeiro e sua mídia oligopolista continuarão a fazer a propaganda mentirosa de que a inflação está em escalada vertiginosa e também uma pressão para que o Ministério da Fazenda faz concessões ao “mercado”, aos especuladores. O programa de governo vitorioso e nosso arco de apoios populares, não nos permite incorrer no erro de buscar conciliar uma política econômica de direita com uma suposta política social de esquerda.

44. Não é o momento de aumentar os juros básicos da economia, a inflação que hoje existe não deve ser limitada pela contenção da demanda, sob pena de frearmos ainda mais nosso crescimento e gerarmos desemprego. Também entendemos que é o momento de reavaliar o que mais pesa no “custo Brasil” para a produção industrial brasileira, que não são os salários ou direitos da CLT, mas na verdade o câmbio manipulado pelos interesses estadunidenses. O recente aumento do valor do dólar demorará um certo tempo para ter efeito na economia. O valor de R\$ 3,10 do dólar abre perspectivas para uma volta no investimento industrial, entretanto os agentes econômicos devem ficar convencidos que essa situação é permanente e não apenas um ataque especulativo ao Real que acompanha a tática de desestabilização do governo Dilma.

45. A política ortodoxa exigida pelo “mercado” (e que já foram defendidas pela Fazenda e pelo Planejamento do governo federal) como condição para fazer o “diálogo” enfraquece as condições do governo aprofundar as políticas defendidas durante a campanha. Exemplos

dessas políticas que se tornarão inviáveis pela política econômica “do mercado” são: o investimento de 10% do PIB em Educação, da ampliação do Minha Casa Minha Vida, do PRONATEC, da melhoria da Saúde e da promoção e de defesa dos direitos humanos. Se de um lado corremos o risco de mantermos um crescimento pequeno da economia com o receituário defendido pelo “mercado”, por outro frustraremos as grandes mobilizações de 2013 e de nossa campanha de 2014 que apresentaram expectativas de mais universidades, mais Institutos Federais, melhores salários para os professores, mais investimento na Saúde, melhor segurança pública, habitação, direito à cidade, mais lazer e acesso à cultura.

46. Precisamos lembrar que o compromisso programático de caráter conciliatório que nos elegeu em 2002 sintetizado na “Carta ao Povo Brasileiro”, não é o mesmo que o da campanha e do programa que apresentamos na campanha de 2014. Nossa vocabulário foi permeado por expressões como “Muda Mais”, “Governo Novo, Ideias Novas”, e “Mais Futuro”, defendemos a ampliação da participação popular e dos direitos sociais, e a defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, e portanto precisamos cumprir o programa por meio do qual fomos eleitos. Isto governo FHC não são sintonizadas com a conjuntura atual, nacional e internacional. Para além deste compromisso, é preciso que o governo comprehenda que as medidas tomadas em 2003 para enfrentar uma crise deixada pelo governo FHC não são sintonizadas com a conjuntura atual, nacional e internacional.

47. Por conta disso, devemos reafirmar a prioridade de mobilização dos movimentos sociais, a luta em favor da reforma política e da democratização dos meios de comunicação, e também a luta para termos uma política econômica que estimule a produção, e que não comprometa os recursos públicos com o pagamento dos juros da dívida. Apenas as alianças eleitorais não conseguirão realizar as reformas necessárias para o Brasil avançar.

48. Vale reafirmar também que o PT deve ser protagonista de um processo de mudanças e de inflexão política que agregue os movimentos sociais e políticos progressistas, do campo democrático e popular, para uma nova fase de lutas sociais no Brasil. Essa atuação política também deve compreender o cenário mundial.

2.2 As reformas democráticas e populares

A disputa no Brasil: necessidade de reinventarmos nossa ação

49. A eleição de 2014 representou uma expressiva vitória do PT garantindo nas urnas o inédito quarto mandato à frente do governo federal. Essa vitória foi impulsionada fundamentalmente pelos “de baixo”, nossa tradicional e organizada base social: trabalhadores/as, juventude e o meio popular. Mobilizado como há muito tempo não se via em campanhas, esses setores nos mandaram enviando um nítido recado: avançar à esquerda! Contradictoriamente, o nosso governo adotou algumas ações de caráter recessivo e rentista que aprofundará a desaceleração econômica e criará as condições objetivas para a derrota política do PT e da esquerda, seja nas eleições de 2016 e 2018, seja com o impeachment num horizonte possível, a depender da correlação de forças e da crise econômica.
50. Essa disputa política se processa em duas frentes simultaneamente: desgaste político, midiático e judicial a partir da exploração seletiva e enviesada do processo da que colocou a Petrobras sob investigação; e desgaste econômico, com o apoio da mídia para dar a sensação de inflação galopante, crise econômica e desemprego alto. Esse desgaste econômico também encerra o interesse de frear a atividade econômica pela destruição da Petrobras, suas obras, atividades e encomendas. Nesse último ponto, o que se presencia é a ação já em curso, e que tem tido extremo sucesso, de parar todos as obras da Petrobras pela ação da justiça, desmontar as empresas nacionais envolvidas no “escândalo” e assim contribuir para a depressão econômica, com o objetivo de desestabilizar o governo Dilma, já bastante fragilizado, com uma grave recessão econômica, e indicar o caminho da privatização do Pré-Sal, da destruição da política de conteúdo nacional e a abertura ao capital estrangeira para dominar a Petrobras e as reservas de petróleo.
51. Esse cenário se agrava com as derrotas do governo no processo de eleição da Câmara dos Deputados e, no desgaste provocado pelas mobilizações do dia 15/03/15, que levaram as ruas os setores mais conservadores, com claros contornos golpistas, mas também setores médios, em especial jovens, entre 20 e 39 anos (pesquisa FPA), de onde as percepções sobre a realidade lidam com nossos feitos numa paisagem já posta, sem nenhuma grande novidade. Contar-lhes a história, não será o suficiente para disputar a caracterização da conjuntura e de nossos governos.

52. A realização do ajuste fiscal é importante para dar sustentabilidade à economia e às políticas sociais, entretanto devemos aproveitar o capital político gerado na eleição de 2014 para fazer com que esse ajuste se dê com a contribuição de todos os segmentos da sociedade, privilegiando a contribuição dos mais ricos. Não podemos cortar direitos, eventuais excessos, como ocorre no regime de pensões, precisam ser vistos após de diálogo com a sociedade e debate no PT. Um ajuste fiscal voltado apenas para uma parcela da sociedade, para os mais pobres, nos fragiliza enquanto partido, e também como governo. Faz-se necessário propor o imposto sobre grandes fortunas, uma progressividade maior na cobrança do imposto de renda e a substituição dos impostos indiretos cobrados da classe trabalhadora no consumo por impostos sobre a renda elevada, operações financeiras, herança, imposto sobre terras sem uso, de caráter especulativo no campo e na cidade.

53. Acompanhando o ajuste fiscal, há em curso nesse início de segundo mandato a política de aumento de juros da SELIC, contradizendo o que foi feito pelo nosso governo entre 2011 e 2013, quando finalmente o Brasil passou a ter juros reais (depois que é descontada a inflação) de 2% ao ano. Essa política de juros altos não controla a inflação e o próprio Ministério da Fazenda já deu declarações em 2015 de que o aumento de juros não consegue combater a inflação numa economia oligopolizada, com preços de commodities ligados ao mercado externo e com o setor de serviços que não tem preços que podem ser controlados assim. Essa medida de aumento de juros só privilegia aos bancos e ao rentismo, pois os empresários terão maior conforto em aplicar seus recursos em títulos da dívida pública do que arriscar em empreendimentos produtivos.

54. O que precisávamos era a continuidade da política que vigorou entre 2011 e 2013 para “desintoxicar a economia” do rentismo e criar um clima adequado ao investimento produtivo. Devemos identificar que foi a partir dessa política econômica que começou a oposição mais dura e radical da mídia (financiada pelo capital financeiro), da oposição partidária e dos empresários, com a estratégia de criar uma oposição social, militante, de caráter ativo e que não respeita as regras da democracia. Mais uma vez verifica-se que a democracia só serve à direita quando ela vence as eleições. Caso não vença, a disputa política se alonga indefinidamente, até conseguir desgastar o governo e ganhar as próximas eleições ou abreviar o mandato do governante democraticamente eleito.

55. Um exercício de simples observação sobre o atual cenário nos coloca uma antiga questão: precisamos disputar hegemonia.
56. O sentimento “anti petista” disseminado no processo eleitoral é uma resposta direta às ações políticas de inclusão social e elevação da qualidade de vida que nossos governos vêm promovendo no país. Ele é fruto de um tradicional pensamento conservador, mas também encontra terreno fértil, seja nas velhas correntes que carregamos em parte das nossas alianças, seja no diário desgaste na pauta da corrupção, entre outras, por exemplo.
57. A contradição de nosso arco de alianças constantemente nos coloca sob pressão no Congresso Nacional onde, embora somemos a maior bancada, ficamos reféns de acordos com os partidos da base para manter a “governabilidade”. Ressaltamos ainda que as alianças proporcionais nos estados colaboraram diretamente para a redução da nossa bancada, e muitas vezes para a eleição de parlamentares que serão nossos ferrenhos adversários. A soma desses fatores se expressou diretamente no resultado de votos que nos diminuiu nas bancadas do Congresso e nas Assembleias Legislativas.
58. Na mesma proporção militante que fizemos campanha, fomos fortemente combatidos pelos “de cima”. A direita organizada optou por um fraco combate de ideias e centrou fogo no raso debate sobre a corrupção, jogando mais um balde no conta-gotas em que a imprensa vem trabalhando o desgaste do PT e do governo.
59. As grandes empresas de comunicação, corporações funcionais de elite e empresários se uniram a dirigentes partidários para criar uma liderança orgânica, um partido orgânico, de um bloco de classes conservador. Assim, surgiu no país uma oposição de direita renovada e forte, com base também no Estado. De caráter “udenista”, encontrou na bandeira da moralidade a unidade e o apelo eleitoral adequados para buscar a retomada do poder. O atualíssimo embate no Congresso Nacional sobre a participação social e a reforma política, em especial sobre os mecanismos de consulta à sociedade sobre esta reforma, demonstra com nitidez a ascensão política do conservadorismo e da direita no país.

60. O embate eleitoral acabou por organizar um programa conservador e de direita que foi apoiado por uma ampla parcela da população. É crescente o conjunto de valores e opiniões conservadoras, não organizados por um partido político e seu programa, mas disseminados em um senso comum contrário à política, ao humanismo e à justiça social. Aquele que se expressa em antagonismo à igualdade, se expressa na insurgência à ideia de que o outro, o qual estava em uma escala econômica e social inferior, possa ascender a um patamar socialmente igual. Um programa contrário à democracia.

61. Por outro lado, no último período as temáticas pós-materiais passaram a mobilizar a sociedade, e no Brasil, a satisfação das demandas materiais primárias de amplos setores sociais, possibilitada pelo combate à pobreza, permitiu a popularização de demandas como a defesa de um desenvolvimento ambientalmente sustentável, do acesso à cultura, do direito à cidade, à participação social, à qualidade de vida, e à diversidade. Se os setores mais retrógrados voltaram a ganhar espaço, os movimentos de luta por reconhecimento, respeito e liberdade, tem mostrado sua força social, exemplo disso foram as mobilizações em defesa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados enquanto espaço de defesa das minorias, as jornadas de junho, e a centralidade que pautas de direitos humanos ganharam nas eleições presidenciais. Neste ponto vale uma análise mais detalhada sobre as eleições.

62. No primeiro turno, a postura confusa e conservadora dos posicionamentos de Marina levou a uma queda na sua credibilidade perante o eleitorado em geral, e contribuiu para desconstruir sua aura de representante da “nova política”. Nas temáticas pós-materiais, e nas políticas de defesa dos direitos humanos de maneira mais ampla, a campanha de Dilma foi à esquerda e conseguiu reaproximar eleitores jovens que em parte haviam migrado para Marina. Essa virada à esquerda se caracterizou justamente quando a presidente reafirmou seu compromisso com a criminalização da homofobia, o enfrentamento ao extermínio da juventude negra e aos autos de resistência, bem como um firme compromisso com o combate ao racismo e o machismo. Torna-se imperioso a defesa dessa pauta pelo partido, pela esquerda, movimentos sociais e pelo nosso governo para fazermos um embate de ideias, de cultura, de caráter ideológico.

63. Iniciado o segundo turno, Aécio recebeu o apoio de praticamente todos os candidatos que disputaram as eleições presidenciais, com destaque para Marina Silva que havia

ficado neutra em 2010 e no primeiro turno havia centrado críticas na polarização entre os dois partidos (PT e PSDB).

64. Do outro lado ficou a candidatura de Dilma Rousseff, sem nenhum novo apoio formal de partidos políticos ou candidaturas, pode contar com a campanha de setores importantes do PSOL, que tirou resolução contra o voto em Aécio; de figuras históricas do PSB, que não se sentiram contempladas pela decisão da executiva nacional do seu partido de declarar apoio a Aécio; com o engajamento de artistas e intelectuais, muitos desses que não haviam se posicionado no primeiro turno; da militância de esquerda de um modo geral e da juventude.

65. A eleição tornou-se plebiscitaria. Com Dilma largando atrás de Aécio, foi visível que a militância tomou a tarefa de reeleger a presidente para si. Atos, plenárias de mobilização, panfletagens, caminhadas se espalharam de maneira espontânea por todo país. A cada dia que se passava maior era a capacidade de mobilização e a dedicação da militância afastada e de tantos outros que se somavam a esta contra os retrocessos e em prol de um segundo governo mais à esquerda e progressista que o primeiro. Desde de junho de 2013, temos visto inúmeras manifestações ganharem as ruas do Brasil, com as mais diversas pautas e até sem uma linha única definida, mas não há dúvida de que as milhares de pessoas que cobriram as ruas de vermelho nesta eleição se identificavam com as pautas progressistas.

66. A radicalização da disputa e a conformação das alianças empurrou o PSDB para a direita e o PT para esquerda, abrindo para nós uma oportunidade para avançarmos em pautas progressistas e transformações estruturantes no segundo governo Dilma. Saibamos que o outro lado desta moeda é a leva de manifestações racistas, xenófobas, machistas, homófobicas, de movimentos calcados no ódio, no completo desrespeito à democracia e até mesmo na violência. Após as eleições, lidamos com um contexto de crise internacional, com o Congresso mais conservador da nossa história, e com uma burguesia que enxerga, melhor do que nós, os limites da política de conciliação de classes.

67. O início do segundo governo Dilma priorizou uma pauta conservadora, e ainda não mobilizou a militância que ajudou na reeleição com uma pauta econômica, social,

cultural e política progressista. Nesse contexto, as centrais sindicais iniciaram o mobilização pela manutenção de direitos, depois do anúncio das propostas de ajuste fiscal sem um debate anterior com os setores sociais organizados. Por outro lado, o movimento sindical deve intensificar a luta social, sob pena de se enfraquecer e se tornar menos representativo. O momento de lutas sociais é importante para que o movimento possa aglutinar mais setores, se legitimar, garantir direitos e avanços sociais. O momento é de radicalização política conservadora, se não houver uma disputa contra-hegemônica pela esquerda na sociedade, sucumbiremos numa derrota política histórica.

68. O ataque midiático que inundava o noticiário de informações falsas ou enviesadas sobre uma “crise econômica” e sobre “inflação descontrolada” foi acompanhado pela radicalização da disputa política e uma coesão desse bloco conservador, que hoje está na própria base do governo, em especial com o PMDB, que vêm votando sistematicamente contra o governo e apostando na crise econômica e institucional, indicando a decisão tomada por eles, sobre a aliança conosco: nos desgastarem e derrotarem.

69. Se o PMDB da Câmara tornou-se hegemônico em todo o Partido com a vitória de Cunha, será de fato difícil superarmos essa crise, porque ela se alastrá do parlamento para todo o ambiente político institucional. Isso somado ao desgaste do nosso governo indicado nas pesquisas, demonstra como o cenário tornou-se complexo.

70. A iniciativa de propor um ajuste fiscal próprio, tomada pelo PMDB, quer nitidamente confrontar nossas iniciativas. O mesmo aconteceu no tema da Reforma Política, onde logo se adiantaram na defesa do financiamento empresarial das campanhas.

71. Por tudo isso, mas principalmente pelo ambiente criado no PMDB contra nós, talvez devêssemos deslocar o eixo prioritário da aliança partidária, para uma relação com outros partidos, enquanto é possível. Isso demandaria medidas políticas de recomposição de governo que não ampliassem o espaço deste partido, mas se dirigisse à outros, além de fortalecer o próprio PT e a relação com a sociedade.

72. Será preciso acenar para os setores à esquerda que cerraram fileiras conosco em 2014, rever a política cultural, atuar firmemente para criminalizar e enfrentar a homofobia,

enfrentar as execuções sumárias, registradas muitas vezes como autos de resistência, o machismo, e apresentar medidas concretas de enfrentamento ao genocídio da juventude negra.

73. No quarto mandato do PT não basta a continuidade de nossas políticas sociais, o mundo mudou, a economia está diferente, a disputa econômica dos EUA contra os BRICS está evidente, e para alcançar patamares superiores de divisão da riqueza e inclusão social, além da melhoria da qualidade das políticas públicas, é necessário uma contribuição maior de quem sempre lucrou soberbamente no Brasil, e isso não será conseguido pacificamente, pois temos uma elite patrimonialista, escravocrata, que sempre dissimulou seu preconceito social e racial mas nunca abriu mão de seu poder e de usufruir das riquezas produzidas no Brasil de forma predatória, não sustentável, excludente e hierárquica. É chegado o momento de confrontarmos nossa governabilidade com nossa capacidade de promover a democracia.

Por uma Organização de Juventude Petista Autônoma e de Massas para Construir uma Sociedade Libertária e Socialista

74. A inclusão social e educacional de milhões de jovens das classes populares pelos governos Lula e Dilma, representa um marco histórico que possibilitou um deslocamento do papel social de parte considerável da juventude brasileira. O acesso a espaços dantes relegados às classes mais abastadas, afora poucas exceções, permitiu o surgimento da geração dos primeiros (as) filhos (as) da classe trabalhadora inseridos no ensino técnico e superior. Esse fator, combinado à massiva ampliação do acesso à internet e, por conseguinte à informação e à disseminação da mesma, permitiu a constituição de uma nova geração de “formadores de opinião”, de jovens que possuem diferenciais centrais se comparados aos de gerações anteriores e até mesmo aos atuais oriundos da elite.

75. O jovem da classe trabalhadora tem se convertido em um formador de opinião, aquele que por ser um dos poucos de seu ambiente de sociabilidade a ter tido acesso a um nível educacional mais elevado, passou a ser visto como alguém que possui capacidade de analisar a conjuntura e em matéria de política emitir opiniões fundamentadas.

76. Assim, para além da questão numérica relacionada ao boom populacional desta faixa

etária, a importância do estabelecimento de diálogo com este jovem é maximizada pela sua capacidade de influência e possibilidade de se organizar politicamente. Já faz algum tempo que a direita se atentou para a centralidade da juventude na disputa de hegemonia política, enquanto o PT seguiu vacilante diante da sua necessária e urgente priorização.

77. Nossa direção não percebia que os ataques diários da mídia monopolista, somados ao desgaste natural de um partido que governa o Brasil há quase doze anos, levavam a juventude a identificar o PT como um partido tradicional; que algumas alianças do PT com figuras como Sarney, Collor e Maluf reforçavam essa imagem; e que a ausência de uma organização juvenil de massas e a opção por secretarias de juventude giradas para dentro, não dava conta de organizar o conjunto de jovens simpatizantes do PT, e nem mesmo os filiados.
78. Na campanha eleitoral de 2006 vimos parte relevante dos setores médios da juventude se entusiasmar com a candidatura de Heloísa Helena. Esse movimento se repetiu e se expandiu na campanha de Marina Silva em 2010 e novamente nas eleições municipais de 2012.
79. Em junho de 2013 nos deparamos com um período de intensa mobilização de massas protagonizado pela juventude. Pela primeira vez nos últimos 30 anos o povo foi às ruas sem que o PT exercesse qualquer tipo de liderança no processo, ao contrário, nosso partido (como todos os outros), foi pego de surpresa e Brasil adentro nossos dirigentes fizeram avaliações no mínimo equivocadas do processo. Essas mobilizações reforçaram o que muitos militantes da juventude do PT já afirmavam, que pra uma geração que só viu o PT no Governo Federal não basta a comparação com o período FHC, é preciso um programa de esquerda e uma nova organização política de massas para dialogar e organizar a juventude brasileira. Insistentemente, setores da Juventude do PT (JPT) alertaram a direção do partido sobre o erro tático e estratégico que representava seguir acreditando que os benefícios promovidos pelas políticas públicas implementadas pelo Governo Federal eram suficientes para ganhar as eleições e legitimar nosso governo.
80. Nas eleições 2014, a entrada de Marina na corrida eleitoral mobilizou os indecisos, os que até o momento votariam branco ou nulo, e a juventude. Durante um mês a candidata seguiu crescendo entre os mais jovens, e no fim de setembro sua trajetória tornou-se

decrescente, quando a candidata titubeou e retrocedeu na defesa dos direitos civis e, principalmente os direitos afirmativos relacionados à população LGBT. Nas temáticas pós-materiais, e nas políticas de defesa dos direitos humanos de maneira mais ampla, a campanha de Dilma foi à esquerda e conseguiu reaproximar os eleitores jovens. A firmeza ideológica de nossa campanha com relação às temáticas econômica, também serviu para desmascarar o lado de lá e aglutinar os setores mais à esquerda do lado de cá, principalmente durante o segundo turno.

81. A eleição presidencial de 2014 foi um momento ímpar em nossa história. De um lado sofremos duríssimos ataques de uma direita que se organiza para além dos partidos políticos e crescentemente demonstra sua presença e capacidade de articulação em diversos setores da sociedade, de outro vimos a militância de esquerda tomar para si o grande desafio que foi reeleger a presidente Dilma e ir para às ruas defender não apenas o nosso legado, mas o aprofundamento do projeto democrático e popular. Parte expressiva desta militância foi formada por jovens, cuja campanha e o voto foram fundamentais para a nossa vitória. Infelizmente este vigoroso capital político foi rapidamente dilapidado em virtude das primeiras ações do Governo Dilma.

82. Hoje, a situação é dramática. A pesquisa do Datafolha divulgada na terceira semana de março deste ano deve acender nosso alerta. Esta aponta que o PT chegou ao mais baixo índice de simpatizantes desde 1989, caindo de 30% em março de 2013 para apenas 9% dois anos depois. Entre os jovens, pela primeira vez, o PT foi alcançado pelo PSDB, a pesquisa mostra que 6% preferem os tucanos e 5% os petistas.

83. Este resultado é fruto dos ataques que sofremos, muitas vezes injustos e motivados pelo ódio de classe, mas também da avaliação errônea do PT, que se omitiu da disputa de segmentos historicamente excluídos que ascenderam socialmente por meio das políticas que implementamos enquanto governo.

84. Tal postura foi ainda mais danosa na relação com a juventude, que não vivenciou o cerceamento de direitos e o conservadorismo exacerbado da ditadura, a inflação, o desemprego em massa, a fome e a ausência de perspectiva. O descompasso entre o PT e a juventude se deve ainda ao fato de o partido ter acreditado que o discurso para esse segmento deveria se restringir à defesa do governo e da política pública de juventude. A

trajetória histórica recente, principalmente a partir de junho de 2013, apontou que o temário da juventude é mais amplo, que os jovens se mostram interessados em debater temas relevantes para o país, como a economia, a mobilidade urbana, corrupção e a qualidade dos serviços públicos.

85. Será preciso radicalizar na democracia e aprofundar o diálogo com a juventude brasileira. Para tal propomos que o partido organize, junto com a JPT, um amplo calendário de atividades em todo país, que nossos ministros, parlamentares, prefeitos, secretários, dirigentes (incluindo Lula), petistas atuantes nos movimentos sociais, sejam convocados para esta iniciativa.

86. Propomos que essas atividades tenham um formato diferente da maneira burocrática que nos acostumamos a atuar, que sejam realizadas em locais de vivência dos jovens, tais como praças, escolas, universidades. A intenção é utilizá-las como polo para aglutinar a juventude crítica, mas que se identifica com o nosso projeto, produzindo um espaço de diálogo capaz de dar vazão aos múltiplos descontentamentos existentes, e tendo, dessa maneira, a possibilidade de iniciar um processo de disputa ideológica mediante a própria dinâmica interativa proposta.

87. É fundamental que a JPT passe a ter a sua agenda política. A instauração de um calendário de atividades de mobilização servirá para que a juventude construa o que será as reformas estruturantes no próximo período. Será preciso ir para as ruas coletar assinaturas para o nosso projeto de iniciativa popular da reforma política, dialogar com a população sobre o real significado da democratização dos meios de comunicação, a importância da reforma agrária, e o impacto na vida de cada um que a reforma tributária trará.

88. Para dar conta dos próximos desafios, será preciso fazer da JPT uma organização de massas com autonomia política que lhe dê condições de apresentar suas formulações críticas e pressionar o partido para esquerda.

89. Sabemos que a permanência dos mesmos dirigentes na estrutura partidária durante vários anos estagna a visão do PT sobre a sociedade e por isso devemos encampar o processo de renovação de quadros e dessa forma oxigenar o partido. O grande risco das

cotas de jovens nas direções, é que estas na prática signifiquem uma opção por uma renovação tutelada. Cabe ao PT respeitar esses dirigentes, e não trata-los como “correia de transmissão” ou dirigentes de segunda categoria, cabe à JPT garantir formação política e empoderá-los, para que de fato a perspectiva da juventude esteja representada em nossas direções.

90. Ao longo dos mais de 30 anos de história o PT se tornou o principal referencial político para a juventude brasileira. A identificação de milhões de jovens com a construção de uma utopia de igualdade e justiça se materializou e se materializa nos programas, ações e movimentos liderados pelo PT e pelos petistas. Esta identificação faz com que hoje o partido conte com centenas de milhares de filiados jovens.

91. Apesar desses jovens terem assinado a ficha de filiação no Partido dos Trabalhadores, a atuação dos mesmos nas direções municipais, estaduais e nacional de Juventude é mínima. Se levarmos o problema de organização da juventude para nossa intervenção nos movimentos juvenis, a situação é ainda mais dramática. Hoje, não conseguimos ocupar em nenhuma das frentes de luta dos movimentos juvenis uma posição de centralidade. Atuamos de maneira fragmentada e, em geral, levando as disputas internas para o seio dos movimentos.

92. Urge, portanto, a necessidade do avanço na organização da Juventude do PT para uma nova conjuntura que supere os crônicos e históricos problemas que não conseguimos solucionar com a mudança do modelo de setorial para direção da Juventude.

93. Se o PT é um partido de massas precisa de uma juventude de massas. Se o PT pretende ter uma posição dirigente nos movimentos, precisa de uma juventude que tenha postura dirigente nos movimentos juvenis. Se nosso objetivo partidário é disputar e conquistar a hegemonia da sociedade para nosso projeto, devemos ter a capacidade de disputar um setor que compõe 30% desta sociedade.

94. A Juventude Petista deverá fazer a luta política, construir a contra-hegemonia ao neoliberalismo e dar conta de organizar as centenas de milhares de jovens que simpatizam com o projeto que representamos. Para isso, em primeiro lugar precisaremos de uma estruturação que priorize a disputa dos corações e mentes dos

jovens na luta social em relação às disputas internas. Isto só será possível se construirmos um órgão partidário dotado de autonomia e políticas consistentes de comunicação, finanças, formação política, bem como estratégias claras e eficazes de mobilização.

95. Com todas as suas limitações, o PT ainda abre a possibilidade de fazermos pressão por dentro e por fora, para girar a tática do governo, fazer as tais brigas boas, garantir que o segundo mandato do governo Dilma seja superior ao primeiro, e que reflita seus compromissos de campanha. Para conquistarmos estas vitórias, nós precisamos ocupar as ruas e o Partido dos Trabalhadores. O Brasil de hoje é radicalmente novo, enquanto alguns negam o problema e saudosistas dizem que precisamos voltar ao PT da década de 1980, nós dizemos que o que nós que precisamos é de um PT 2015, à altura dos sonhos e desafios da nossa geração.

Os desafios da organização do PT - um novo partido para uma nova conjuntura.

96. Em fevereiro de 2015, o Partido dos Trabalhadores (PT) comemoramos 35 anos de vida ativa na política brasileira. Nestas últimas três décadas e meia, a história do Brasil e da formação de nossa democracia não pode ser contada sem considerar o papel determinante exercido pelo PT, começando pela maneira como fora fundado, naquelas duras circunstâncias do Brasil do fim dos anos setenta, ainda durante o regime militar.

97. A formação deste nosso Partido se deve, ressalte-se, à capacidade de síntese de múltiplas opiniões forjadas no seio da esquerda brasileira em décadas de lutas, frente aos grandes desafios colocados por aquela conjuntura. Nessa bandeira se agregaram ativistas de movimentos sociais; militantes de esquerda de organizações políticas tradicionais; de organizações religiosas; de movimentos populares; de intelectuais e artistas; e de trabalhadores do campo e da cidade que, em cada grotão do território brasileiro, acreditaram no sonho de viver em um país democrático, justo, com qualidade de vida e dignidade para o povo.

98. Ao longo de nossos 35 anos, o Partido dos Trabalhadores vem impulsionando uma intensa agenda de aprofundamento da democracia e de avanços dos direitos sociais. Desde nossa constituição, afirmamos o quanto é importante elaborar um programa no

qual o projeto democrático e popular seja o pilar, tendo o socialismo como o nosso norte. Fruto desta luta nasceu um sonho que, com muita criatividade, transformou e inovou a forma de fazer política no país.

99. Nós reivindicamos o socialismo, mas refutamos os limites das formulações teórico organizativas tradicionais. Transcendemos a ideia simplificadora de maioria e minorias, e construímos a possibilidade de síntese de múltiplas opiniões, do valor do debate para a formulação coletiva, a começar pela saudável disputa sobre os rumos e sobre o papel do Partido. Nunca tememos o novo ou o diferente, por isso soubemos traçar o nosso caminho.

100. No início do novo século, elegemos e reelegemos um operário presidente e elegemos e reelegemos uma mulher presidenta. Mais que uma vitória eleitoral, vivemos a vitória de um sonho. Mais uma vez depositários de renovadas esperanças, lá fomos nós ousar mudar os rumos do Brasil com os instrumentos que nos eram possíveis. Ao aprofundar a democracia e começar a girar a roda sob outra lógica - outra ordem de prioridades, inevitavelmente tivemos que escolher e traçar novos caminhos. Aprendemos caminhando o quanto difícil é constituir e manter governabilidade, e inúmeras vezes amargamos escolhas espinhosas e contraditórias. Nesta pouco mais de uma década governando o Brasil, aprendemos muita coisa, mas a cada dia que passa, uma certeza temos: a burguesia não nos tolera! Somos duramente combatidos diariamente.

101. O que não podemos perder de vista do nosso horizonte estratégico é que o PT é, tem sido e deve seguir sendo, a principal ferramenta da classe trabalhadora brasileira e não por outro motivo, hoje podemos afirmar que o saldo político de nossa construção é tão positivo que somos levados a elaborar para além do lugar comum, a nos repensar como instrumento e como referência política, a nos reiventarmos como novidade política;

102. A agenda política para o partido nos próximos anos deve ser de intenso debate interno e público, de fortalecimento de nossas instâncias, de engajamento social e de disposição para a disputa de opinião. Devemos levar em conta o “PT profundo” que tem sido fundamental tanto para os processos eleitorais, mas centralmente para o importante processo de disputa de opinião que devemos travar na sociedade neste momento; esse sentimento que nos garantiu maioria de votos nos pequenos e médios municípios e

nas periferias, que clama por avanços nas pautas dos direitos humanos e que apostaram na não transferência da recessão econômica para a conta dos/as trabalhadores/as.

103. O centro político de atuação partidária deve refletir a construção da superação desses novos dilemas; Precisamos de um renovado partido para a atual conjuntura.

104. Durante a campanha fomos às ruas, reaproximamos a juventude e organizamos os jovens e a militância petista que no dia-a-dia do partido não encontram espaços para a militância orgânica. Precisamos aproveitar esse momento para seguir mobilizando a juventude e rever os rumos e o papel a ser cumprido pela Juventude do PT no próximo período. Neste contexto a Juventude Petista deve ter como tarefa central organizar os mais de duzentos mil jovens filiados ao Partido dos Trabalhadores, bem como transformar o sentimento de esquerda e progressista que parte da sociedade manifestou durante as eleições em uma força motriz que tenha capacidade de impulsionar as mudanças que queremos para o nosso país.

105. O PT também diminuiu seu enraizamento geográfico a partir do enfraquecimento dos diretórios estaduais e municipais e, consequentemente, dos setoriais e núcleos de base. A militância petista deixou de se encontrar em debates, festivais de arte e cultura, seminários de formação política, para se encontrar somente em momentos de disputa interna (PED) e externa (períodos eleitorais), quando as tendências e dirigentes partidários necessitam dos filiados para a sobrevivência do PT e dos mandatos e governos petistas.

106. Precisamos reverter esta condição em nosso partido, enraizar a nossa organização em todos os estados da federação, e garantir que nossos milhares de diretórios municipais se tornem direções com vida ativa, pujante e militante.

107. O PED, por sua vez, torna-se um processo cada vez mais burocrático e despolitzizado, produz distorções na política de filiação partidária e sofre cada vez mais influência do poder econômico. Trata-se de uma instituição que não é a raiz de todos os problemas do PT, mas que reproduz os vícios da democracia burguesa no interior da nossa estrutura partidária. Defendemos o fim do financiamento empresarial de campanha como meio

de combater o poder do capital nas eleições, mas o trouxemos para o seio do nosso partido.

108. Defendemos o fim de Processo de Eleições Diretas como método organizativo do PT. Embora pudesse ser um excelente mecanismo para a organização de um partido de massas, ao longo dessa nossa experiência, aprendemos que esvaziamos nossos fóruns e fortalecemos um presidencialismo nem sempre politizado e representativo, reproduziu distorções da pluralidade interna.

109. São inúmeras as transformações em curso no emaranhado das práticas sociais, de forma que o PT necessita se debruçar sobre elas e se auto-avaliar enquanto instrumento de disputa e transformação da sociedade, dedicando neste V Congresso tempo especial a um debate consistente sobre tática e estratégia, capaz de analisar criticamente a política de alianças que construímos na última década. É preciso retomar a prática de encontros e de fóruns de debates em nossa estrutura. Voltarmos a escolher primeiro a política e depois a direção que vai conduzi-la.

110. Um partido de massas precisa ter uma juventude de massas, um partido dos trabalhadores e trabalhadoras, precisa ter uma juventude que esteja dialogando com os jovens em seus locais e vivência, que supere o internismo, um partido socialista, precisa ter uma juventude com real autonomia política que lhe dê condições para questionar posicionamentos conformistas do partido e sempre tencionar à esquerda. Para promover o debate sobre essas e outras tarefas centrais, realizaremos em 2015 o III Congresso da JPT.

111. É visível que a direita tem a oportunidade de uma real ascensão, e portanto é nossa tarefa enquanto partido político ter a capacidade de fazer a leitura da conjuntura, enfrentar o conservadorismo, radicalizar a pauta de esquerda e recolocar o socialismo democrático como perspectiva concreta. Para isso, o PT precisa ter clareza de que dirigimos um governo de coalizão, com uma base frágil no Congresso Nacional, e que as mudanças estruturantes que precisamos fazer só serão possíveis se estivermos nas ruas.

112. Momentos de disputa interna são necessários e denotam o caráter democrático do nosso partido, no entanto não podemos esquecer que nossa disputa real está na sociedade. Precisamos girar nossas forças para travar um debate aprofundado com a sociedade brasileira e apresentar um projeto alternativo ao modelo capitalista e neoliberal que a cada dia mais demonstra sua capacidade para a barbárie. Para tanto precisamos enraizar a nossa organização em todos os estados da federação, e garantir que os milhares de municípios em que estamos organizados tenham direções municipais com vida ativa, pujante e militante.

113. Paulo Freire dizia que na política “forma é conteúdo”, e é preciso admitir que a nossa forma de organizar o partido hoje tem poucos espaços para os militantes orgânicos, que dirá para simpatizantes que pretendem conhecer o PT. Nesse sentido, é tarefa central do PT, em especial de sua juventude, modificar a forma de fazer política para torná-la mais atrativa. Precisamos investir mais em cultura, e nos inspirar nos exemplos dos movimentos feministas, no Movimento dos Sem Terra e tantos outros, que há tempos estabeleceram uma dinâmica interna diferenciada que nos ensina que é possível discutir política de forma dinâmica e agradável. O PT deve resgatar o partido e suas sedes como espaços de convivência que vão além dos momentos de disputa interna e externa.

114. Sobretudo, o PT deve retomar a luta social como prioridade de atuação. Retomar a formação de opinião sobre as pautas das lutas da classe trabalhadora e o desafio de organizar sua base eleitoral em base social organizada.

115. O tempo não para e, certamente, temos condições de novamente sermos o novo na política e reencantar corações e mentes;

PT Saudações

Chapa Partido Para todos e na Luta



PARTIDO DOS TRABALHADORES
5º. CONGRESSO NACIONAL

CADERNO DE TESES

ABAIXO A POLÍTICA DE AUSTERIDADE

Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015

Abaixo a política de austeridade! Anulação das Privatizações! Não Pagamento da Dívida! Fora os capitalistas do governo!

(Contribuição da tendência Chapa Virar à Esquerda! Reatar com o Socialismo! ao 5º Congresso Nacional do PT)

Esquerda Marxista

1. Companheiros, é preciso olhar com realismo a atual situação. O fato é que o Partido dos Trabalhadores está em um acelerado processo de ruptura com sua base histórica e militante. O PT, que nasceu das grandes lutas contra a ditadura militar e a exploração capitalista, que esteve na linha de frente das maiores greves e mobilizações do proletariado brasileiro, que trouxe a esperança de um futuro livre e digno para os oprimidos pelo capitalismo, agora, após 35 anos de sua fundação, está sendo abandonado pela classe trabalhadora como consequência da política defendida e aplicada pela direção do partido e seu governo.
2. O aprofundamento da crise econômica do capitalismo é seguido pela crise política de dominação do capitalismo. Este é um processo internacional e que no Brasil, atinge diretamente o PT, que está na cabeça de um governo que busca a salvação do sistema em decadência. Ou este V Congresso gira essa política, ou o PT seguirá sua autodestruição.

O caminho do governo Dilma rumo ao desastre anunciado

3. Nossa chapa “Virar à Esquerda! Reatar com o Socialismo！”, no Processo de Eleições Diretas (PED) do PT, ocorrido em 2013, explicava em sua tese:

O PT enraizou-se na classe trabalhadora, levantou-se como um gigante reunindo a maioria de oprimidos e explorados e chegou à Presidência do Brasil.

Mas, então, uma política apresentada como “realista” foi aplicada pela maioria da Direção Nacional de nosso partido. Esta política reformista de continuidade da ordem econômica e financeira internacional, de gerenciamento do capitalismo e de concretamente abandonar a luta pelo socialismo, foi aplicada permanentemente, ignorando todos os ensinamentos da história.

Como resultado, a cada dia se amplia a distância entre o PT e os movimentos sociais, as reivindicações e as lutas do povo trabalhador e da juventude.

A maioria da direção do partido engajou-se abertamente numa política de embelezamento do capitalismo apresentada como política “desenvolvimentista”. Como resultado se forjou a dita política de alianças com a base aliada que nada mais é que a adaptação aos setores capitalistas e o abandono da luta pelo socialismo.

Com esta linha o PT está sendo transformado em um partido a serviço do capital. Velhas práticas dos partidos de direita são cada vez mais utilizadas por deputados, prefeitos, vereadores, governadores e lideranças do partido. Campanhas milionárias baseadas em doações de grandes capitalistas relegam os militantes do PT ao segundo plano, os velhos cabos eleitorais pagos ressurgem no interior de nosso partido e ganham força. Quando a base resiste, e diz não, é atropelada e vê a democracia ser substituída por decretos da direção nacional, que não recua mesmo frente à destruição do partido, como vimos nos últimos anos no Rio de Janeiro, no Maranhão, em Pernambuco, em Minas Gerais, e em tantos outros lugares.

4. Desde então, o rumo de submissão aos interesses da burguesia foi mantido e aprofundado pelo governo e pela direção do partido.
5. As grandiosas manifestações populares de junho de 2013 evidenciaram toda a distância da juventude em relação ao PT, que foi visto como mais um partido do sistema igual aos outros. A juventude das jornadas de junho saiu às ruas destilando ódio ao sistema político, reivindicando transporte, saúde e educação, públicos, gratuitos e para todos, contra a repressão e a criminalização das lutas sociais, por um futuro digno. O governo não atendeu objetivamente nenhuma das reivindicações, manobrou com a proposta de Reforma Política e seguiu sua caminhada à direita, com as privatizações (como o vergonhoso leilão do Campo de Libra), com as bondades aos capitalistas e com a repressão aos movimentos sociais.
6. Em 2014, vieram as eleições, e o resultado trouxe uma última advertência da classe trabalhadora ao PT. Apesar da vitória apertada no 2º turno da disputa presidencial, o PT perdeu nos principais centros operários do país. Em comparação com o 2º turno de 2010, Dilma teve 1,2 milhões de votos a menos, mesmo com 7 milhões de eleitores a

mais em 2014! O partido não reelegeu governadores e viu sua bancada no Congresso ser reduzida.

7. A Esquerda Marxista, logo após o resultado do 2º turno, lançou uma Carta Aberta à Lula, Dilma e a Direção do PT onde apontava:
 - a) *Apesar de todos os erros do nosso partido e do Governo, a classe trabalhadora deu mais uma chance ao PT. Mas, um partido que ganha a eleição e perde nos centros políticos e econômicos do país está fadado ao fracasso. Para reverter este processo é preciso parar com a agitação sobre uma suposta constituinte e reforma política, que é uma forma de contornar os problemas concretos atuais e remeter sua resolução para um futuro nebuloso, e finalmente não levará a nada. Sem esperar mais, já, imediatamente, é preciso retomar a iniciativa política governando para as massas e atendendo as suas reivindicações mais sentidas:*
 - b) *Enviar ao Congresso Nacional um Orçamento para 2015 que rompa com o pagamento das Dívidas interna e externa que alimentam vampiros especuladores e coloque todo o dinheiro para Transporte, Saúde e Educação, públicos e gratuitos para todos, uma política para elevar o Salário Mínimo ao piso constitucional (DIEESE), reduzir a jornada para 40 horas sem redução de salários.*
 - c) *Demitir os ministros capitalistas, romper com os partidos do capital. Constituir um governo apoiado nas organizações populares, na CUT, no MST, entre outras. Exigir publicamente e combater pelo impeachment dos ministros do STF que votaram na farsa da AP 470, a liberdade immediata e anulação da sentença dos dirigentes do PT.*
 - d) *Revogar o Fator Previdenciário e as Reformas da Previdência, restabelecer o valor das aposentadorias. Cancelar todas as desonerações fiscais e taxar as grandes fortunas. Aposentadoria integral Pública e Solidária com 35 anos de trabalho!*
 - e) *Fim imediato do financiamento público a toda a imprensa burguesa (jornais e revistas) feitos através dos anúncios de publicidade estatais. Como jornais políticos que são que vivam do financiamento que receberem de seus apoiadores. Nenhum recurso público para a imprensa burguesa!*
 - f) *Estatizar a Rede Globo, que é concessão pública e abri-la para os movimentos sociais! É público e notório que a Globo se construiu sob o manto da ditadura e com dinheiro público, sonega impostos e deve mais de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos. Estatizar todas as redes, TVs e rádios religiosas, de qualquer confissão. O Estado é laico e os serviços públicos devem ser laicos e democráticos. Basta com um serviço público, as concessões,*

sendo utilizadas permanentemente para tentar fraudar eleições e manipular a população!

- g) Fim das privatizações dos portos, aeroportos e rodovias! Cancelamento dos leilões de petróleo e do Campo de Libra! Todo petróleo (do poço ao posto) para uma Petrobras 100% estatal! Reestatização das empresas e serviços públicos privatizados!*
 - h) Para acabar com a corrupção, prática burguesa inseparável do apodrecimento do capitalismo, e que se desenvolve sem parar em todas as áreas do Estado capitalista, estabelecer o controle dos trabalhadores sobre a gestão de todas as estatais e serviços públicos, com representantes eleitos pelos próprios trabalhadores, com direito de voto e ampla publicidade.*
 - i) Cessar imediatamente qualquer perseguição policial, judicial, repressão e criminalização dos movimentos sociais. Colocar o governo a apoiar política e materialmente a luta contra todas as perseguições aos movimentos sociais. Anistiar por decreto presidencial todos os perseguidos e condenados políticos. Apoiar o PL de Anistia Nº 7951/2014, em tramitação no Congresso Nacional.*
8. *Para fazer isso, companheiros, será preciso convocar as massas para defender essas posições, para dobrar ou derrotar o Congresso Nacional e todas as instituições reacionárias. Se vocês o fizerem terão um apoio majoritário entre as massas, do sul ao nordeste, e se estenderia massivamente por todo o país. Venezuela, Equador e Bolívia já mostraram que os trabalhadores e a juventude respondem positivamente quando seus dirigentes convocam as lutas contra as oligarquias dominantes.*
9. *Essa é a sua responsabilidade. O que não fazer determinará o futuro do governo e do PT. Nós, que ajudamos a fundar e construir este partido, que combatemos pela vitória do PT em todas as eleições, contra os partidos burgueses, continuamos o combate pelo socialismo, pelo fim do regime da propriedade privada dos grandes meios de produção.*
10. *Mais que nunca, nesta situação convulsiva internacional e nacional, os trabalhadores e a juventude necessitam de unidade para combater e vencer. A política de colaboração de classes divide os trabalhadores e a juventude, enquanto a independência de classe os unifica, na luta e nas perspectivas. Só uma política clara, firme e decidida de ruptura completa com o capitalismo e suas instituições pode nos levar à vitória tão necessária contra o capitalismo.*

11. A continuidade da política anterior, "paz", "diálogo", "união" e "mão estendida" aos capitalistas e seus partidos vai ser entendida, com razão, por todos aqueles que se reagruparam e mobilizaram de vermelho para vencer o PSDB, Aécio e Armínio Fraga, como um verdadeiro estelionato pós-eleitoral. Isso vai provocar revolta e ampliar a ruptura das massas mais conscientes com o PT.
12. A classe trabalhadora e a juventude, seguramente, estão observando em que direção o PT vai governar após esta última advertência. Ainda há tempo, mas é preciso começar já!
13. Como sabemos, o caminho escolhido foi outro. Logo depois de sair o resultado das urnas, Lula e Dilma trocaram as camisas vermelhas da campanha, por camisas brancas, adotando o discurso de conciliação e unidade da nação.
14. Na prática, a política seguiu sendo de aprofundamento da submissão ao mercado, aos especuladores, aos capitalistas nacionais e internacionais.
15. Três dias depois da reeleição, O BC elevou a taxa básica de juros, contrariando o discurso de campanha, quando Dilma acusava que Aécio é quem iria elevar os juros.
16. Um "novo" governo foi composto ao gosto da burguesia, com Joaquim Levy, alto diretor do Bradesco, no Ministério da Fazenda; Armando Monteiro, ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Katia Abreu, da Confederação Nacional da Agricultura, no Ministério da Agricultura; Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo, que atacou os movimentos por moradia, para o Ministério das Cidades; entre outros.
17. O ataque direto veio com as MPs 664 e 665, que retiram direitos trabalhistas e previdenciários, como o seguro desemprego, as pensões, o auxílio doença e o abono salarial, entre outros. Os governistas chamam isso de ajustes, mas a realidade é que são retiradas de direitos dos trabalhadores, aquilo que Dilma disse que não iria mexer "nem que a vaca tussa", mas a vaca tossiu e já anunciou que vai tossir ainda mais.

18. Como se não fosse o bastante para os poucos meses de governo, a pátria educadora realizou cortes no orçamento, com destaque para o corte de R\$ 7 bilhões nas verbas para a educação.

19. Como dizia a Carta Aberta citada, a continuidade da política anterior seria entendida por todos que se reagruparam para derrotar o PSDB, como um verdadeiro estelionato pós-eleitoral. É exatamente isso o que se desenvolve e se aprofunda a passos largos, com a revolta e a ruptura das bases mais conscientes com o PT.

Mas a classe trabalhadora segue forte e em luta

20. É um grave erro traduzir o enfraquecimento do PT como um enfraquecimento da luta da classe trabalhadora. Esse raciocínio leva a conclusões do tipo “onda conservadora”, de que os trabalhadores estariam acuados frente ao avanço de uma direita fascista.

21. É claro que a burguesia busca se aproveitar da situação para se rearticular e atacar o PT, tentando com isso desmoralizar e atacar o conjunto das organizações dos trabalhadores. Mas hoje, a burguesia está longe de controlar a situação, mesmo com a submissão das direções operárias, que se recusam a enfrentar de forma séria os ataques da direita. A verdade é que a classe dominante age com cautela, sabe que nesse momento de instabilidade, o feitiço pode virar contra o feiticeiro.

22. As manifestações ocorridas no dia 15/03 reuniram pelo país cerca de 500 mil (obviamente os 2 milhões contados pelas PMs e divulgados pela grande imprensa são uma farsa). Elas foram apoiadas pelo PSDB, DEM, etc., mas de fato convocadas e organizadas pela mídia burguesa e coordenadas pela Rede Globo. Os atos reuniram uma multidão de indignados da classe média e da pequena-burguesia, mas que não tinham propósito algum, nenhum programa ou perspectiva política, o que unificava os manifestantes era o medo da crise e o ódio à Dilma e ao PT, recheado de todo tipo de preconceitos de classe.

23. A resposta do governo foi render-se ainda mais ao PMDB e ao mercado. A aprovação do governo despenca ainda mais. Por isso não estranha ouvir Lula dizer no aniversário de 35 anos do partido que o PT se tornou um partido como os outros. Só precisaria acrescentar: sempre dirigido pelo próprio Lula.

24. Do outro lado, a classe trabalhadora segue lutando e conquistando.

25. Um caso exemplar foi a greve dos professores do Paraná, uma greve de massas que contagiou outras categorias do funcionalismo público do estado. Os servidores ocuparam a Assembleia Legislativa estadual, impediram a votação da retirada de direitos, e encravaram o governo de Beto Richa (PSDB), obrigando-o a retirar o projeto de votação.

26. Outro episódio importante foi a greve dos operários da Volks do ABC, envolvendo os 13 mil funcionários contra a demissão de 800 trabalhadores. A política da direção do sindicato de conciliação com as multinacionais foi atropelada. Os operários da Volks enfrentaram a patronal durante 11 dias e não arredaram o pé. Não só fizeram greve como foram para a rua se manifestar, fechando a via Anchieta. A Volks foi obrigada a recuar e cancelou as 800 demissões.

27. Estes movimentos dão sequência às expressivas greves ocorridas no primeiro semestre de 2014, como a dos garis do Rio de Janeiro, de rodoviários, bancários, professores, etc., muitas delas passando por cima das direções sindicais e ganhando um caráter de massas.

28. Estes são os fatos que comprovam que a classe trabalhadora segue com muita disposição de lutar, não se sente derrotada, quer resistir aos ataques e avançar nas conquistas.

Classe contra classe, enfrentar os ataques de governos e patrões

29. O fundo real de tudo é a crise do capitalismo e sua sobrevivência. A crescente polarização social é apenas aparentemente entre o PT e PSDB. O antagonismo é cada dia mais entre as massas e “tudo o que está aí”, as instituições do capital, seus partidos e serviços. Está sendo assim na Grécia, na Espanha, em Portugal, na Itália e, também, no Brasil.

30. Com a atual política, a direção do PT está conduzindo o partido à destruição em ritmo acelerado. O PT está sendo transformado no PASOK (Partido Socialista grego), que de

partido majoritário entre a classe trabalhadora, foi destruído por sua política de aplicação dos interesses do capital.

31. Aos militantes petistas que se mantêm fiéis à luta de classe, convocamos a combater pela unidade, este é o momento de colocar em primeiro plano a política de “classe contra classe”, unidade completa do movimento operário organizado. Unidade contra a política de austeridade do governo e contra qualquer ataque da direita e sua mídia golpista.

32. Unidade para resistir aos ataques e avançar, construir um novo mundo, retomar os princípios que estavam na origem da construção do PT. O Manifesto de Fundação de nosso partido continua absolutamente atual quando aponta que *as massas*: “*Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo*”. E mais a frente que “*O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados*”.

33. Companheiros, a luta de classes não conhece o vazio. A classe trabalhadora não percorreu os últimos 35 anos em vão. Ela vai seguir lutando e se reorganizando. Se o PT não se apresenta como uma ferramenta para sua luta, trabalhadores e jovens seguirão abandonando o partido, que será destruído como partido de classe, como outros grandes partidos já foram.

34. É hora de combater pela unidade de militantes que continuam fiéis à luta de classes, trabalhadores e jovens em luta. É preciso uma corrente política que mantenha acesa a luta pelo socialismo, contra o capitalismo, organize e intervenha na luta de classes para barrar a austeridade e abrir uma saída política para a classe trabalhadora. Junte-se a nós nesse combate!

Chapa Virar à Esquerda! Reatar com o Socialismo!